

12/02/2020

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Para Weintraub, exame foi o "melhor" de todos os tempos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[O ensino de hoje para a medicina do amanhã](#)

[Governo Dória censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo](#)

[Weintraub minimiza erros do Enem e Sisu e volta a falar que foi melhor edição histórica](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ensino em tempo integral](#)

[Governo prevê recorrer a aposentado em várias funções](#)

[Weintraub volta a minimizar erros no Enem](#)

[Fundeb poderá ganhar verba](#)

O GLOBO - RJ

[Verbas com padrinhos](#)

[Governo e Congresso fecham acordo sobre emendas](#)

[Bolsonaro deve demitir Terra e deslocar Onyx](#)

[Em sabatina no Senado, Weintraub minimizou erros no Emem e no Sisu](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Enem com erro foi o melhor de todos, defende ministro](#)

[Frase do dia](#)

Imprensa Estadual

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Pesquisa busca bactérias que eliminem o petróleo cru](#)

A CRÍTICA - AM

[Estados querem Fundeb forte](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Erros no Enem fragilizam Weintraub, mas apoio dos Bolsonaro o mantém no MEC](#)

[Estado promete reformar 200 escolas estaduais](#)

[Segundo a CNI, setor de biocombustíveis é o mais atingido](#)

[Contra mudança, estudantes ocupam Escola Nilo Póvoas](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Para garantir a vaga](#)

[Educação em alta](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Mineração força queda de 5,6% da produção mineira](#)

[Weintraub minimiza erros](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Roraima recebe quase R\\$ 27 milhões a mais de FPE](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Weintraub minimiza erros do Enem e Sisu e volta a falar que foi melhor edição histórica](#)

MEIO NORTE - PI

[Governo não pode aumentar imposto para Fundeb](#)

["É preciso ter nervos de aço", diz Kleber Montezuma](#)

[Reforma tributária vai desonerar combustíveis](#)

[A angústia e a incerteza](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Não houve fraude e nem vazamento, diz ministro sobre Enem](#)

[Indústria enfrenta falta de mão de obra qualificada, aponta CNI](#)

[Definidos membros de CPI que apurará abusos de escolas em SL](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Governadores discutem ICMS e Fundeb](#)

[Governo pede a professores convocados que se apresentem o quanto antes](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[No Senado, Weintraub anuncia programa anual de voucher para educação infantil que prevê em média R\\$ 75/mês por criança](#)

CORREIO 24 HORAS

[Ensino médio recebe investimentos para educação em tempo integral](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Weintraub escolheu ex-secretário de Dilma ligado ao PT para o MEC.](#)

G1

[Justiça suspende concurso para professores e outros profissionais da educação em São Carlos](#)

[UFPB divulga 1ª chamada da lista de espera do Sisu 2020.1](#)

[Na volta às aulas, especialistas alertam para riscos de brincadeiras filmadas dentro de escolas](#)

[Pesquisa com 1,1 mil pessoas da região indica que 93% consideram estudos da Unicamp relevantes](#)

[Estudantes de Matão desenvolvem impressora 3D com equipamentos e peças recicladas](#)

[141 mil alunos das escolas municipais de Curitiba voltam às salas de aula](#)

[Programa oferece 158 bolsas para cursos em universidades de Franca, SP; veja lista](#)

[Abandono escolar em Fortaleza cai 46% no Ensino Fundamental em 2019](#)

O DIA - RJ

[BSSP Centro Educacional leva cursos de pós-graduação para todo Brasil](#)

[Capacitação de impacto social](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC publica novas diretrizes para formação de professores](#)

[Ministro da Educação vai a reunião com senadores escoltado por segurança -](#)

[Começa segunda rodada de capacitação para escolas cívico-militares](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Especialistas e governo divergem sobre extinção de fundos setoriais na CCJ](#)

GAZETA WEB

[Panorama da ciência no Brasil é assustador e ameaçador, diz cientista](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Levantamento inédito sobre mulheres cientistas será lançado nesta quarta-feira \(12\)](#)

O POVO ONLINE

["A coisa mais revolucionária que nós mulheres podemos fazer é estudar", afirma professora universitária](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo quer reforçar Fundeb com recursos de fundos constitucionais](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Weintraub minimiza erros do Enem e Sisu e volta a falar que foi melhor edição histórica](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ex-secretário de governo petista é nomeado para ministério de Weintraub](#)

[Governadores pedem urgência na aprovação do Fundeb](#)

R7

[MEC lança plano para transformação digital da pasta](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Weintraub - governo não pode aumentar impostos para financiar Fundeb](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Wellington Dias participa hoje do Fórum dos Governadores em Brasília](#)

O POPULAR - GO

[Caiado deve mediar discussão sobre ICMS dos combustíveis](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[UFRN inicia matrículas para segunda chamada do Sisu no sábado](#)

[O fundo do poço](#)

ZERO HORA - RS

[Rodrigo Maia assume o Fundeb](#)

NINGUÉM NOS PASSA

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Assédio Institucional no Setor Público Brasileiro](#)

GAZETA NORTE MINEIRA

[Ambientalistas alertam que veredas estão secando](#)

MIGALHAS

[STJ determina aplicação da técnica de julgamento ampliado em apelação com origem em MS](#)

AGÊNCIA GLOBO

[No Senado, Weintraub diz que erros do Enem 2019 foram exagerados por militantes](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Weintraub diz que vai “esclarecer mentiras” sobre o Enem no Senado](#)

G1

[Alunos ocupam prédio de escola tradicional que será desativada em Cuiabá](#)

[UFRN divulga novo calendário para 2ª chamada do Sisu; convocação será na quinta \(13\)](#)

O DOCUMENTO - MT

[Sinop pode receber investimentos em educação e segurança](#)

PARANÁ PORTAL

[Abraham Weintraub vai ao Senado “esclarecer mentiras” sobre o Enem 2019](#)

PORTAL VEJA

[Weintraub vai ao Senado para falar sobre problemas no Enem](#)

[Weintraub se diz vítima de ‘fake news’ e só admite ‘probleminhas’ no MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC lança plano e divulga dados abertos de programas](#)

[SAIBA MAIS-Confira as MPs em tramitação no Congresso Nacional](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Para Weintraub, exame foi o "melhor" de todos os tempos

ENEM

Apesar dos erros no gabarito das provas e das severas críticas de vários setores, inclusive do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 como o “melhor de todos os tempos”. Atendendo a convite dos senadores para explicar a sequência de problemas causados aos estudantes, ele diminuiu o impacto dos equívocos e ainda atribuiu a militantes parte da crise.

Weintraub disse que, apesar dos erros, surgiram muitas notícias falsas sobre o Enem e que tentaria quebrar a “chuva de fake news” que se abateu sobre o Ministério da Educação (MEC). Segundo o ministro, o exame não prejudicou ninguém, se comparado com os anteriores. “Esse Enem foi o que teve o menor índice de problemas e de menor impacto”, reforçou, para acrescentar:

“Eu não prometi que seria, mas foi o melhor Enem de todos os tempos. Estou trazendo números e peço que tragam outro que tenha sido melhor. Não estou falando que não houve erro nenhum, que não há nada para melhorar, que foi perfeito, mas tragam outro e falem que foi melhor”, desafiou.

Weintraub apresentou uma linha do tempo, na qual listou os exames dos anos anteriores e os problemas encontrados em cada um. “Sempre existiu algum problema em provas passadas. Desta vez foi o Enem em que não houve problema na estrutura ou que tenha prejudicado o resultado de ninguém, ao contrário do que aconteceu no passado. Não houve fraude, não houve furto de prova, não houve vazamento de questão, não houve esquema com gráfica”, completou.

Ao explicar como o MEC enfrentou o problema, identificado inicialmente pelas reclamações nas redes sociais, Weintraub disse que o ministério detectou três grupos entre as pessoas que protestavam. “Nesse monte de reclamações que veio da internet, pelos sistemas, nós detectamos três grupos: militantes, que se passavam por alunos e entravam colocando o terror nas redes; pessoas que não estavam entendendo o processo, a dinâmica; e o último grupo, que é o de um aluno que foi mal, chega em casa e diz que a culpa é do MEC, e os pais acionam o ministério”, explicou.

Os esclarecimentos, porém, não convenceram todos. Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um dos autores do requerimento para ouvir o ministro, Weintraub “não trata a administração pública com critério de impessoalidade” e “ataca as posições políticas” de quem o critica. “Ele acusa os outros da prática que faz, do comportamento que ele tem”, reagiu. O senador defendeu o impeachment do ministro, protocolado no Supremo Tribunal Federal — que o denuncia pelos erros na correção do Enem, quebras de decoro e do princípio da impessoalidade.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) acusou o ministro de perder tempo com polêmicas em vez de focar na gestão da educação. E para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Weintraub joga uma cortina de fumaça ideológica que atrapalha o diálogo. “A questão ideológica tem sua relevância, mas que está atrapalhando demais o diálogo construtivo, que é essencial para o Brasil. Interessam para as franjas radicais da internet as ‘mitadas’, as frases bruscas, as respostas grosseiras, mas não para construir resultado”, salientou.

Outro tema discutido durante a audiência foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Weintraub se declarou a favor do dispositivo, mas disse que é preciso ter critérios técnicos. “O Fundeb é muito importante. Eu sou a favor de aumentar os recursos desde que tenham critérios técnicos”, pontuou.

O ministro também afirmou que o Ministério da Educação enviará um novo projeto para

debater o tema. “Para melhorar o diálogo, nós vamos enviar agora um projeto nosso, porque eu tenho receio de que a proposta não avance como gostaríamos. Estamos enviando uma PEC também do governo sobre o novo Fundeb”.

No momento em que participava da audiência, Weintraub foi um dos assuntos mais debatidos no Twitter. Duas hashtags com o nome do ministro, #ForaWeintraub e #JuntosComWeintraub, estavam entre os 10 assuntos do momento no microblog. O fim da audiência foi marcado por protestos de estudantes e entidades que os representam. O ministro não falou com a imprensa ao deixar o Senado. Foi a 9ª vez que ele foi ao Congresso.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

O ensino de hoje para a medicina do amanhã

Princípios éticos nortearão interesses dos pacientes

O momento atual se caracteriza pela enorme produção de conhecimentos em todos os campos da biociência. Por outro lado, a medicina é um exercício de serviço. Serviço hoje, serviço amanhã.

Dessa forma, se servir hoje já é difícil, servir no futuro representa uma tarefa ainda mais complexa. Exige uma preparação adequada que antecipe as necessidades do futuro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/o-ensino-de-hoje-para-a-medicina-do-amanha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Doria censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo

Obras de García Márquez e Camus estavam no pacote; governo diz que não há vetos

São Paulo

O governo João Doria (PSDB-SP) vetou uma lista de livros de projeto de estímulo à leitura que funcionava em penitenciárias do estado de São Paulo. Na relação, havia obras de autores consagrados como o colombiano Gabriel García Márquez, o franco-argelino Albert Camus, o cubano Leonardo Padura e a norte-americana Harper Lee, entre outros.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/governo-doria-censura-lista-de-livros-de-projeto-em-presidios-de-sao-paulo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Weintraub minimiza erros do Enem e Sisu e volta a falar que foi melhor edição histórica

Na primeira aparição pública após divulgação dos erros, ministro participa de audiência no Senado

Brasília

Na primeira aparição pública, 24 dias após a divulgação de erros no Enem, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou as falhas no exame e no Sisu e disse que governo sofre "chuva de fake news".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/weintraub-minimiza-erros-do-enem-e-sisu-e-volta-a-falar-que-foi-melhor-edicao-historica.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Ensino em tempo integral

Pouco depois de os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) corroborarem a má qualidade e a estagnação do ensino brasileiro, o governo estadual de São Paulo anunciou uma medida importante para reverter este quadro. Em 2020, 247 escolas da rede estadual passarão a oferecer ensino em tempo integral, um salto de quase 60% em relação às 417 unidades que funcionam atualmente nesta modalidade. É um passo promissor, mas que precisará ser seguido de outros, já que as escolas integrais cobrirão apenas 8% das matrículas. Ainda é pouco em comparação com outros Estados mais avançados nesta política, como Pernambuco, onde 57% das vagas são de tempo integral.

O currículo integral é uma tendência em quase todos os Estados. Em 2014, 5,4% dos alunos do ensino médio estavam matriculados em escolas de tempo integral. Em 2018, foram 9,5%. Consideradas apenas as matrículas na rede pública, a proporção é de 10,3% – maior do que será o coeficiente paulista em 2020. As metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação determinam que 50% das escolas devem oferecer esta modalidade até, respectivamente, 2024 e 2026.

“A educação integral se mostra bastante desafiadora”, pondera um estudo recente realizado pelo Iede, Fundação Lemann e Instituto Unibanco.

“Além de exigir robusto financiamento, implica extenso planejamento e suporte para que os estudantes não sejam mantidos no ambiente escolar com atividades inócuas.” Mas é um desafio altamente compensador. Das 100 escolas públicas (dentre 5.042) que atingiram resultados satisfatórios de aprendizagem e fluxo escolar, 82% são de tempo integral, a maioria no Ceará (com 55 unidades) e em Pernambuco (14).

O programa paulista avança nessa direção. Em 2019, 545 escolas manifestaram interesse em aderir a ele. Para as 247 selecionadas, está previsto investimento de R\$ 321 milhões, 60% para a remuneração dos professores e o resto para infraestrutura. A expectativa do governo é ultrapassar 1,4 mil unidades até 2023.

O currículo, que cobre 9,5 horas de carga horária diária, tem duas partes – uma comum, com o repertório de disciplinas fundamentais, e outra diversificada, com matérias eletivas, projetos interdisciplinares e dinâmicas alternativas, que desenvolvem desde o autoconhecimento, autoestima e talentos dos alunos até o planejamento da vida profissional. “O tempo a mais que o aluno permanece na escola, com tutoria individualizada de professores, fortalece os vínculos de aprendizagem”, disse o secretário de Educação Rossieli Soares.

Um dos desafios à implementação do modelo, particularmente no ensino médio, é a adaptação às condições dos estudantes. Quatro em cada dez alunos da rede pública exercem atividade remunerada após as aulas a fim de complementar o orçamento doméstico. Isso foi levado em conta no programa: das 247 escolas, 36 terão uma carga

reduzida de 7 horas, a fim de atender os alunos que trabalham. Além disso, há poucas políticas de suporte e qualificação dos professores, sobretudo no ensino médio. Também nesse aspecto o programa paulista representa algum avanço. Como disse o secretário de Educação, “faz toda a diferença o regime de dedicação exclusiva de 40 horas semanais em uma única escola para o professor, melhorando a qualidade das condições de trabalho docente”.

É um avanço promissor, mas o desafio é grande. O mero aumento da carga horária não é garantia de melhor rendimento. Das 100 escolas de qualidade apontadas acima, apenas 2 são de São Paulo. O estudo do Iede indica três aspectos particularmente deficientes na educação brasileira em comparação com os padrões internacionais: o currículo como norte central, o financiamento mínimo necessário e, o mais precário de todos, a formação de professores. Eis um importante campo de trabalho para os gestores paulistas. Felizmente, o retorno é garantido.

Mais escolas paulistas oferecerão ensino em tempo integral, mas é preciso avançar

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Governo prevê recorrer a aposentado em várias funções

Organizado pelo grupo, ato no Maranhão terá como principal alvo o ministro da Educação, Abraham Weintraub

Além do INSS, servidores civis federais aposentados poderão ser contratados temporariamente para atender outras áreas do governo em caso de necessidade. MP que está sendo elaborada pela equipe econômica vai prever essa possibilidade. O presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado, Rudinei Marques, defende a abertura de concursos para a contratação de servidores.

Criado com o objetivo de ser uma frente suprapartidária de oposição ao governo Jair Bolsonaro, o movimento “Direitos Já, Fórum da Democracia” instalou anteontem conselho político com representantes de 14 partidos. O primeiro ato do grupo está marcado para 30 de março, em São Luís, no Maranhão, estado comandado pelo governador Flávio Dino (PCdoB). O evento terá como tema educação e o principal alvo será o ministro Abraham Weintraub.

“O ato é em defesa da educação”, diz o coordenador do grupo, o sociólogo Fernando Guimarães (PSDB). Segundo ele, o coletivo vai elaborar manifestos e promover atos de protesto contra ações do governo que “atentem contra a democracia e os direitos fundamentais”.

A reunião de anteontem reuniu antigos adversários políticos. Estavam presentes, entre outros, o deputado federal Vinícius Poit (Novo-SP), o senador Armando Monteiro (PTBPE), o deputado federal Raul Henry (MDBPE), a vereadora Soninha Francine (Cidadania-SP), o presidente nacional do PV, José Luiz Penna (SP) e o ex-presidenciável da sigla Eduardo Jorge (SP), o porta-voz nacional da Rede, Pedro Ivo (DF), o ex-senador José Aníbal (PSDB), o vereador Eduardo Suplicy (PT) e o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung (sem partido). Também estavam presentes representantes do PSD, Podemos, Solidariedade, PDT e PSB. Integrante do conselho, o urbanista Nabil Bonduki, pré-candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, disse que a ideia do grupo é fazer uma “articulação” com vistas a 2022, o que não significa, necessariamente, que o grupo discuta candidaturas.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE **Weintraub volta a minimizar erros no Enem** BRASÍLIA

Convidado pela Comissão de Educação do Senado para prestar esclarecimentos sobre erros em resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou ontem as falhas em 5.974 notas e sugeriu que o problema na edição mais recente do exame também pode ter ocorrido em anos anteriores. Por cerca de três horas, o ministro, com o trabalho à frente da pasta contestado por parlamentares, atacou críticos e deixou a audiência sob protestos de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), que acompanhavam sua participação.

“Não dá para afirmar que sim ou que não, mas eu diria que esse tipo de problema pode ter ocorrido, sim, no passado”, afirmou. Weintraub voltou a tratar os erros como um “susto” aos candidatos que precisaram ter as notas revistas e destacou que um dos objetivos da presença dele na comissão do Senado era “quebrar a chuva de fake news que novamente se abateu sobre o MEC”.

Weintraub argumentou que a judicialização do exame foi maior em anos anteriores e reiterou que o primeiro Enem que comandou foi um sucesso. “Desta vez, foi o Enem em que não houve um problema na estrutura, no desenho ou que tenha prejudicado o resultado de ninguém, ao contrário do que acontecia no passado. Não houve fraude, não houve furto de prova, não houve vazamento de questão, não houve esquema com gráfica, não houve nada do que caracterizava os exames passados.”

Os embates mais tensos foram protagonizados com os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES). O primeiro chegou a dizer que a “incompetência” é a marca da gestão. O outro disse que Weintraub quebrou o decoro no exercício do cargo. Ambos assinam um pedido de impeachment do ministro, solicitação apresentada ao STF.

Weintraub também voltou a defender o aumento de 10% para 15% na participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – propostas do Congresso querem até 40% – e sugeriu a criação de um imposto para grupos empresariais que detenham mais de 50% do mercado.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS **Fundeb poderá ganhar verba** **Para bancar aumento de recursos, proposta do governo prevê reformulação de fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste** BRASÍLIA

Governo encaminhou proposta para ampliar em R\$ 7 bilhões a complementação da União ao Fundeb, fundo que atende a educação básica.

Para conseguir apoio do Congresso, o governo federal encaminhou a um grupo de parlamentares e governadores proposta de reformulação nos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) para ampliar em

R\$ 7 bilhões a complementação da União ao Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil.

Ao final de cinco anos, cerca de 60% dos recursos atualmente repassados aos fundos teriam seu destino alterado, aumentando em 50% a complementação ao Fundeb. O dinheiro seria repassado diretamente aos governos estaduais para investirem em infraestrutura e ciência e tecnologia.

A ideia é manter o montante anual de recursos atualmente disponíveis para novos financiamentos ao setor produtivo com recursos dos fundos. Para 2020, o valor previsto é de R\$ 46 bilhões.

O governo quer mostrar que as mudanças no modelo serão graduais e aumentarão o retorno dos financiamentos dos empréstimos concedidos com o dinheiro transferido para os fundos. O risco de crédito passará a ser integralmente das instituições financeiras que operam o crédito dos recursos dos fundos. A exceção é o financiamento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Será ampliado o acesso a outras instituições financeiras.

Hoje, os recursos dos fundos são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A avaliação é de que esse novo modelo aprimora as condições de financiamento e as regras de governança, o que pode elevar a rentabilidade dos fundos. No texto enviado, taxas de juros para setor produtivo continuarão mais baixas que as do BNDES.

Alteração. As regras do Pronaf não serão alteradas. As condições contratuais referentes aos contratos vigentes permanecerão inalteradas.

Pelos cálculos do governo, a medida pode beneficiar 14,8 milhões de alunos e 2.540 municípios e Estados das três regiões e

do norte de MG e ES. A promessa aos governadores é de que o gasto mínimo por aluno subirá em pelo menos 40%.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo, hoje considerado um dos temas mais importantes em discussão no Congresso.

O diagnóstico do governo é que os fundos têm tido baixo impacto no desenvolvimento regional, com pouco efeito na geração de emprego e produtividade do trabalho. Além disso, os empréstimos dos fundos têm destinação concentrada em municípios de maior de renda e em poucas empresas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Verbas com padrinhos

Deputados novatos indicam destino de R\$ 1,2 bilhão da União e ‘faturam’ nas redes

BRASÍLIA

Sem direito a emendas parlamentares em 2019, os 252 deputados que iniciaram o mandato no ano passado liberaram R\$ 1,274 bilhão em verbas extraordinárias do governo. Os novatos faturam o feito nas redes sociais, onde uma parlamentar passou a se apresentar como “Deputada da Ponte”.

Deputados de primeiro mandato, que não tinham direito a emendas parlamentares em 2019, usaram suas redes sociais para divulgar a liberação de R\$ 1,27 bilhão em verbas “extra orçamentárias” pelo governo Jair Bolsonaro desde a metade do ano passado. São pagamentos feitos principalmente pelos Ministérios da Saúde, Educação e Agricultura. O governo usou esse tipo de repasse para municípios indicados pelos deputados durante negociações para aprovação de matérias no Congresso. À época, o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) respondia pela articulação política.

A lei exige que emendas parlamentares sejam pagas respeitando a proporção no Congresso de cada partido — portanto, não é possível privilegiar aliados, uma vez que todos têm direito a uma quantia exata no Orçamento. Pagamentos adicionais não são regulamentados em lei. Ontem, o governo e o Congresso chegaram a um acordo sobre regras da execução de emendas em 2020, o que, segundo parlamentares, fará com que este expediente não seja mais necessário.

O levantamento do GLOBO foi feito com base nas redes sociais dos 252 deputados novatos. Eles não tiveram emendas no Orçamento de 2019, já que não participaram de sua elaboração em 2018. Destes, 112 anunciaram liberações de recursos para prefeituras, o que alguns classificam como “verba extraorçamentária”. Os deputados que mais anunciaram esse tipo de recurso foram de PSL, Republicanos, PSD, MDB e PL.

A Secretaria de Governo, os ministérios da Saúde, da Agricultura e da Educação foram procurados pela reportagem. O Ministério da Agricultura nega que tenha liberado verbas extras a deputados. A Saúde diz ter feito liberações de recursos de “forma indistinta” e que fez “amplo debate” com deputados, senadores, governadores, prefeitos e entidades representativas. Os demais não responderam.

O valor apurado é apenas uma parte das liberações porque, em alguns casos, não é possível saber quanto o deputado indicou. O vice-líder de governo Daniel Silveira (PSL-RJ), por exemplo, anunciou R\$ 29 milhões em “emendas + recursos extras”.

Ex-líder do PSL, Delegado Waldir (GO) diz que a distribuição da verba foi de acordo com “a cara do freguês” e que quem “enfio a faca no pescoço, como PP e PL”, recebeu mais.

— Foram R\$ 40 milhões para quem votasse pela reforma da Previdência. Mas o governo é caloteiro, é estelionatário. O acordo era R\$ 20 milhões em 2019 e R\$ 20 milhões em 2020, mas há deputados que receberam quantias irrisórias e outros nem receberam nada — diz o deputado, rompido com o governo.

MAIS BENEFICIADOS

De acordo com o levantamento, o parlamentar mais beneficiado foi José Nelto (Podemos-GO), que anunciou o envio de R\$ 86 milhões a 80 prefeituras. Líderes de partido, como Nelto, tiveram direito a uma soma maior. Apesar de ter anunciado esses valores em sua rede social, o deputado disse ao GLOBO que conseguiu apenas R\$ 24 milhões.

Terceiro lugar no ranking, com R\$ 49 milhões, Valdevan Noventa (PSC-SE) justificou ter atuado principalmente junto aos ministérios de Saúde, Infraestrutura e Agricultura para levar verba a seu estado. Deputado da bancada evangélica, votou contra a reforma da Previdência no primeiro turno, mas diz ter apoiado o governo em outras matérias.

Vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (SP), que ficou em quinto lugar no ranking, diz que obteve os R\$ 35 milhões em verbas que anunciou não só pelas indicações de 2019 — que devem resultar em R\$ 20 milhões, na sua estimativa — mas também por acordos prévios, já que é presidente do Republicanos e foi ministro de Michel Temer.

Deputados de partidos de oposição, como PSOL, PT e PCdoB, não anunciaram ter recebido esse tipo de recursos. Há, porém, casos de parlamentares de partidos de esquerda que contrariaram as indicações de suas legendas e apoiaram a reforma, como Emidinho Madeira (PSBMG) e Jesus Sérgio (PDTAC), e conseguiram liberar valores, R\$ 2,7 milhões e R\$ 9 milhões, respectivamente.

Alguns beneficiados viajaram a diversas cidades para anunciar os repasses. A deputada Aline Sleutjes (PSL), por exemplo, conseguiu liberar R\$ 2 milhões para a construção de uma ponte no norte do Paraná e, em suas redes sociais, passou a se intitular “Deputada da Ponte”.

Em uma reunião no fim do ano passado, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, prometeu quitar R\$ 16 milhões por deputado até o fim do ano e prestou contas do quanto já havia sido pago, mostrando planilhas. Ramos assumiu a articulação política em julho, com esse passivo. O GLOBO pediu o controle da quantia de recursos para a Secretaria de Governo, via Lei de Acesso à Informação. O órgão negou a existência do documento.

Segundo a previsão dos deputados, a verba prometida que não foi empenhada em 2019 é dada como perdida, o que vem provocando frustração entre os parlamentares.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Governo e Congresso fecham acordo sobre emendas

Parlamentares vão poder indicar prioridades de execução e gestores no Executivo não serão punidos por descumprir prazo

O governo federal e líderes do Congresso entraram em um acordo ontem para a derrubada de um veto presidencial em um projeto que mudou regras para a execução do Orçamento de 2020. Os parlamentares irão assegurar seu direito de indicar a prioridade para a execução das emendas, mas aceitaram que não haverá um prazo de 90 dias para cumprir a ordem e que o gestor não será punido caso esse prazo não seja respeitado. A votação acontecerá hoje à tarde.

O acordo foi fechado em uma reunião ontem entre do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP). Os três anunciaram o acerto após a cerimônia de posse do ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) no Palácio do Planalto.

O trecho que será reestabelecido pelos parlamentos determina que “a execução das programações das emendas deverá observar as indicações de beneficiários e a ordem de prioridades feitas pelos respectivos autores”.

—O Congresso Nacional, alinhado com o governo federal, vai derrubar o veto presidencial do caput do artigo, e é isso vai assegurar a impositividade do Orçamento — afirmou Alcolumbre.

Maia disse que a expectativa é que a análise do veto, marcada para hoje, será “tranquila”. De acordo com ele, o acordo mostra a “unidade” e a “harmonia” entre governo federal e Congresso:

— Foi tudo acordado. Importante que amanhã nós teremos uma votação tranquila, onde o governo e o Parlamento votarão o mesmo encaminhamento, mostrando unidade e harmonia no trabalho nesse início de ano.

Ciente que teria dificuldades de manter o veto na integralidade, o governo passou a negociar o acordo de forma efetiva no final de semana. O tema foi tratado em uma conversa no domingo no Palácio da Alvorada entre o presidente Jair Bolsonaro e Maia e também em uma reunião no mesmo dia entre Ramos e Alcolumbre. O Executivo abriu mão de exercer a prioridade sobre a ordem de execuções das emendas e negociou com o Congresso para que o prazo e a possibilidade de punição aos gestores fosse retirada. Os parlamentares concordaram com o acordo, especialmente por entender que caso a prioridade dada pelo Congresso não seja cumprida já há instrumentos legais para questionar os gestores.

Ontem, também foi acertado que o governo irá enviar um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) transferindo aproximadamente R\$ 11 bilhões do Orçamento para despesas discricionárias dos ministérios. De acordo com a Secretaria de Governo, a proposta do governo já previa esses R\$ 11 bilhões para os ministérios, mas uma alteração foi feita e os recursos passaram para o “carimbo” de emenda de relator, e sua utilização ficou sujeita à autorização do Congresso. O relator do Orçamento, Domingos Neto (PSD-CE), participou do acordo e abriu mão da sua prioridade.

AS MUDANÇAS NAS EXECUÇÕES DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Como era

Até agora, o governo federal tinha a decisão sobre a ordem de execução das emendas feitas pelos parlamentares. Assim, se um congressista destinasse recursos para Saúde, Educação e Agricultura, por exemplo, cabia ao Executivo decidir qual emenda seria executada primeiro de acordo com o que o governo considerava como de maior necessidade.

Como fica

A mudança que será aprovada pelo Congresso com a derrubada do veto presidencial fará com que cada parlamentar tenha o direito de decidir qual a ordem de execução das suas emendas ao Orçamento. Eles concordaram com o governo em não fixar um prazo para que a emenda seja empenhada nem previsão de punição ao gestor que não cumprir a ordem.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Bolsonaro deve demitir Terra e deslocar Onyx

Atuação do ministro da Cidadania vem sendo questionada por problemas com o Bolsa Família e por choques com colegas de Esplanada; chefe da Casa Civil teria lealdade ao presidente premiada com nomeação em seu lugar

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro deve demitir o ministro da Cidadania, Osmar Terra, e entregar a pasta a Onyx Lorenzoni, enfraquecido no comando da Casa Civil. Segundo interlocutores do presidente, a mudança deve acontecer em breve. Terra terá uma reunião com Bolsonaro ao meio-dia de hoje, segundo a agenda oficial.

A atuação do ministro da Cidadania vem sendo questionada nas últimas semanas. Ele entrou em rota de colisão com a equipe econômica desde o ano passado por divergências na formulação de mudanças no programa Bolsa Família. Principal ação da pasta, o programa tem enfrentado problemas. Como o GLOBO mostrou no último dia 27, o Bolsa Família voltou a ter uma longa fila de espera, chegando a 500 mil famílias.

Terra também teria atritos com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Dentro do governo há quem afirme que o ministro da Cidadania teria tentado derrubar o colega para ocupar o seu lugar, uma vez que Terra também é médico. Os dois tiveram divergências principalmente em relação ao processo conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que liberou a venda de produtos à base de cannabis sativa. Terra tinha uma posição mais radical contra a medida, enquanto Mandetta apoiou o debate.

Segundo integrantes do alto escalão do governo, Bolsonaro optou por manter Onyx em seu time, apesar do desgaste do ministro. O presidente indicou a aliados que leva em consideração a lealdade do auxiliar e que demiti-lo poderia ser lido como ingratidão. Assim, a solução seria realocá-lo na outra pasta.

Bolsonaro busca desde a semana passada um nome para assumir a Casa Civil que não tenha pretensão políticas. Uma possibilidade seria de colocar um militar na vaga que hoje é de Onyx. Uma alternativa na mesa seria deslocar para a Casa Civil o general Luiz Eduardo Ramos, atualmente na Secretaria de Governo, e que passou a responder pela articulação política desde julho do ano passado.

Há outras mudanças sendo debatidas dentro do governo, mas os desenhos ainda são preliminares. E Bolsonaro ainda estuda o momento de fazer cada mexida. A avaliação é que realizar trocas de uma vez só poderia passar uma imagem de que o governo não está funcionando.

O presidente deu posse ontem a Rogério Marinho como ministro do Desenvolvimento Regional. Marinho teve papel de destaque na aprovação da reforma da Previdência

como Secretário Especial de Previdência e Trabalho na equipe de Paulo Guedes. Ele substituiu Gustavo Canuto, que como prêmio de consolação irá assumir a presidência da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). À frente do ministério, Canuto teve também embates com a equipe econômica, especialmente em temas relativos ao programa Minha Casa, Minha Vida.

No primeiro ano de mandato, Bolsonaro já tinha trocado quatro ministros. O primeiro a cair foi Gustavo Bebianno, que deixou a Secretaria-Geral. Saíram ainda Ricardo Vélez (Educação), Floriano Peixoto (Secretaria-Geral) e Carlos Alberto Santos Cruz (Secretaria de Governo).

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

**Em sabatina no Senado, Weintraub minimizou erros no Emem e no Sisu
Ministro da Educação afirmou ainda que falhas teriam sido amplificadas por
'militantes' e que muitos alunos tentaram justificar notas ruins para os pais
valendo-se do problema na correção**

BRASÍLIA E RIO

Em audiência no Senado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou os problemas na correção do exame e no acesso ao Sisu. Ele acusou militantes de se passarem por alunos “tocando o terror” nas redes sociais. Disse também que candidatos que foram mal no Enem tentaram culpar o MEC.

Convidado pela Comissão de Educação do Senado para explicar os erros do Enem 2019, o ministro Abraham Weintraub minimizou as falhas na correção do exame, que atingiram quase 6 mil candidatos e levaram 172 mil a procurarem o Ministério da Educação (MEC). Ele também atribuiu a instabilidade no acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), porta de entrada às universidades federais, a problemas na “nuvem”.

O ministro da Educação repetiu sua visão de que os estudantes levaram apenas “um susto” com a falha na correção e reafirmou que “absolutamente todas as provas foram recheçadas”.

— Antes de abrir o Sisu, isso já estava corrigido. Estatisticamente, o impacto na nota de corte não é significativo, é zero.

Weintraub dividiu em três grupos as pessoas que procuraram o MEC para se queixar: um formado por “militante, que se fazia passar por um aluno, entrava colocando terror na rede, e a gente descartava”; um de “pessoas que não estavam entendendo o processo, e nós orientamos”; e o grupo de “alunos que foram mal, mas disseram que a culpa era do Weintraub. Os pais nos procuraram, nós checamos as provas e vimos que haviam tirado a nota mesmo”.

Ele também citou erros no Enem de anos anteriores e afirmou que é possível que o mesmo tipo de falha desta edição tenha acontecido anteriormente, sem ser detectado:

— Não dá para afirmar que sim, nem que não, mas eu diria que esse tipo de coisa pode ter acontecido no passado.

Quanto às falhas no Sisu, Weintraub as atribuiu ao grande volume de pessoas entrando no sistema ao mesmo tempo:

—Das quatro milhões de pessoas que fizeram o Enem, quantas querem acessar o Sisu no primeiro dia, na primeira hora? Todas. Então, num primeiro momento, o sistema vai sendo sobrecarregado, existe uma lentidão. Para fazer os ajustes na nuvem da Microsoft,

o sistema precisou sair do ar, experimentamos três períodos de interrupção no primeiro dia. No segundo dia, houve uma interrupção pela manhã e, a partir da tarde, o sistema operou normalmente.

VOUCHER PARA CRECHE E PRÉ-ESCOLA

O ministro ainda divulgou, na audiência, detalhes de um programa de voucher para a educação infantil (creche e pré-escola) com R\$ 1 bi recuperado pela Lava Jato. De acordo com Weintraub, 1,1 milhão de crianças serão beneficiadas. Isso significa um aporte médio, em um ano, de R\$ 909 por aluno — ou R\$ 75 pagos em 12 meses. No modelo de voucher, o Estado custeia a mensalidade em escolas privadas.

A educação infantil é a etapa escolar mais cara. Na rede pública, o piso de investimento anual por aluno, em 2020, é de R\$ 4,3 mil na creche, e R\$ 4 mil na pré-escola.

Segundo João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política do Todos Pela Educação, se o país adotasse os mesmos valores que gasta por aluno na creche pública pagaria uma mensalidade em torno de R\$ 500 por criança, ou seja, mais de seis vezes o valor anunciado por Weintraub.

Ainda segundo o ministro, as vagas serão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, que, segundo o IBGE, apresentam taxa de analfabetismo bem mais alta que o restante do país e têm média de anos de estudo inferior às do Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Além dele, os ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil) estão participando da criação do programa.

De acordo com o IBGE, em 2018, só 32% das crianças de 0 a 3 anos estavam em creches no Brasil. Isso corresponde a 3,2 milhões de brasileiros. Outros 6,7 milhões não frequentavam essa etapa escolar.

Já na pré-escola, 92,4% estavam matriculadas naquele ano. No entanto, o Brasil deveria ter universalizado essa oferta desde 2016, e quase 450 mil crianças de 4 a 6 anos não estavam na escola como deveriam.

Questionado sobre prazos e se pretende aportar mais verba além da recuperada na Lava Jato, o MEC não respondeu.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Enem com erro foi o melhor de todos, defende ministro

Abraham Weintraub vê conspiração de grupos de ensino privado

“Foi o melhor Enem de todos os tempos.” Chamado no Senado para explicar os problemas com a correção e atribuição de notas do mais recente Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que causaram transtornos a milhares de estudantes, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não se mostrou abalado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/12/enem-com-erro-foi-o-melhor-de-todos-defende-ministro.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Frase do dia

Foi o melhor Enem de todos os tempos. Teve uma chuva de fake news, mas já estou acostumado”

— Do ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao afirmar que foi ele quem descobriu que havia falhas na correção do Enem

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2020/02/12/758e27a8-frase-do-dia.ghtml>

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Pesquisa busca bactérias que eliminem o petróleo cru

Repórter

Um grupo de 10 pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) busca desenvolver um produto para eliminar o petróleo proveniente do desastre ambiental ocorrido em agosto do ano passado, que atingiu toda região Nordeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e tentar diminuir as consequências do material químico no ambiente. O produto seria composto de bactérias que se alimentem de hidrocarbonetos (que formam o petróleo) e seria uma forma mais barata e sustentável do que outras formas de destruição, como a incineração.

Créditos: Magnus Nascimento Pesquisa é liderada pela professora titular do Departamento de Biologia Celular e Genética da UFRN, Lucymara Agnez Lima, e foi selecionada pela Capes Pesquisa é liderada pela professora titular do Departamento de Biologia Celular e Genética da UFRN, Lucymara Agnez Lima, e foi selecionada pela **Capex**

Liderados pela professora titular do Departamento de Biologia Celular e Genética da UFRN, Lucymara Agnez Lima, os pesquisadores irão testar em laboratório diversas bactérias no petróleo coletado nas praias do litoral nordestino para verificar se os microrganismos são eficazes na destruição desse material. As bactérias da pesquisa fazem parte de um banco de microrganismos do Laboratório de Biologia Molecular e Genômica (LBMG), que existe há 10 anos na universidade, e foram testadas anteriormente em outras pesquisas com petróleo. Elas não são patogênicas.

"Nós temos um banco de microrganismos selecionados em 10 anos de pesquisas. Algumas bactérias degradam petróleo, outras produzem biossurfactantes, que são moléculas que ajudam a capturar o petróleo do ambiente. Nós fizemos todo trabalho em laboratório, pesquisando a biologia desses organismos. Agora vamos tentar formular o que se chama de consórcio microbiano, que seria juntar algumas espécies (de bactérias) e verificar se nesse tipo de petróleo encontrado elas são eficazes", explica Lucymara Agnez.

A analogia feita pela pesquisadora para simplificar o processo que o petróleo sofre em

contato com as bactérias é a de que o material químico serve como alimento para o desenvolvimento dos microrganismos. "Da mesma forma que a gente consome azeite, as bactérias também usam hidrocarboneto para fontes de energia e carbono. Ela consome a molécula para se multiplicar, produzir proteínas e outros componentes celulares. Se o processo é completo e total, o resultado é o mesmo da nossa respiração, que é dióxido de carbono (CO₂) e água."

Um desafio da pesquisa é saber quais bactérias conseguem degradar o tipo de petróleo vazado, que é muito viscoso (denominado óleo pesado). Segundo Lucymara Agnez, esse material é diferente dos testados no laboratório até então, que são menos densos. A partir da identificação, um "consórcio" de diversas bactérias é criado com o objetivo de aumentar a efetividade da eliminação. Cada microrganismo consome um material químico diferente presente no petróleo.

A pesquisa tem duração inicial de dois anos e vai receber financiamento da **Capes** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior), conseguido através de um edital aberto pela fundação com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de estudos voltados para o vazamento do petróleo. O financiamento é de R\$ 100 mil e uma bolsa de mestrado, valor suficiente apenas para o desenvolvimento do consórcio em laboratório. A aplicação no ambiente vai precisar de mais recursos.

"Entre tratar um grama de petróleo no laboratório e uma tonelada há uma distância bem considerável. Então, o que vamos buscar é validar o modelo no laboratório. O escalonamento (passar do laboratório ao campo) seria um outro projeto. Em laboratório você cultiva 1 litro de bactéria, mas para tratar uma tonelada você tem que ter um volume de cultivo muito maior", afirma Lucymara Agnez.

Biorremediação é pouco desenvolvida no País

A pesquisa desenvolvida pelos cientistas do Laboratório de Biologia Molecular e Genômica faz parte da área de estudos da biorremediação, ainda pouco desenvolvida no Brasil e em toda América do Sul, segundo a pesquisadora Lucymara Agnez. Por conta disso e do baixo orçamento conseguido até então, Lucymara considera o objetivo mais como aprendizado com o desastre do que solução do problema. "A gente já teria que ter esses remediadores prontos no momento em que houve o desastre. Vamos ter que aprender com isso para nos preparar para outros eventos", afirma.

Créditos: Adriano Abreu Material da pesquisa foi coletado no litoral nordestino proveniente do desastre ambiental

"Nós temos que desenvolver primeiro o que seria o protótipo (do consórcio) e depois transferir isso para a iniciativa privada etc. Entre sabermos que o consórcio funciona e ter toda condição de escalonamento, a pesquisa leva anos e envolve outras áreas. Escalonamento, por exemplo, precisa da engenharia bioquímica", complementa.

Na avaliação da pesquisadora, a situação de atraso com relação ao desastre é gerada tanto pelo fator imprevisibilidade quanto pelo baixo desenvolvimento de pesquisas na área. "Desastre é desastre, você não tem uma probabilidade. Mas se você tem várias empresas operando petróleo no mundo, isso é óbvio que em algum momento pode acontecer. Comparado a outros países, o investimento do Brasil em pesquisa é menor. A

proporção de doutores pela população é bem menor. Não existe país desenvolvido que não invista em ciência e tecnologia."

Ainda segundo Agnez, existem outras formas de destruição de petróleo, mas a grande vantagem da biorremediação é ser mais barata e não deixar resíduos tóxicos, como a incineração. A desvantagem é que para cada problema é preciso o desenvolvimento de um novo conjunto de microrganismos. "Não existe um pacote padrão que usa em qualquer lugar. É uma área que demanda um tempo maior de investimento e pesquisa porque você tem que desenvolver o produto. Tudo isso está ligado também ao local onde você vai usar. Cada organismo tem condições de PH, temperatura, salinidade", explica.

O grupo de pesquisa também tenta captar recursos através de outros editais e pretende criar uma empresa para desenvolvimento da pesquisa através da iniciativa privada e prestação de serviços. Agnez afirma que a área necessita de mais investimento para ser eficaz em todo mundo. "De todo universo de espécies estimadas para microrganismos, a humanidade só consegue cultivar em laboratório 1% das espécies. Toda microbiologia conhecida é baseada em 1% de espécies cultiváveis e 99% das espécies não são cultiváveis em laboratórios ainda. É um universo desconhecido. Tudo que a gente sabe sobre microrganismos é baseado em minoria", conclui.

A pesquisa foi concebida na Rede Nordeste de Biotecnologia, coordenada por Lucymara. Após as primeiras aparições do petróleo, pesquisadores de diversas localidades se reuniram para ver como poderiam diminuir as consequências do desastre e aprender com ele para se prevenir nos próximos. Universidades de outros estados, como Ceará, Pernambuco e Alagoas, desenvolvem pesquisas semelhantes.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - POLÍTICA

Estados querem Fundeb forte

Reunido em Brasília ontem, o Fórum dos Governadores aprovou nota em que reivindica a imediata aprovação de uma proposta que mantenha em vigência e amplie a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que expira em 31 de dezembro.

O Congresso discute o assunto, mas esbarra na resistência da equipe econômica e do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os governadores pedem que o governo federal aumente a contribuição da União para o financiamento da educação básica e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos da complementação da União aos estados e municípios.

A relatora na Câmara, Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), propôs que a contribuição da União para o fundo passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%, sem aumento para os anos seguintes. Weintraub afirmou que enviará outra proposta ao Congresso.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Erros no Enem fragilizam Weintraub, mas apoio dos Bolsonaro o mantém no MEC

Da Folhapress – Brasília

Em meio a seguidas polêmicas à frente do Ministério da Educação (MEC) e desgastado após uma sucessão de erros no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Abraham Weintraub vê sua permanência no cargo cada vez mais questionada. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, foi convencido pelo ministro de que os problemas são decorrentes do “aparelhamento” na pasta, que teria ocorrido nos governos do PT. Weintraub tem dito a auxiliares mais próximos que, a despeito das especulações sobre sua saída, está cada vez mais forte.

A tese de complô, no entanto, não deve ser suficiente para garantir a permanência do ministro no cargo caso a relação do titular do MEC com o Congresso se esgarce a ponto de atrapalhar a pauta econômica. É exatamente da equipe liderada pelo ministro Paulo Guedes que vêm os clamores internos pela troca de Weintraub.

Além de azedar as relações já nada amistosas com a Câmara, Weintraub divulga projetos com impacto na economia sem consultar Guedes. Foi o caso do prometido Future-se, principal programa do governo Bolsonaro para a educação superior pública e que mexe diretamente com o patrimônio das universidades.

Não há sequer um desenho do Future-se finalizado. A proposta passou por duas consultas públicas, foi rejeitada por entidades como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e agora está justamente com a equipe econômica para avaliação.

A omissão e a falta de habilidade de negociação em torno da PEC do Fundeb são outros temas que exasperam a equipe econômica. A proposta vinda da Câmara aumenta drasticamente a contribuição da União ao principal meio de financiamento da educação básica.

Guedes entrou em campo para tentar afinar com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um complemento menor para o fundo. Atualmente, o governo federal destina 10%. A equipe de Weintraub admite escalonar o percentual até 15%. No Congresso, o primeiro relatório propôs uma elevação de 40%.

Maia, no entanto, disse nesta semana que colocará na pauta em março a PEC dos deputados em uma versão negociada, que deve ficar entre 20% e 25%.

O presidente da Câmara não dará tramitação ao projeto enviado pelo governo, alegando urgência, já que o Fundeb vence no fim deste ano. A decisão pode resultar no primeiro desgaste concreto para Weintraub dentro do próprio governo, decorrente de sua péssima relação com o Legislativo.

A disputa em torno do Fundeb tem como pano de fundo uma crise protagonizada por Maia e Weintraub. Aliados de Bolsonaro avaliam que parte da irritação de Maia se dá pela demissão de um apadrinhado seu do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da qual ele não foi previamente avisado.

Semana passada, o presidente da Câmara, depois de bater duro na atual gestão do MEC, afirmou que não pode negociar com quem “representa a bandeira do ódio”.

Segundo interlocutores, Maia alertou Bolsonaro da dificuldade em se relacionar com o

ministro. Na conversa, o presidente tentou acalmar os ânimos. E deixou claro para Maia que as questões sobre educação poderiam ser tratadas diretamente com ele. Apesar das críticas duras de Maia a Weintraub, Bolsonaro repete a aliados que “gosta” do ministro da Educação.

Weintraub conseguiu criar tanta antipatia com a maioria do Congresso quanto conquistou seguidores no Twitter (quase meio milhão em dez meses). As redes sociais se tornaram, na visão de uma ala mais pragmática no entorno do presidente, uma “arma” do titular do MEC. Eles acreditam que ela pode ser usada para angariar apoio para a criação do Aliança pelo Brasil, novo partido de Bolsonaro.

Weintraub já assinou ficha de inscrição da legenda que Bolsonaro tenta criar. Sua conexão com o público bolsonarista é sempre apontada como um motivo para a permanência, com direito à hashtag #ficaWeintraub.

ATRASSO NO SISU

Mas a presença midiática do ministro também pode ter efeito oposto ao desejado. Após usar os holofotes digitais para anunciar que o primeiro do governo Bolsonaro foi “o melhor Enem” de todos, falhas seguidas no Sisu — com notas erradas de milhares de estudantes, confusão nas listas de espera das federais e atraso nos resultados — minaram ainda mais a imagem de Weintraub.

A deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), no entanto, minimiza os problemas. Ela diz ter levado um dossiê a Weintraub e ao presidente detalhando erros que teriam sido cometidos na correção de exames em gestões passadas.

“São milhares de casos (de erros no Enem). A diferença é que este governo admitiu o erro”, defendeu.

Também pesa para a permanência de Weintraub a relação do ministro com a área ideológica do governo. Ele foi aluno de Olavo de Carvalho, e já fez elogios públicos ao guru do grupo, com a ressalva de que não segue à risca a cartilha olavista.

Além da tese comprada por Bolsonaro de que o “aparelhamento” do MEC dificulta a apresentação de melhores resultados, o presidente e seus filhos têm uma simpatia genuína por Weintraub, sobretudo o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Na última semana, Eduardo Bolsonaro encampou a defesa de Weintraub nas redes sociais. “Só o pessoal do (educador) Paulo Freire está falando mal da educação, na verdade falando mal do ministro Weintraub. Sem argumentos para fazê-lo, se agarram no ‘ele é ministro, tem a liturgia do cargo’. Enquanto governos anteriores roubavam até as cuecas e merendas a liturgia do cargo estava ok né?”, disparou no Twitter.

Já o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) saiu em defesa do ministro compartilhando no Twitter um comentário do Movimento Brasil Conservador (MBC) que diz ser o MEC “seguramente a pasta mais aparelhada pela esquerda”.

No governo Michel Temer, os ministros da Educação foram Mendonça Filho (DEM) e Rossieli Soares, atual secretário estadual em São Paulo na gestão João Doria (PSDB).

Caso o desgaste torne a permanência insustentável, uma saída honrosa para Weintraub, que já circula de forma reservada, seria a presidência da fundação do futuro partido bolsonarista.

Ele comandaria a "guerra cultural" que tem tomado boa parte do seu tempo à frente do MEC. Um outro cargo na administração, mas que não lide diretamente com o Congresso, também já é cogitado. O que está claro é que o governo não deixará Weintraub "sair por baixo".

Mas antes mesmo de uma eventual derrota na votação do Fundeb, se a PEC da Câmara avançar, Weintraub amargará um dissabor pessoal com a perda de validade da medida provisória que cria a carteirinha estudantil digital emitida pelo MEC.

A iniciativa foi divulgada por Weintraub para minar a maior fonte de renda de entidades estudantis, como a UNE, percebida como foco de oposição ao MEC. A organização vem sendo comandada há décadas por estudantes ligados a partidos de esquerda. Mas a medida termina em 16 de fevereiro, sem que tenha havido nem mesmo instalação de comissão para analisá-la.

Outra MP ligada à pauta do ministro é a que muda as regras para a escolha de reitores de universidades federais, cuja validade termina em meados do ano e segue sem avanços concretos no Congresso, onde o ministro tem cada vez menos interlocução.

topo 

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - CIDADES

Estado promete reformar 200 escolas estaduais

Da Reportagem

Em Mato Grosso, 200 escolas da rede estadual de ensino deverão passar por reformas preventivas. O anúncio foi feito pelo governador Mauro Mendes, na última sexta-feira (07), durante a assinatura da ordem de serviço para a retomada das obras de construção de uma unidade escolar no Bairro Jardim Maria Tereza, no município de Rondonópolis (210 quilômetros, ao sul de Cuiabá).

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), a manutenção será feita nas 100 escolas com melhores notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e nas 100 que estão com piores condições físicas, de acordo com o critério estabelecido pelo Estado. "Serão reparos básicos como pintura, conserto da parte hidráulica, como troca de torneira, vaso sanitário, parte elétrica e também conserto nos telhados", informou o órgão estadual por meio da assessoria de imprensa.

Em seu discurso, o governador lembrou que, através de fotos, viu muitas unidades em situações precárias. "Dá vergonha de ver as condições que estão essas unidades escolares e nada foi feito", assinalou. Para definir as escolas em piores condições, será feita uma avaliação da infraestrutura.

O secretário adjunto Executivo da Seduc, Alan Porto, frisou ainda que já existe um diagnóstico realizado pela Secretaria de Educação. A lista ainda não foi apresentada à titular da pasta e nem ao governador. "Assim que a lista for validada, será de conhecimento público", assegura.

Em relação ao Ideb, a rede estadual de ensino possui três etapas do índice – anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio. A secretária Marioneide Kliemaschewsk vai definir com o governador quais os critérios a serem adotados para a escolha das 100 melhores escolas.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - ECONOMIA

Segundo a CNI, setor de biocombustíveis é o mais atingido

Falta de trabalhador qualificado afeta metade das indústrias no país

A queda do desemprego, que afetava 11,6 milhões de trabalhadores em todo o país no fim de 2019, encontra uma barreira na formação média do trabalhador. Cinco em cada dez indústrias brasileiras têm dificuldade em contratar por causa da falta de trabalhador qualificado. A vaga existe, mas, muitas vezes, a empresa não consegue preenchê-la. É o que revela pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada ontem (11).

Intitulada Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado, o estudo mostra que a escassez de mão de obra qualificada afeta principalmente a indústria de biocombustíveis, onde 70% das empresas dizem ter dificuldades com a qualificação dos trabalhadores.

Em seguida vêm as indústrias de móveis (64%), de vestuário e de produtos de borracha (empatadas com 62%), têxtil e de máquinas de equipamentos (60% cada).

Segundo a pesquisa, a função com maior carência de trabalhador qualificado é a de operador, que afeta 96% das empresas que relataram o problema.

A lista segue com empregados de nível técnico, que atinge 90% das indústrias que enfrentam a falta de empregados com a formação adequada. Também há escassez de qualificação nas áreas de venda e marketing (82%), administrativa (81%), engenharia (77%), gerencial (75%) e pesquisa e desenvolvimento (74%).

Para a CNI, a falta de trabalhadores qualificados deve agravar-se à medida que a economia se recuperar, tornando-se um dos principais obstáculos para o aumento da produtividade e da competitividade no país.

A entidade sugere esforços de capacitação e de requalificação, no curto prazo, e melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, com prioridade para a educação profissional, no médio e no longo prazo.

A baixa qualificação, ressalta o levantamento, dificulta a adoção de novas tecnologias em 31% das grandes indústrias e em 13% das indústrias de menor porte.

Entre as empresas com carência de mão de obra qualificada, 72% afirmam que a busca por eficiência e pela redução de desperdício é comprometida, 60% dizem que a manutenção ou o aumento da qualidade dos produtos têm prejuízo e 27% afirmam que deixam de aumentar a produção.

GARGALOS - Num momento em que a indústria global atravessa a transição para a indústria 4.0, marcada pela tecnologia, a CNI pede que a educação básica dê ênfase às

áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática. Para a Confederação Nacional da Indústria, o ensino básico também deve estimular a interdisciplinaridade (utilização simultânea de várias áreas do conhecimento), a tomada de decisões e a resolução de problemas.

O estudo destaca a baixa inserção da educação profissionalizante no país. Enquanto o percentual de estudantes do ensino médio matriculados em cursos profissionalizantes ultrapassa 40% na Alemanha, na Dinamarca, na França e em Portugal e atinge cerca de 70% na Áustria e na Finlândia, o percentual chega a apenas 9,7% no Brasil.

No país, cerca de dois a cada dez estudantes que concluem o nível médio alcançam a educação superior. O restante, incluindo os que largaram a escola, entra no mercado de trabalho sem preparo.

Segundo a pesquisa, 91% das empresas com escassez de trabalhadores qualificados promovem políticas e ações para lidar com o problema. E 85% das indústrias afetadas pelo problema realizam treinamentos dentro da própria empresa, 42% promovem capacitação fora da empresa, 28% fortalecem a política de retenção do trabalhador, oferecendo salários e benefícios, e 13% fecham parcerias com instituições de ensino.

Mesmo capacitando a mão de obra, 53% dos empresários afirmam que a má qualidade da educação básica cria dificuldades nos investimentos em formação e 49% apontam baixo interesse dos trabalhadores nos programas de aperfeiçoamento.

A pesquisa foi realizada de 1º a 11 de outubro de 2019, com 1.946 indústrias de transformação e extrativas de todo o país. Desse total, 794 são pequenas, 687 são médias e 465 são de grande porte.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - CIDADES

Contra mudança, estudantes ocupam Escola Nilo Póvoas

No entanto, a Seduc afirmou que a decisão tomada continua firme

Da Reportagem

Aproximadamente 50 alunos ocuparam, no fim da tarde da última segunda-feira (10), o prédio da Escola Estadual Nilo Póvoas, que fica no Bairro Bandeirantes, em Cuiabá. Eles protestam contra o fechamento da unidade escolar que atende o ensino médio em tempo integral e funciona há 50 anos. Em frente ao prédio, os manifestantes fixaram faixas com dizeres como “Contra os cortes na educação”, “Ocupado” e “#Nilo vivo”.

Os estudantes prometem ficar no local até que a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) reveja a decisão. Enquanto isso, os profissionais do colégio não conseguem adentrar no espaço, que se encontra com os portões trancados. Porém, a Seduc afirmou, por meio de nota, que a decisão tomada continua firme, pois “o objetivo é transformar o prédio no Centro de Referência em Educação Inclusiva Nilo Póvoas, uma ação estratégica de gestão, com foco na melhor ocupação dos prédios públicos escolares e aplicação dos recursos”.

O órgão estadual informou que os 126 alunos matriculados do 1º ao 3º ano do ensino médio integral, dos quais 32 finalizaram o 3º ano no dia 10 de março de 2020, e 94 alunos permanecerão nos 1º e 2º anos. “Esses alunos têm a opção de serem remanejados, sem prejuízo pedagógico, para a Escola Antônio Epaminondas, localizada

no Bairro Lixeira, ou outra unidade educacional que também atende em tempo integral, entre elas a EE José de Mesquita, no Bairro Porto, EE Padre João Panarotto, no CPA IV, ou Professor Rafael Rueda, Bairro Pedra 90, que também atendem em período integral”, destacou.

Segundo a Seduc, a medida faz parte de um processo de reordenamento da rede estadual, visando otimizar os recursos financeiros, potencializar os espaços, melhorar a estrutura física das unidades e a demanda do atendimento aos alunos. “Os profissionais efetivos da EE Nilo Póvoas também não terão nenhum prejuízo, visto que já estão sendo direcionados para a EE Antônio Epaminondas e os temporários já fizeram a opção para atuar em outras unidades educacionais”, frisou. “O prédio que abriga a Escola Nilo Póvoas possui 18 salas de aula e capacidade para atender 1.600 alunos em três turnos ou 1.080 alunos no período diurno, no entanto, finalizou o ano letivo com 126 alunos”, reforçou.

Ainda assim, a mudança não tem apoio da comunidade escolar e, por isso, os professores e alunos têm ido para as ruas da capital mostrar a insatisfação contra a transferência e pedir apoio da população. No início deste mês, por exemplo, um grupo protestou em frente à sede do órgão estadual, localizado no Centro Político Administrativo (CPA). Em um comunicado distribuído à população, os estudantes diziam “clamar por justiça”.

“Querem fechar nossa escola, que neste ano de 2020, completa 50 anos, ou seja, meio século de existência e querem matar essa história bonita da Escola Estadual Prof. Nilo Póvoas”, diziam. Eles também distribuíram panfletos pedindo apoio contra a decisão da Seduc. “Secretária! Acreditamos na educação, mas com nossa escola não”, diz eles em um dos cartazes. Entre as palavras de ordem, os manifestantes lembram que são estudantes e querem apenas estudar. “Nossos pais e responsáveis pagam os impostos e queremos nossa escola de portas abertas e funcionando”, completam.

Conforme informações, o projeto de Centro de Referência em Educação Inclusiva já está pronto para ser colocado em prática. A intenção é de que o espaço seja utilizado para atender a todo tipo de inclusão, não somente dos alunos portadores de deficiência, como surdos, mudos e autistas, mas também os alunos que encontram-se sofrendo com bullying, depressão, violência doméstica, automutilação e uma série de fatores que acabam interferindo na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo.

Pela proposta, a unidade será um espaço para monitoramento e formação de profissionais que trabalham com alunos inclusos; atendimento com uma equipe de multiprofissionais; fortalecimento do Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (Casies) e do Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo (Ceaada); atendimento da classe hospitalar, dos projetos Escola Gestora de Paz e Mediação Escolar, entre outras ações. Para transformar o espaço no centro de referência, o prédio da Nilo Póvoas passará por uma reforma geral. Para tanto serão investidos R\$ 3 milhões.

Atualmente, o prédio da “Nilo Póvoas” também abriga a Escola Estadual Barão de Melgaço. Recentemente, a Seduc informou que a “Barão de Melgaço” ganhará um prédio novo. Para isso, governo já iniciou a elaboração do projeto para a execução de uma escola moderna e atrativa, que será construída no Bairro Dom Aquino. A previsão

é que o processo de licitação seja realizado no mês de março.

A “Barão de Melgaço” atende 320 alunos do 3º ao 9º ano e, durante o ano letivo de 2020, período em que será executado a obra de construção da nova unidade, esses alunos continuarão no prédio da “Nilo Póvoas”. A obra será dividida em etapas sem causar prejuízos para os alunos da Barão. Previsão para iniciar no segundo semestre de 2020, a obra de reforma da Nilo Póvoas também está em fase de elaboração de projeto. O valor estimado para a reforma é de R\$ 3 milhões e, após início da obra, prazo de execução de 12 meses.

Segundo a Seduc, o antigo prédio da “Barão de Melgaço”, também no Dom Aquino, pertence à Superintendência de Patrimônio da União em Mato Grosso e está em processo de devolução. O imóvel foi cedido ao Estado de Mato Grosso por meio de um termo de cessão de uso gratuito. Já o novo prédio da unidade escolar será construído em outro terreno, que pertence ao Estado.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

Para garantir a vaga

Inscrições para Fies terminam nesta quarta; resultado sai no próximo dia 26. O programa de financiamento estudantil vai ofertar 70 mil vagas em instituições privadas de ensino superior no primeiro semestre deste ano

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) terminam nesta quarta-feira (12). Para se candidatar, os estudantes devem acessar a conta única do Governo Federal, por meio do portal (www.Gov.Br). A medida faz parte do plano de transformação digital do Governo. O objetivo é simplificar a vida do cidadão, com um login, que é o número do CPF, e uma senha para todos os serviços da administração pública.

O candidato também pode acessar o portal do Fies (fies.Mec.Gov.Br), onde será redirecionado para o site do Governo e, após o login ou a criação da senha, voltará para o site do programa de financiamento estudantil. Neste semestre, o programa vai ofertar 70 mil vagas em instituições privadas de ensino superior. O resultado sai no dia 26 de fevereiro.

O programa está dividido em duas modalidades: o Fies a juros zero para quem tem renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) para aqueles com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos.

Mudanças

Em dezembro de 2019, o comitê gestor do Fies realizou algumas mudanças no programa. O MEC destaca, entretanto, que elas só valerão a partir do segundo semestre. Uma das mudanças é a possibilidade de cobrança judicial dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deve ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização (pagamento em parcelas dos débitos).

As mudanças também atingiram o uso da nota do Enem como forma de ingresso ao Fies. Hoje é preciso ter nota média mínima de 450 pontos e apenas não zerar a redação

para pleitear o financiamento. O comitê estabeleceu uma nota de corte também para a parte discursiva, 400 pontos, que está abaixo da nota média nacional, de 522,8. Essas mudanças valem a partir de 2021.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - CIDADES

Educação em alta

Índice de aprovação de alunos da rede municipal chega a 98%. O desempenho de estudantes das escolas municipais em Fortaleza avançou. No ano passado, dos 157.447 alunos matriculados, 154.336 foram aprovados. O 6º e 9º ano são as etapas que demandam mais atenção, avalia especialista

Cursando o último ano do Ensino Fundamental, o estudante Felipe Isidório, 16 - aluno da Escola de Tempo Integral José Carvalho, em Fortaleza - sabe que 2020 será decisivo para seu objetivo de cursar o Ensino Médio no Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). O estudante integra um dado positivo na educação municipal: ele é um dos 154.336 alunos aprovados em 2019. O total equivale a 98% dos estudantes da rede municipal. Esse índice é maior que o atingido em 2018, quando 96% dos alunos tiveram aprovação nas escolas municipais.

O resultado foi apresentado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), com dados do Censo Escolar. A Pasta informou ainda que a taxa de reprovação nesta etapa da vida escolar que, em 2018, foi de 3,4% - equivalente a 5.100 alunos - chegou a 1,7% em 2019 atingindo 2.603 estudantes.

A taxa de abandono escolar, um dos maiores desafios da rede educacional, também parece caminhar de forma positiva. De acordo com a SME, 508 (0,3%) estudantes abandonaram a escola em 2019, sendo 144 (0,2%) deles entre o 1º e o 5º ano e 364 (0,5%) do 6º ao 9º ano. Em 2018, 947 alunos abandonaram os estudos.

Felipe chegou a ser reprovado no 6º ano do Fundamental em três matérias ainda em 2017, atribuindo a ele mesmo a responsabilidade pelo prejuízo. "Eu era muito brincalhão e não ficava atento às aulas. Hoje, eu mudei a visão dos estudos, consigo me dar bem nas matérias porque presto atenção no conteúdo. Só matemática que ainda tenho um pouco de dificuldade", comenta.

A professora da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Adriana Eufrásio, avalia como bastante expressivos os resultados em apenas um ano. Destaca, porém, as diversas e importantes mudanças pelas quais passa o estudante em nove anos da educação básica, se fazendo necessário um maior acompanhamento, especialmente na transição do Fundamental I para o II. "Do 5º para o 6º ano a gente observa que tem uma mudança brusca, de conteúdo ao número de disciplinas, então a gente vê que muita vezes nessa virada acontecem as reprovações. A escola se torna mais exigente, não tão atrativa como outras diversões que eles têm fora da escola. E o 9º ano é extremamente delicado. Pesquisas evidenciam índices de evasão grandes nessa etapa", comenta.

Estratégias

Nesse contexto e tendo como entendimento também a mudança de perfil do próprio estudante, cabem às escolas melhorar as estratégias didáticas para mantê-lo na sala de aula, suprindo, assim, grande parte dessas deficiências.

"No Fundamental II já temos um novo perfil de aluno. Nessa mudança de faixa etária, saindo da infância para a adolescência, o abandono acaba sendo um pouco mais expressivo até por conta dessa mudança de visão de mundo, e foge um pouco mais do controle da própria família. Se ele tiver deficiências acumuladas ao longo dos anos, com o conteúdo maior ele se sente desestimulado e perde o interesse nos estudos", ressalta.

A secretária de Educação de Fortaleza, Dalila Saldanha, aponta o monitoramento diário da frequência como uma das principais estratégias que justificam a melhora do rendimento escolar em 2019. Através de um sistema, a partir de uma falta não justificada da criança ou do adolescente, segundo explica, a família é acionada. "A gente abre um protocolo, faz visitas às famílias, ligações, e se a criança não retornar com regularidade já é acionado o conselho tutelar. Isso contribuiu significativamente para a redução do abandono. E de certa forma, garantir a frequência foi decisivo para aumentar a aprovação".

A educação em tempo integral, viabilizada tanto pelas 27 unidades de tempo integral de Fortaleza, como pelo programa de ampliação da jornada escolar - nas demais instituições - também foi importante para o resultado, conforme a titular da SME. A secretária explica que a modalidade, atualmente, tem cerca de 70 mil estudantes e conta com uma relevante qualificação pedagógica, com currículos voltados diretamente aos alunos que apresentam a necessidade de um melhor atendimento.

O processo de formação contínua, possibilitando equipes pedagógicas integradas e coesas, como acrescenta Saldanha, também vem influenciando nos resultados. Apesar dos pontos citados, a secretária ainda destaca ações direcionadas a períodos específicos, como o 3º, o 6º e o 8º ano, que demandam atenção.

"Até o 2º ano temos a promoção automática. No 3º ano já começa a cumprir o curso, então, o desafio é não deixar que ele se frustre logo no 3º ano, por isso temos uma rotina de acompanhamento, planejamento de professor, material didático, e as metodologias que são oferecidas", diz.

O monitoramento quando o estudante chega ao 6º ano também se faz necessário pela mudança de perfil entre os dois períodos. "O aluno sai daquela atenção do professor regente para o 6º ano, então existe todo o trabalho de transição com os coordenadores pedagógicos para dar mais atenção a eles. E o 8º ano demanda maior atenção para que ele chegue no 9º ano com todas as condições de ele concluir o Ensino Fundamental", explica.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA

Mineração força queda de 5,6% da produção mineira

Atividades em diversas minas da Vale no estado foram paralisadas com o rompimento de barragem em Brumadinho

A produção da indústria de Minas Gerais caiu 5,6% em 2019, na comparação com 2018, segunda maior retração observada no país no período, atrás apenas da retração de 15,7% no Espírito Santo. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal Regional, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em janeiro do ano passado, resultou em forte recuo da atividade extrativa tanto em Minas quanto no Espírito Santo, tendo puxado a média

da produção industrial dos estados.

Em 2019, a produção do setor extrativo em Minas caiu 25,3%. O economista da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) Marcos Marçal lembrou que, com o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, a Vale paralisou ou reduziu significativamente as atividades de muitas reservas no estado. Como a economia mineira é muito dependente da mineração, sobretudo de ferro, o impacto foi forte. Porém, Marçal aponta que o crescimento abaixo do esperado no setor de transformação, de 0,9%, também contribuiu para diminuir o desempenho das fábricas do estado no ano passado. Segundo o economista, a Fiemg calculava expansão de 1,5% no segmento. “A crise na Argentina e na América Latina demandou menos das exportações mineiras nessa área”, explica.

No entanto, Marcos Marçal projeta que a indústria de Minas não só vai se recuperar, mas voltar a crescer em 2020. A Fiemg espera expansão na indústria de 3,2% este ano, sendo que o setor extrativo deve acumular alta de 6,9% no cenário traçado pela entidade dos empresários. Ainda de acordo com os cálculos da federação, a indústria de transformação deve crescer 2%. “Esperamos que seja uma recuperação gradual. Que a indústria recupere pouco no primeiro semestre, mas volte a crescer no segundo”, afirma Marçal.

O impacto do rompimento da barragem da Vale também foi sentido no setor extrativo do Espírito Santo. O segmento acumulou queda de 21,1% no estado no ano passado. Marcos Marçal analisa que o Espírito Santo deixou de produzir itens que dependem do minério de Minas. Mas, também foi verificada redução na extração de petróleo e gás no estado capixaba, que contribuiu para a queda na média do setor.

O IBGE registrou queda de produção da indústria em outros cinco locais, dos 15 pesquisados: Região Nordeste (-3,1%), Bahia (-2,9%), Mato Grosso (-2,6%), Pernambuco (-2,2%) e Pará (-1,3%). Marcos Marçal afirma que não é possível apontar um único fator que explique essas reduções no ritmo das fábricas. “Alguns estados têm características concentradas em algumas atividades. Quando esses setores variam, afetam a indústria como um todo”. É o caso da indústria na Bahia, que foi afetada por uma redução da atividade automobilística, forte no estado. Impactada pelo encolhimento da extração em Minas e no Espírito Santo, a indústria geral brasileira também registrou queda, de 1,1%.

Perdas sazonais Por outro lado, o IBGE identificou elevação da atividade industrial em oito localidades. Os estados que registraram as maiores altas foram Paraná (5,7%), Amazonas (4%) e Goiás (2,9%). Já a indústria em São Paulo, a maior do país, ficou praticamente estável, por trás crescimento de 0,2%. Para Marcos Marçal, esse quadro não deve ser sinal de alerta. “Não dá para afirmar nenhuma tendência. Nenhum setor sofreu variação substancial. É mais um resultado da média”, analisa.

Na comparação de dezembro de 2019 com o mesmo mês de 2018, a queda na produção industrial de Minas foi ainda mais intensa: de 13,6%. Ainda assim, a redução foi novamente menor do que a do Espírito Santo, de 24,8% no mesmo período. Marcos Marçal avalia que a redução também foi causada pela perda na mineração. Mas perdas sazonais, como no setor de celulose, também afetaram o cálculo.

A pesquisa registrou quedas em outros cinco locais, como Bahia (-4,7%), Goiás (-2,6%) e São Paulo (-1,6%). Já as altas foram apuradas em sete localidades, a exemplo de Amazonas (12,2%), Rio de Janeiro (4,5%) e Ceará (4,5%). Ainda segundo a pesquisa do IBGE, o ritmo de produção das fábricas mineiras também caiu entre dezembro e novembro de 2019. No período, houve recuo de 4,1% na indústria estadual. Nesse recorte, a queda foi menos acentuada apenas do que as apuradas no Mato Grosso (-4,7%) e no Rio de Janeiro (-4,3%). No período, a atividade de 12 das 15 localidades sofreram queda. As únicas regiões que apresentaram expansão da indústria entre novembro e dezembro do ano passado foram: Paraná (4,8%), Pará (2,9%) e Nordeste (0,3%).

* Estagiário sob a supervisão da subeditora Marta Vieira

Dramática falta de qualificação

A despeito da taxa de desemprego de 11% no último trimestre de 2019, cinco em cada 10 indústrias brasileiras enfrentam a falta de trabalhadores qualificados. Em 2013, quando o desemprego era de 7%, o número de empresas que tinha dificuldades para encontrar mão de obra qualificada era de 66%, mesmo percentual registrado em 2011, período em que o país estava próximo do pleno emprego. As informações estão na Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a CNI, a falta de trabalhadores qualificados deve se agravar à medida que aumentar o ritmo de expansão da economia e se tornará um dos principais obstáculos ao crescimento da produtividade e da competitividade do país. A solução do problema, para a entidade, depende de ações no curto e no médio prazo. “De imediato, é necessário um esforço de qualificação e de requalificação da força de trabalho. No longo prazo, é preciso intensificar os esforços para melhorar a qualidade da educação básica no Brasil, priorizando a educação profissional”, diz o relatório da pesquisa, feita com 1.946 indústrias de todo o país.

No setor de transformação, o segmento de biocombustíveis é o que mais enfrenta dificuldades com a falta de mão de obra qualificada. Nesse segmento 70% das empresas dizem que têm problemas com a qualificação dos trabalhadores. Em seguida, se destaca o setor de móveis, no qual 64% dos empresários reclamam da falta de profissionais qualificados e, em terceiro lugar, empatados, aparecem as fábricas de roupas e de produtos de borracha. Em cada um desses setores, 62% dos industriais relatam a mesma dificuldade. Na indústria têxtil e de máquinas e equipamentos, o percentual é de 60%.

Operadores e técnicos A escassez de trabalhadores qualificados atinge todas as áreas das empresas. Mas, é maior na área de produção. Entre as empresas que relatam o problema, 96% afirmam que têm dificuldades para contratar operadores. Ainda na área de produção, 90% das empresas dizem que enfrentam dificuldades para encontrar trabalhadores de nível técnico. Também há falta de profissionais qualificados para as áreas de vendas e marketing (82%), administrativa (81%), engenharia (77%), gerencial (75%) e pesquisa e desenvolvimento (74%).

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Weintraub minimiza erros

Brasília – O ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou ontem os erros do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019, e os chamou de "probleminhas". Segundo ele, havia uma "linha extremamente terrorista" para desacreditar a prova por parte de políticos, da imprensa e de alguns grupos econômicos, sem citar nomes. Weintraub participou uma audiência na Comissão de Educação do Senado, à qual foi convidado para explicar os erros no Enem e no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), programa do governo que seleciona candidatas a vagas em instituições públicas de ensino superior.

Após a divulgação das notas do Enem e candidatas usarem as redes sociais para dizer que estranhavam os resultados, o MEC admitiu ter divulgado parte das notas com erros. Segundo a pasta, 5.974 candidatas receberam os resultados errados por um problema que teria ocorrido na gráfica responsável pela impressão da prova. Weintraub voltou a minimizar o problema e disse que o erro afetou 0,15% dos inscritos. "Não houve prejuízo a nenhum participante", disse o ministro, que mais uma vez afirmou ter feito o "melhor Enem de todos os tempos".

Apesar das afirmações de Weintraub, o Enem muitos problemas. A gráfica responsável pela impressão declarou falência, e uma nova foi contratada com dispensa de licitação; uma foto da prova de redação vazou durante a aplicação do exame; pelos erros no Enem, a divulgação do Sisu chegou a ser suspensa pela Justiça; e, mesmo após a proibição, uma lista de aprovados no Sisu foi vazada. Ao apresentar gráficos sobre o nível de percepção de candidatas em relação ao Sisu, isto é, a satisfação com o processo, o ministro disse que no primeiro dia da divulgação das notas "teve esses probleminhas, mas, a partir daí, se vocês notarem, foi muito próximo de 100%".

Weintraub afirmou reconhecer que a edição do Enem não foi "perfeita", mas disse que houve problemas em governos anteriores e criticou a imprensa e supostos militantes. "É inequívoco que no Brasil, ao longo dos últimos anos, houve judicialização de questões políticas. Mesmo esse Enem, desde 2018, desde o começo do ano passado, houve a pretensão de paralisar o processo. Desde o começo do ano passado fala-se que não vai ter o Enem. E houve", disse. "Porque o objetivo é gerar terror, desmobilizar a sociedade. Desde o começo, alguns grupos parlamentares, alguns grupos econômicos e alguns meios de comunicação hegemônicos adotaram uma linha extremamente terrorista no processo", declarou.

O ministro disse que começou a perceber reclamações sobre as notas do Enem ao entrar no Twitter e ver pedidos de revisões de estudantes que não pareciam "militantes" nem ter intenções "maldosas". Segundo ele, houve três categorias de internautas que interagiram com a pasta nas redes sociais na época de pedidos de revisões de notas. A primeira seria de "militante que se passava por aluno" para perturbar a ordem e disseminar o que seria um caos no Enem. Estes foram descartados pela assessoria do MEC ao tentar identificar os alunos com supostos problemas nas notas, disse.

Ele também disse ter havido pessoas que não estavam entendendo o processo, posteriormente então orientadas.

Por último, disse que houve aluno que foi mal e queria dizer que "a culpa foi do Abraham", referindo-se a si próprio em terceira pessoa.

Weintraub afirmou ainda que o ministério atuou para corrigir os erros rechecendo todas as provas e ninguém foi prejudicado, pois as notas já estavam arrumadas quando da inscrição do SisU. Na sua avaliação, parte da imprensa tem "má vontade" perante o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Ele mostrou reportagens apresentam o que seriam distorções e mentiras. Embora houvesse pessoas com camisetas da União Nacional dos Estudantes para acompanhar a audiência, não houve protestos quando o ministro apareceu.

Além de criticar edições passadas do Enem, o ministro disse que pretende investir R\$ 1 bilhão recuperados da Operação Lava Jato em creches para 1,1 milhão de crianças no Norte e Nordeste. Weintraub também se defendeu do direito de responder como preferir em seu perfil no Twitter. Conhecido por reagir a críticas de internautas com xingamentos, disse que seu comportamento faz parte do "jogo democrático". A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) fez um apelo, em suas próprias palavras, para que o ministro seja menos polêmico no Twitter e consiga se dedicar mais ao dia a dia da pasta.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - POLÍTICA

Roraima recebe quase R\$ 27 milhões a mais de FPE

A primeira parcela de fevereiro, do Fundo de Participação do Estado (FPE), foi transferida com um aumento considerável para Roraima. O repasse foi de R\$ 26,9 milhões a mais em comparação com o mesmo período do ano passado, o que representa um crescimento de mais de 19%.

Conforme o Demonstrativo de Distribuição da Arrecadação do Sistema de Informações Banco do Brasil (SISBB), o valor bruto transferido no primeiro decêndio de fevereiro de 2020 foi de R\$ 213,7 milhões, fruto da parcela de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da parcela de Imposto de Renda (IR).

Considerando a retenção dos recursos destinados ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a dedução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o valor líquido repassado para o Estado foi de R\$ 168,9 milhões.

No ano anterior, na primeira parcela de fevereiro de 2019, o valor bruto repassado foi de R\$ 179,6 milhões. Com a retenção do Pasep e do Fundeb, o valor líquido recebido foi de R\$ 142 milhões.

Vale ressaltar que os cálculos dos valores destinados à saúde e referentes às parcelas de empréstimos não foram incluídos como dedução. Isso se dá por conta do entendimento de que o Governo tem acesso aos montantes. No entanto, o saldo deve ser obrigatoriamente utilizado para manutenção da saúde e do pagamento dos empréstimos.

FPM de Boa Vista aumentou R\$ 5,5 milhões

Para a Prefeitura de Boa Vista (PMBV), o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) também foi registrado com aumento, na primeira parcela de fevereiro deste ano, se comparado ao mesmo período do ano passado.

No dia 10 deste ano, a administração municipal recebeu R\$ 38,8 milhões no valor bruto

pela arrecadação de IPI e IR. Com a retenção do Pasesp e do Fundeb, o valor líquido repassado foi de R\$ 30,8 milhões.

Já em 10 de fevereiro de 2019, a administração municipal recebeu R\$ 31,9 milhões, no valor bruto, e R\$ 25,3 milhões, no valor líquido. Ou seja, a Prefeitura de Boa Vista obteve um crescimento de R\$ 5,5 milhões, o que significa um aumento de aproximadamente 20% em comparação com o ano anterior.

Vale ressaltar que desde 2013 a Prefeitura de Boa Vista recebe repasses maiores do Fundo de Participação dos Municípios devido a uma ação cautelar que pediu a alteração do coeficiente utilizado para o cálculo das quotas de distribuição do Fundo. (P.C.)

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Weintraub minimiza erros do Enem e Sisu e volta a falar que foi melhor edição histórica

Brasília - Na primeira aparição pública, 24 dias após a divulgação de erros no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou as falhas no exame e no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e disse que governo sofre "chuva de fake news".

Weintraub participou nesta terça-feira (11) de audiência na Comissão de Educação do Senado. O ministro do governo Jair Bolsonaro foi convidado a comparecer à Casa para prestar esclarecimentos sobre os erros do Enem 2019 e do Sisu.

Ele voltou a falar que a última edição do exame foi a melhor de todos os tempos. "Eu não prometi que seria, mais foi o melhor Enem de todos os tempos. Não estou falando que não teve nenhum erro, que foi perfeito", disse.

"Não houve fraude, furto de prova, vazamento de questão, esquema com gráfica, nada do que caracterizava o Enem dos anos passados", disse. Mesmo sem apresentar provas, Weintraub disse que o erro mesmo ocorrido na edição 2019 "provavelmente ocorreu" em anos anteriores.

O ministro havia dito que o Enem 2019 havia sido o melhor de todos os tempos, mas no dia seguinte assumiu os erros com notas do Enem. O governo informou que 5.974 candidatos tiveram notas divulgadas com erros e depois o desempenho foi corrigido.

Nesta terça-feira, Weintraub disse que, desses 5.974 participantes com erros nas notas, 874 eram candidatos treineiros (que ainda não terminaram o ensino médio). A nota dos treineiros ainda não foi divulgada.

O Sisu, que reúne as vagas de instituições que usam a nota do Enem para selecionar alunos, acumulou uma série de falhas. O último erro foi na transmissão da relação de aprovados a partir da lista de espera, o que atrasou a convocação por parte das universidades federais.

Aos senadores, Weintraub disse que compareceu à audiência para "quebrar um pouco a chuva de fake news que nos deparamos". O ministro disse que se manteve em silêncio nesse período por causa das ações judiciais com questionamentos do Enem e insistiu que não houve prejuízo a nenhum participante.

A falha na última edição teve o maior número de afetados diretos desde 2010. Há um histórico de erros no Enem desde 2009, mas o MEC não comete falhas com um número tão elevado de afetados desde 2010. Além disso, o tipo de problema registrado foi inédito na história do exame.

De acordo com Weintraub, foi ele mesmo que identificou as reclamações sobre notas nas redes sociais e repassou ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). "Antes de abrir o Sisu já havíamos detectado o erro e nós avisamos a imprensa, comunicamos as pessoas", disse. Além de falar sobre Enem, o ministro apresentou um resumo de ações do MEC.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

Governo não pode aumentar imposto para Fundeb

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, reafirmou na terça-feira (11) que o governo enviará ao Congresso uma proposta própria sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) "para marcar uma posição clara do governo".

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano de forma permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a (Proposta de Emenda à Constituição) PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

Sobre as iniciativas, o ministro disse que não é contra mais recursos na Educação, mas disse que para isso deputados e senadores precisam apontar de onde sairá o recurso. Segundo ele a proposta em discussão no Congresso "não para em pé".

"Tenho todo interesse de aumentar o Fundeb, sem aumento de imposto, sem ser pró-cíclico, ele tem que parar de pé sozinho", disse aos senadores em audiência pública na Comissão de Educação. Ainda sobre o texto que está sendo elaborado pelo governo, Weintraub disse que o Congresso é soberano e pode tanto rejeitar como incorporar parte do texto.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

"É preciso ter nervos de aço", diz Kleber Montezuma

O secretário municipal de Educação, Kleber Montezuma, foi, na terça-feira (11), para Brasília, para falar sobre os bons resultados de Teresina, a convite do Ministério da Educação (MEC). A capital piauiense foi um dos seis municípios selecionados pelo secretário de Educação Básica, Jânio Carlos, para o encontro denominado "Boas

práticas municipais em educação”.

Em Brasília, Kleber Montezuma comparou o processo de escolha do pré-candidato do PSDB à Prefeitura de Teresina pelo prefeito teresinense Firmino Filho (PSDB) a uma gangorra. “A impressão que eu tenho é que um dia um pré-candidato está em cima, outro dia está embaixo, sobe novamente outra vez e desce novamente”, afirmou. Kleber Montezuma, um dos três pré-candidatos que está na reta final do processo de escolha, de acordo com o secretário de Governo, Fernando Said, e o presidente municipal do PSDB, vereador Edson Melo.

Segundo Said e Melo, os três pré-candidatos que estão no final da disputa são Kleber Montezuma, o presidente da Fundação Municipal de Saúde, Charles Silveira, e o ex-prefeito de Teresina, Sílvio Mendes. “É preciso ter nervos de aço”, cantarolou Kleber Montezuma. O encontro realizado pela Secretaria de Educação Básica do MEC reuniu gestores e professores de municípios brasileiros que nos últimos anos apresentaram bons resultados em seus indicadores educacionais. O diálogo com gestores do MEC é no sentido de compartilhar as recentes experiências em gestão e práticas de sala de aula que têm contribuído para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. (E.R.)

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

Reforma tributária vai desonerar combustíveis

DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias (PT) afirmou que os governadores reunidos na terça-feira (11), em Brasília, discutiram a desoneração dos combustíveis dentro da reforma tributária, que tem texto discutido e a ser colocado em votação pelo Congresso Nacional. “Não é possível reduzir tributos sobre combustíveis de forma imediata, os governadores decidiram que a desoneração deve ser debatida dentro da reforma tributária e do projeto de pacto federativo”, afirmou Wellington Dias (PT), após reunião do Fórum de governadores, em Brasília, que contou com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes.

No encontro, que contou com 22 governadores, foi tratada a proposta voltada para reforma tributária, com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. “Foi importante a participação do ministro e deixamos claro o risco que o país tem neste momento de voltar a ter paralisações em rodovias e greves de caminhoneiros, a partir de declarações do presidente Jair Bolsonaro e de outras pessoas. Colocamos de forma muito clara o posicionamento dos 27 governadores”, disse Wellington Dias, enfatizando que todos estão dispostos a trabalhar para aprovação da reforma tributária.

“Apresentamos uma proposta na direção da simplificação e da redução da carga tributária e não apenas do ICMS de combustível, mas também do consumo e a substituição tributária e para garantir a regulamentação”, acrescentou. O governador destacou o trabalho do secretário estadual de Fazenda, Rafael Fonteles, e a aprovação das mudanças para as quatro Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) do Pacto Federativo, que tratam da votação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), da sua renovação com participação maior da União. Outro ponto destacado por Wellington é a Lei Mansueto, que garante a desburocratização da parte de crédito da União para com os Estados e Municípios. Na reunião, foram tratados ainda pontos como o Plano Mais Brasil, onde foi apresentada uma definição de 70% dos royalties com participação da União. “Estamos chegando a

um acordo e vamos ao Supremo Tribunal Federal (STF) com a regra de distribuição dos royalties destinada a investimentos e a compensação do déficit da Previdência”, explicou Dias.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDITORIAL

A angústia e a incerteza

Vivemos numa sociedade em que a única via de escape da miséria reside na educação, ela é capaz de transformar a realidade e oferecer novos horizontes. Horizontes que abrem a janela da esperança por um futuro melhor. No entanto, a plenitude da formação é posta em xeque a cada ano, com dias de incerteza e de debates sem uma solução específica, indubitavelmente, os estudantes são os maiores prejudicados com o movimento grevista.

Obviamente, a valorização do magistério é imprescindível, e qualquer sociedade desenvolvida atribui a estes profissionais o nível máximo de importância. Assim, o imbróglio que envolve o piso salarial provoca efeitos danosos, especificamente com a alta vertiginosa da evasão escolar, índice que baliza a transmissão de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundef), e quando caem, as transferências gradativamente são menores.

O fogo cruzado, ao qual os alunos são colocados, impõe uma nova barreira na minimização das desigualdades, assim, a linha que separa os estudantes das escolas públicas das privadas se estende, o que consolida uma corrida desigual na formação educacional. Problema histórico e que evidencia a necessidade de um esforço acima do comum para a manutenção das atividades escolares em dia, tal como dos conteúdos programáticos para cada nível.

Os pais, nesta celeuma, ficam numa situação extremamente desconfortável, alguns sacrificam-se ao pagar mensalidades em instituições privadas, mesmo sem ter condições favoráveis para tal, afinal, tempo não se recupera. A finalização do ano letivo de 2018 apenas em abril de 2019 é uma prova disso. Outros, enfim, apenas esperam por uma definição, sob o lamento dos dias perdidos, a dor dos sonhos adiados, e a dificuldade em manter a firmeza do discurso de que dias melhores virão.

A Constituição garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas será que realmente esse direito vem sendo exercido em sua plenitude? Fica a questão.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - POLÍTICA

Não houve fraude e nem vazamento, diz ministro sobre Enem

Em audiência no Senado, ministro da Educação, destacou que o Enem 2019 apresentou inconsistências que afetaram 0,15% dos participantes

Brasília- Em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado, nesta terça-feira, 11, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, destacou que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 apresentou inconsistências que afetaram 0,15% dos participantes. Todas as provas foram corrigidas, e ninguém saiu lesado, segundo o titular da pasta.

“Não houve fraude, não houve furto de prova, não houve vazamento de questão”, observou o ministro, que mencionou ainda a economia de gastos com o exame, de R\$ 52 milhões em relação a 2018.

Foi a nona vez, desde que assumiu o ministério, em abril de 2019, que Abraham Weintraub foi ao Congresso para prestar contas sobre a pasta. O Enem 2019 contou com índice de participação de 77,2% - o maior desde 2009, ano em que o exame começou a ser realizado em dois dias. Cerca de 4 milhões de estudantes realizaram as provas em dois dias de aplicação.

Um total de 5.100 provas teve inconsistências nas correções. Os casos se concentraram em quatro municípios: Viçosa, Ituiutaba e Iturama, em Minas Gerais; e Alagoinhas, na Bahia. A discrepância entre o número de acertos e a nota divulgada inicialmente é consequência de uma associação equivocada entre a cor do Caderno de Questões e o gabarito correspondente. Não houve alteração nas notas da redação. Tudo foi sanado antes da abertura do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

De forma inédita, o MEC utilizou o sistema em nuvem, sem ser por placas, para aumentar a capacidade de atendimento ao programa. A decisão se deu para suportar mais usuários ao mesmo tempo, e adaptar o portal para aparelhos mobile e economizar recursos. Foi registrado um pico de 7 mil inscrições por minuto no primeiro dia de inscrições, número recorde. Quanto ao dinheiro, a redução de gastos com a nova tecnologia é estimada em R\$ 15 milhões já em 2020 e R\$ 25 milhões nos primeiros cinco anos.

“Ficou muito mais interativo para o celular e aumentou sobremaneira a demanda no sistema”, disse o ministro. “Atendemos toda a demanda existente, das 4 milhões de pessoas, nos quatro primeiros dias”.

O Enem é o segundo maior exame de acesso à educação superior do mundo. O Sisu é o sistema pelo qual as instituições públicas de ensino superior usam para selecionar estudantes por meio das notas do Enem. Ao final, o ministro fez um balanço de sua gestão — como registrado em café da manhã com jornalistas em janeiro deste ano.

O ministro ressaltou que o governo enviará, em breve, ao Congresso, a PEC do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Mais

As explicações do ministro Abraham Weintraub, sobre os problemas na mais recente edição do Enem não convenceram todos os senadores durante audiência pública nesta terça-feira, 11, na Comissão de Educação (CE). Alguns parlamentares defenderam a demissão ou impeachment do atual titular da pasta. Outros consideraram que não há razões para o impedimento e defenderam a gestão de Weintraub no MEC.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - ECONOMIA

Indústria enfrenta falta de mão de obra qualificada, aponta CNI

Sondagem da CNI revela que a falta de trabalhadores qualificados deve se agravar à medida que aumentar o ritmo de expansão da economia

Problema da qualificação atinge todas as áreas das empresas em todo o país, mas é maior na área de produção

Mesmo com a taxa de desemprego em 11% no último trimestre de 2019, cinco em cada 10 indústrias brasileiras enfrentam problemas com a falta de trabalhadores qualificados. Em 2013, quando a taxa de desemprego era de 7%, o número de empresas que tinha dificuldades para encontrar mão de obra qualificada era de 66%, mesmo percentual registrado em 2011, quando o país estava próximo do pleno emprego. As informações estão na Sondagem Especial - Falta de Trabalhador Qualificado, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Conforme a CNI, a falta de trabalhadores qualificados deve se agravar à medida que aumentar o ritmo de expansão da economia e se tornará um dos principais obstáculos ao crescimento da produtividade e da competitividade do país.

A solução do problema, considera a CNI, depende de ações no curto e no médio prazo. “De imediato, é necessário um esforço de qualificação e de requalificação da força de trabalho. No longo prazo, é preciso intensificar os esforços para melhorar a qualidade da educação básica no Brasil, priorizando a educação profissional”, diz a pesquisa, feita com 1.946 indústrias de todo o país.

Na indústria de transformação, o setor de biocombustíveis é o que mais enfrenta dificuldades com a falta de mão de obra qualificada. Nesse segmento 70% das empresas dizem que têm problemas com a qualificação dos trabalhadores. Em seguida, vem o setor de móveis, em que 64% dos empresários reclamam da falta de profissionais qualificados e, em terceiro lugar, empatados, aparecem a indústria do vestuário e de produtos de borracha. Em cada um desses setores, 62% dos industriais relatam a mesma dificuldade. Na indústria têxtil e de máquinas e equipamentos, o número é de 60%.

O problema atinge todas as áreas das empresas. Mas é maior na área de produção. Entre as empresas que relatam a falta de trabalhador qualificado, 96% afirmam que têm dificuldades para contratar operadores. Ainda na área de produção, 90% das empresas dizem que enfrentam dificuldades para encontrar trabalhadores de nível técnico. Também há falta de profissionais qualificados para as áreas de vendas e marketing (82%), administrativa (81%), engenharia (77%), gerencial (75%) e pesquisa e desenvolvimento (74%).

Na avaliação dos industriais, a falta de trabalhador qualificado prejudica 97% das empresas que enfrentam o problema. “Os maiores impactos recaem sobre a produtividade da empresa e qualidade do produto. Ou seja, o problema afeta diretamente a competitividade da indústria brasileira”, alerta a pesquisa.

Entre os objetivos das empresas que são mais atingidos pela falta de profissionais qualificados, aparece, em primeiro lugar, com 72% das respostas, a busca por eficiência ou redução de desperdícios. Em segundo lugar, com 60% das menções, os empresários citam a manutenção ou o aumento da qualidade dos produtos. Em terceiro lugar, com 27% das assinalações, aparece a expansão da produção e, em quarto, com 25% das respostas, a aquisição ou a absorção de novas tecnologias.

De acordo com a pesquisa, o prejuízo da falta de mão de obra qualificada sobre o

objetivo de adquirir e absorver novas tecnologias é maior nas grandes indústrias. Nesse segmento, o problema teve 31% das assinalações. Entre as pequenas indústrias, o número de respostas foi de 13%.

Treinamentos

A pesquisa mostra ainda que as empresas procuram capacitar os trabalhadores. Mais de nove em cada dez empresas que relatam a falta de mão de obra qualificada têm políticas e ações para lidar com o problema. Entre as ações, se destacam, em primeiro lugar, a qualificação na própria empresa, com 85% das respostas. Em seguida, com 42% das menções, aparece a capacitação fora da empresa (cursos externos) e, em terceiro lugar, com 28% das citações, o fortalecimento da política de retenção do trabalhador.

Embora concordem que as empresas precisam investir em qualificação dos trabalhadores, 88% dos empresários dizem que enfrentam dificuldades para fazer investimentos em formação da mão de obra. Para esse grupo, o principal obstáculo, com 53% das citações, é a má qualidade da educação básica.

No estudo, a CNI destaca que a quarta revolução industrial está promovendo mudanças significativas nas competências dos trabalhadores. “Diante deste desafio, a educação básica precisa dar ênfase nas áreas de STEAN (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) e fomentar a interdisciplinaridade, a resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões”, recomenda a CNI.

“O Brasil paga caro por ter focado em um ensino médio generalista voltado para o ingresso nos cursos superiores. Cerca de 2 a cada 10 estudantes que concluem o ensino médio alcançam a educação superior. O restante dos estudantes, incluindo aqueles que abandonaram o ensino médio por falta de perspectivas, entra no mercado de trabalho sem preparo, sem uma profissão”, observa a CNI.

Mais

Levantamento

O estudo da CNI lembra que, no Brasil, apenas 9,7% das matrículas do ensino médio são em cursos de educação profissional. Na Alemanha, na Dinamarca, na França e em Portugal esse percentual é superior a 40% e alcança cerca de 70% na Áustria e na Finlândia.

O levantamento foi feito de 1º a 11 de outubro de 2019, com 1.946 indústrias de transformação e extrativas de todo o país. Dessas, 794 são pequenas, 687 são médias e 465 são de grande porte.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - POLÍTICA

Definidos membros de CPI que apurará abusos de escolas em SL

Foram indicados para compor a comissão os deputados Zé Inácio (PT), Rafael Leitoa (PDT), Wendel Lages (PMN), Duarte Júnior (PCdoB), Roberto Costa (MDB), Thaiza Hortegal (PP) e Hélio Soares (PL)

A Assembleia Legislativa do Maranhão definiu ontem os parlamentares que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação. O colegiado apurará denúncias

de abusos cometidos por escolas particulares do Maranhão, notadamente em São Luís, a partir da cobrança de preços diferenciados pelo suposto fornecimento de ensino bilíngue.

Foram indicados para compor a comissão os deputados Zé Inácio (PT), Rafael Leitoa (PDT), Wendel Lages (PMN), Duarte Júnior (PCdoB), Roberto Costa (MDB), Thaiza Hortegal (PP) e Hélio Soares (PL). Relatoria e presidência devem ser escolhidas na semana que vem.

O caso chegou à Assembleia depois de um grupo de pais de alunos de escolas particulares de São Luís articular-se para formalizar denúncia a órgãos de defesa do consumidor contra uma prática que eles reputam abusiva das instituições de ensino.

Segundo eles, essas escolas decidiram promover em 2020 uma espécie de terceirização do ensino de língua inglesa, com o argumento de que, a partir de agora, são bilíngues.

Mudanças

A mudança, alegam os empresários, e de acordo com os pais de alunos, atende a uma exigência do MEC para que seja cumprida a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para isso, as escolas prometeram ampliar a carga horária das aulas de inglês, mas, em contrapartida, os pais precisam adquirir um material específico, ofertado por curso de idiomas de São Luís, que custa de R\$ 600 a R\$ 1,5 mil, o que foi considerado abusivo.

“De fato, a BNCC elegeu o inglês como idioma estrangeiro obrigatório na grade curricular a partir do Ensino Fundamental II e as escolas deverão se adequar quanto ao aprimoramento do ensino do referido idioma, que deverá atingir níveis melhores em diversas competências e habilidades. Contudo, a obrigatoriedade é de a escola ofertar a disciplina e todo o custo estar incluído no valor da mensalidade escolar. Mas as escolas tentam ‘terceirizar’ o oferecimento da disciplina com custos extras para os pais/consumidores, sob o argumento de ganho de tempo, praticidade e custo benefício”, diz uma nota produzida pelo coletivo de pais, a que O Estado obteve acesso ainda em janeiro.

Eles reclamam, ainda, que a atitude das escolas se deu de forma unilateral, “sem qualquer diálogo com os pais”. A diferença de preços para o mesmo material, de acordo com a escola, também chamou atenção dos denunciantes.

Suspensão

Ainda no mês passado, diante das reiteradas denúncias dando conta de cobranças abusivas, o Procon-MA determinou a suspensão imediata da cobrança de quaisquer valores referentes ao ensino bilíngue das escolas denunciadas no ano de 2020. Segundo o órgão, cinco escolas particulares foram notificadas para assegurar não só a qualidade do ensino, mas a transparência nas relações de consumo.

Já nesta semana, em acordo firmado na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, uma das escolas decidiu também suspender a venda do material de inglês

considerado abusivo pelos pais de alunos.

Em nota, o Sindicato de Escolas Particulares do Maranhão (Sinepe-MA) alega que os novos programas de inglês “demandam de cada escola investimentos distintos e condizentes com sua realidade”. A CPI deve ser instalada ainda em fevereiro.

Comissões

Além da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que se trata de um colegiado temporário, comissões permanentes da Assembleia começam a tomar forma para 2020. Na terça-feira, foram definidos os presidentes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que ficou com o deputado Ricardo Rios (PDT), e da Comissão de Orçamento, Fiscalização e Finanças, a cargo do deputado Neto Evangelista (DEM).

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - POLÍTICA

Governadores discutem ICMS e Fundeb

Dois assuntos dominaram a primeira reunião, ontem, do Fórum de Governadores em 2020: a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a forma com que o presidente Jair Bolsonaro tem se referido às alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis.

O encontro desta terça-feira (11) contou com a participação de 22 governadores e do ministro da Economia, Paulo Guedes. Antes mesmo de a reunião terminar, os governadores divulgaram um documento no qual pedem “a aprovação imediata do novo Fundeb” ao Congresso Nacional. O prazo de validade do Fundeb termina no fim do ano.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, coordenador do fórum, disse que, atualmente quem paga a maior parte do Fundeb em vários estados são os próprios estados. “Contamos com a responsabilidade do Congresso Nacional para que o Fundeb seja melhorado e prorrogado, porque precisamos investir cada vez mais na educação para melhorar o nível da qualificação de nossas crianças e adolescentes.”

“Isso é urgente e tem de ser feito da forma mais rápida, porque envolve questões orçamentárias para o ano que vem, e não podem ser colocadas de última hora”, acrescentou Ibaneis.

Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, a expectativa é que o Congresso Nacional vá além da renovação do fundo. “Os parlamentares têm a compreensão, do ponto de vista suprapartidário, da importância que o Fundeb tem. A ideia é avançar no sentido de torná-lo permanente, enquanto política, e também de ampliar a participação da União”, disse Fátima.

Ainda de acordo com a governadora, a proposta inicial aumentaria essa participação de 10% para 40% de forma gradativa, em um prazo de 11 anos. “Mas estamos abertos para a discussão, e hoje já se fala em algo entre 25% e 30%”, acrescentou.

Educação

O governo federal encaminhou a um grupo de parlamentares e governadores proposta de reformulação nos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), Norte

(FNO) e Centro-Oeste (FCO) para ampliar em R\$ 7 bilhões a complementação da União ao Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil.

Ao final de cinco anos, cerca de 60% dos recursos atualmente repassados aos fundos teriam seu destino alterado, aumentando em 50% a complementação ao Fundeb. O dinheiro seria repassado diretamente aos governos estaduais para investirem em infraestrutura e ciência e tecnologia. A ideia é manter o montante anual de recursos atualmente disponíveis para novos financiamentos ao setor produtivo com recursos dos fundos. Para 2020, o valor previsto é de R\$ 46 bilhões.

O governo quer mostrar que as mudanças no modelo serão graduais e aumentarão o retorno dos financiamentos dos empréstimos concedidos com o dinheiro transferido para os fundos. O risco de crédito passará a ser integralmente das instituições financeiras que operam o crédito dos recursos dos fundos. A exceção é o financiamento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Será ampliado o acesso a outras instituições financeiras.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo, hoje considerado um dos temas mais importantes em discussão no Congresso Nacional.

Imposto

Na avaliação dos governadores que falaram à imprensa após o encontro, há um consenso no sentido de que é inviável a proposta feita pelo presidente Jair Bolsonaro, de zerar a alíquota do ICMS incidente sobre a venda de combustíveis. Além disso, afirmam os governadores, da forma como o desafio foi apresentado, acabou prejudicando politicamente os chefes do Executivo nos estados.

“Houve muita provocação nas redes sociais, e o debate ficou muito superficial, não orientando [adequadamente] a população brasileira. Temos de colocar esse assunto na posição em que merece. É importante ter responsabilidade para tratar dele porque um debate superficial não leva a nenhuma proposta”, ressaltou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Wilson Witzel, do Rio de Janeiro, por sua vez, lembrou que os governadores cobraram do ministro da Economia, Paulo Guedes, “uma demonstração clara de que não há desafio, e que os servidores públicos não são parasitas”.

Para Witzel, a solução para as contas dos estados depende do pacto federativo e da reforma tributária. “Não estamos aqui para desafio ou duelo, mas para fazer com que as reformas avancem”, afirmou.

A pauta do primeiro fórum de governadores em 2020 abrangeu também assuntos como plano de ajuste fiscal, securitização das dívidas dos estados e Fundo de Segurança Pública.

Segundo informações publicadas ontem no portal da Folha de São Paulo, o ministro Paulo Guedes propôs que o debate sobre possível redução nos tributos que incidem

sobre combustíveis seja levado para o Congresso na discussão da reforma tributária e do pacto federativo.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Governo pede a professores convocados que se apresentem o quanto antes

Os 600 professores convocados para assumir os cargos nas salas de aula das escolas estaduais do Rio Grande do Norte têm um prazo de 30 dias para apresentarem a documentação e serem encaminhados às unidades escolares do Estado. A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do RN (SEEC-RN), pede que os professores se apresentem o quanto antes, já que as aulas começam a partir do próximo dia 17. No Ensino Integral, as aulas iniciam no dia 02 de março.

Os professores nomeados devem apresentar uma série de documentos e exames, além de uma inspeção médica admissional, antes de serem autorizados a iniciarem as atividades. De acordo com a pasta estadual, caso não haja inconsistências ou irregularidades nesses processos, o profissional é encaminhado e já pode se apresentar na escola. Confira a lista de documentos no final da reportagem.

Os novos educadores convocados vão atuar nas unidades de ensino em todas as regiões do Estado. As áreas de conhecimento são pedagogia (anos iniciais e educação especial), Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Sociologia, Geografia, História, Filosofia, Artes e Línguas (Portuguesa, Espanhola e Inglesa). Ao todo, o Estado conta com cerca de 14 mil professores, espalhados em 609 escolas com 220 mil alunos matriculados.

Os professores vão assumir funções em Natal, São Paulo do Potengi, Ceará-Mirim, Macau, Angicos, Currais Novos, Caicó, Assu, Mossoró, Apodi, Umarizal, Pau dos Ferros, Nova Cruz, Parnamirim, Santa Cruz.

Esta é a segunda convocação de professores da Governadora Fátima Bezerra. Em 2019, ela autorizou a contratação de 510 professores efetivos. Além disso, outros 600 professores temporários haviam sido contratados para suprir ausência de profissionais afastados por aposentadorias, licenças-prêmios e afastamentos por problemas de saúde.

Essa convocação também vai ao encontro da implantação da modalidade de tempo integral em 15 escolas da rede pública do Estado. Com isso, as escolas integrais agora somam 74 unidades de ensino, atingindo 15 mil alunos.

Confira a documentação e os exames necessários
Diploma de conclusão de curso com habilitação para o cargo, devidamente registrado por órgão competente;

Cópias de:
Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovante de residência;

Título de Eleitor e Declaração de Quitação Eleitoral;

Certidão de Reservista (sexo masculino);

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência social (página com foto frente verso e todas com contrato de trabalho assinado e a seguinte em branco);

PIS ou PASEP;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), habilitando o candidato para o exercício do cargo, expedido por junta médica oficial;

Número da Conta bancária e Agência em nome do Titular do Contrato (conta do Banco do Brasil);

Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, assim como, pela Polícia Civil da localidade em que o candidato possuir Residência nos últimos cinco anos;

Última Declaração do Imposto de Renda (caso tenha declarado no último ano);

Carteira de Inscrição no Conselho Regional de Educação Física (para os Convocados em Educação Física).

Declaração de Horário de Trabalho, caso possua outro vínculo empregatício.

Local para entrega da documentação:
Coordenação de Administração de Pessoal e de Recursos Humanos – COAPRH, situada na sede da SEEC/RN

O candidato deve comparecer para entrega da documentação antes de se apresentar para a avaliação da Junta Médica).

Exames necessários

Validade de 30 dias:
Atestado de Sanidade Mental (emitido pelo Psiquiatra)

Validade de 90 dias:
Hemograma

Glicemia em Jejum

Sumário de Urina com Sedimentoscopia

Parasitológico de Fezes

Candidatas gestantes: Laudo de Ginecologista atestando, por estarem isentas dos exames de radiologia.

Validade de 6 meses:

Eletrocardiograma com parecer do Médico Cardiologista

Raios-X do Tórax em PA e Perfil (com laudo do Radiologista)

Validade de 12 meses:

Dosagem PSA, para candidatos do sexo masculino, com idade igual ou superior a 45 anos.

Citologia Oncótica, para candidatos do sexo feminino, com parecer de Médico Ginecologista.

Mamografia, para candidatos do sexo feminino, com idade igual ou superior a 45 anos, com parecer de Médico Mastologista.

Número

600 professores foram convocados para as escolas da rede pública do Estado.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

No Senado, Weintraub anuncia programa anual de voucher para educação infantil que prevê em média R\$ 75/mês por criança

Ministro da Educação afirmou que R\$ 1 bilhão da Lava Jato será usado para 1,1 milhão de alunos cursarem creche e pré-escola

RIO — O programa de voucher na creche e pré-escola, divulgado nesta terça-feira pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, consegue pagar, com o dinheiro da Lava Jato, no período de um ano, mensalidades de R\$ 75.

Em audiência no Senado, o ministro afirmou nesta terça-feira que o R\$ 1 bilhão recuperado pela força-tarefa e destinado ao MEC será usado em um "programa piloto" que beneficiará 1,1 milhão de crianças de 0 a 6 anos.

Isso significa um aporte, em um ano, de R\$ 909 por estudantes — ou R\$ 75 dividido em 12 meses. No modelo de voucher, o Estado paga a mensalidade de alunos em escolas privadas.

A educação infantil é a etapa escolar mais cara. Na rede pública, o piso de investimento por aluno, em 2020, é de R\$ 4,3 mil na creche e R\$ 4 mil na pré-escola.

Veja ainda: Weintraub diz que erros do Enem 2019 foram exagerados por militantes

Segundo João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política do Todos Pela Educação, se o país adotasse os mesmos valores que gasta por aluno na creche pública pagaria uma mensalidade em torno de R\$ 500 por criança, ou seja, mais de seis vezes o valor anunciado por Weintraub.

— É importante saber se as escolas conseguiriam prover uma educação infantil de qualidade por R\$ 500 ao mês —avalia.

Ainda segundo o ministro, as vagas serão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, que, segundo o IBGE, apresentam taxa de analfabetismo bem mais alta que o restante do país e tem média de anos de estudo inferior ao Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Leia: Erros no Enem fragilizam Weintraub, mas apoio dos Bolsonaro o mantém no MEC

— Com valores menores você consegue colocar uma criança do Nordeste e do Norte em instituições sem fins lucrativos, o que tem que ser — afirmou Weintraub.

Além dele, os ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil) estão participando da criação do programa.

De acordo com o IBGE, havia, em 2018, só 32% das crianças de 0 a 3 anos estavam em creches no Brasil. Isso corresponde a 3,2 milhões de brasileiros. Outros 6,7 milhões não frequentavam essa etapa escolar.

Já na pré-escola, 92,4% estavam matriculadas naquele ano. No entanto, o Brasil deveria ter universalizado essa oferta desde 2016 e quase 450 mil crianças de 4 a 6 anos não estavam na escola como deveriam.

O MEC foi procurado, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem.
Defesa da escola cívico-militar

O ministro ainda afirmou na audiência que pretende aumentar em 80% o total de vagas do ensino técnico utilizando três estratégias:

— Vamos fazer isso com investimento direto nos institutos técnicos, parcerias com empresas privadas e ampliando o ensino à distância parcial. Tem muito sucesso. Os jovens vêm duas vezes por semana para ter aula em laboratório e três ou quatro (vezes) à distância. O resultado é muito bom. Diminuí a evasão, cai muito o custo. Amplia o leque das pessoas que são atendidas — afirmou.

Segundo ele, "o custo médio de um curso técnico é de R\$ 16 mil por ano". Enquanto isso, de acordo com Weintraub, o gasto para o Estado com um diploma universitário é "quatro, cinco vezes maior".

— Com o mesmo recurso, a gente consegue atender muito mais pessoas — concluiu.

Na audiência, o ministro ainda defendeu o modelo de escolas cívico-militares.

— Você não tem caso de agressão ou ameaça de aluno contra professor em escola cívico-militar. Professores estão sendo ameaçados principalmente na periferia. Filhos e enteados de traficantes ameaçam os professores — afirmou.

No entanto, ele reclamou de estados que não aderiram ao modelo.

— Muitos governadores e parlamentares de esquerda são contra o projeto. Tentam destruir juridicamente, e têm má vontade. No Nordeste, apenas um (governador) aceitou. E o custo disso é zero. É simplesmente mais dinheiro para aporte. Em São

Paulo também não foi possível. Mas as famílias querem — argumentou.

São Paulo é governado por João Dória, do PSDB, que chegou a manifestar interesse no programa federal fora do prazo e não tem um projeto próprio. Já o Rio de Janeiro, que também não aderiu, é comandado por Wilson Witzel, filiado ao PSC. No Rio, o governo estadual elaborou um modelo próprio e prevê 11 escolas em funcionamento ainda este ano. Dória e Witzel já demonstraram interesse em concorrer à presidência, em 2022.

As regiões Centro-Oeste, Sul e Norte tiveram adesão de todos os estados. No Nordeste, apenas o Ceará aderiu ao programa e, no Sudeste, Minas Gerais.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Ensino médio recebe investimentos para educação em tempo integral

As escolas contempladas com o sistema atenderam a requisitos exigidos pelo MEC

A rede pública de ensino irá receber investimentos para ofertar educação de tempo integral nas instituições de ensino médio. De acordo com informações do Portal do Ministério da Educação (MEC), 412 escolas estão sendo contempladas, tendo a possibilidade de gerar até 41.130 novas vagas na educação básica.

A ação, vinculada ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), irá abranger os 26 estados brasileiros, com matrículas para o ano letivo de 2020.

As escolas inscritas no projeto e já selecionadas irão receber, em conjunto, R\$ 82,3 milhões do Governo Federal. Para conhecer as escolas contempladas e a distribuição por estados, basta clicar neste link.

Dentre as exigências indicadas para participar do programa, estão:

- número mínimo de quarenta alunos matriculados na primeira série do ensino médio;
- alta vulnerabilidade econômica e social em relação à respectiva rede de ensino;
- existência de, pelo menos, três dos seis itens de infraestrutura exigidos pela portaria do Ministério da Educação;
- escolas com oferta de ensino médio em que mais da metade dos alunos tenha menos de 35 horas semanais de carga horária;
- não ser participante do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Programa Mais Tempo na Escola: você sabe o que é?

A finalidade do “Mais Tempo na Escola” é oferecer, aos estados e Distrito Federal, uma ampliação da carga horária de ensino aos jovens estudantes do ensino médio.

Como forma de incentivo à educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) transfere recursos financeiros para auxiliar na implementação de escolas de ensino médio em tempo integral por meio das secretarias estaduais de Educação.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

Weintraub escolheu ex-secretário de Dilma ligado ao PT para o MEC.

Wagner Vilas Boas irá assumir o comando da SESU, que cuida do ensino superior. Ele foi ligado ao PT de Dilma e Mercadante entre 2014 e 2016

Vilas Boas também testemunhou a favor da ex-presidente no processo de impeachment, em 2016. O novo secretário do MEC atuou até 2019 como diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior. Ainda na mesma pasta, ele foi coordenador-geral de Orçamento, em 2011, e coordenador de Contabilidade, em 2016. Vilas Boas é doutorando em Administração pela Universidade de Brasília e especialista em Controladoria e Finanças Empresárias, pela Universidade Federal de Lavras. Wagner cuidou da pasta do ensino superior na gestão de Aloísio Mercadante no MEC entre 2014 a 2016.

A nomeação.

A nomeação no Diário Oficial da União (DOU) sairá nos próximos dias. Vilas Boas assume a função após Arnaldo Lima Júnior pedir demissão do cargo, no dia 30 de janeiro, alegando “motivos pessoais” em meio à crise provocada por erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ministro Weintraub anunciou na tarde dessa terça-feira (11) o nome de Wagner Vilas Boas para a SESU.

De abril a novembro de 2019, Vilas Boas ocupou o cargo de diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior. Agora, retorna para a mesma secretaria. Também no MEC, já foi secretário-executivo adjunto, subsecretário de Planejamento e Orçamento, coordenador-geral de Orçamento, gerente de projetos, entre outros.

Quem é Wagner?

Wagner Vilas Boas de Souza é doutorando em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Administração Pública e especialista em Controladoria e Finanças Empresariais pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e graduado em Ciências Contábeis pela União Educacional de Brasília (Uneb).

Wagner Luís é nomeado secretário da SESU por Dilma Roussef em abril de 2014.

Wagner Vilas Boas foi testemunha de defesa de Dilma Rousseff no processo de impeachment entre maio e agosto de 2016.

Comissão Processante do Impeachment acabou de ouvir o depoimento da terceira testemunha das cinco marcadas para hoje (16). Na reunião alguns senadores se abstiveram de perguntar e defesa e acusação trocaram farpas. O ex-secretário executivo adjunto do Ministério da Educação, Wagner Vilas Boas, falou sobre a edição de decreto de suplementação orçamentária para o ministério em 2015, um dos que justifica o processo por crime de responsabilidade contra a presidenta afastada Dilma Rousseff.

A testemunha respondeu às perguntas dos senadores e deu detalhes técnicos da tramitação dos decretos e do funcionamento das unidades orçamentárias dos ministérios que analisam as demandas das diversas áreas, observando a necessidade de fazer pedidos de suplementação orçamentária.

O ex-secretário explicou que não era atribuição do Ministério da Educação avaliar o impacto da abertura do crédito sobre a obtenção da meta de resultado primário. Ele disse que o órgão setorial – neste caso as secretarias do Ministério da Educação – fazem a solicitação de suplementação orçamentária, mas “ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central” de Orçamento.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Justiça suspende concurso para professores e outros profissionais da educação em São Carlos

Decisão liminar (provisória) considerou que edital para 10 vagas continha irregularidades como pequeno prazo de inscrições. Prefeitura diz que não vai se manifestar por enquanto.

A Justiça suspendeu um concurso público para professores e outros profissionais da educação, em São Carlos (SP), cuja prova foi realizada em dezembro. O pedido de liminar foi feito por um grupo de mais 30 candidatos, que se sentiram prejudicados.

A Prefeitura de São Carlos informou que ainda não foi notificada e, por enquanto, não vai se manifestar sobre o assunto.

Liminar

Na decisão liminar (provisória), a juíza Gabriela Muller Carioba Attanasio considerou que o edital do concurso para 10 vagas continha irregularidades como:

- pequeno prazo de inscrições (nove dias)
- pequeno prazo para requerer isenção no pagamento de taxas (dois dias)
- pequeno prazo para portadores de deficiência física apresentar laudo médico de comprovação (dois dias)
- deixar de contemplar a hipótese de isenção legal do pagamento de taxa de inscrição para candidatos com carência financeira.

Ela apontou ainda que alguns candidatos tiveram vantagens porque eles são autores de um livro indicado pela banca examinadora do concurso.

"Merece destaque a exiguidade do prazo para inscrição, impedindo a ciência e o adequado preparo de eventuais candidatos, de modo a acarretar violação aos princípios da moralidade e publicidade que norteiam os atos da administração pública. Além disso, aparentemente foi desrespeitado o princípio da isonomia, pois foram habilitados candidatos autores de livro indicado pela banca examinadora", informou a juíza na decisão.

Outro motivo seria a existência de irregularidades na habilitação da CKM Serviços Limitada no pregão eletrônico.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFPB divulga 1ª chamada da lista de espera do Sisu 2020.1

Ao todo, foram ofertadas 7.872 vagas, sendo 3.930 para a ampla concorrência e 3.942 para cotas e ações afirmativas.

Por G1 PB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) divulgou a primeira chamada para candidatos da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020.1, na tarde desta terça-feira (11). Também foi divulgada a primeira lista de espera para ingresso na instituição.

Primeira chamada para candidatos da lista de espera do Sisu 2020.1
Lista de espera da UFPB

Conforme a assessoria de comunicação da UFPB, a universidade é a instituição federal que mais ofertou vagas no país. Ao todo, foram 7.872, sendo 3.930 para a ampla concorrência e 3.942 para cotas e ações afirmativas.

O cadastramento está previsto para os dias 17 e 18 de fevereiro. Mais duas novas chamadas deverão ser realizadas até o dia 30 de abril, quando será concluído o 1º processo seletivo do Sisu em 2020.

Já o edital de convocação para a pré-matrícula será publicado no final da tarde desta quarta (12), no site da Pró-reitoria de Graduação da UFPB, com informações detalhadas sobre dia, local e documentação necessária.

O semestre letivo começará em 23 de abril. As vagas remanescentes deverão ser ofertadas na segunda edição do Sisu 2020.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Na volta às aulas, especialistas alertam para riscos de brincadeiras filmadas dentro de escolas

Vídeos mostram estudantes brincando de derrubar uns aos outros no chão. Ao G1, diretores, psicóloga e neurocirurgião comentaram perigo de acidentes.

Nesta terça-feira (11), vídeos em que adolescentes aparecem brincando de derrubar uns aos outros no chão dentro de escolas começaram a circular novamente nas redes sociais e a preocupar pais e mães neste início de ano letivo. Especialistas ouvidos pelo G1 disseram que essas brincadeiras podem causar acidentes e levar à morte.

Em um desses registros, duas adolescentes aparecem dando uma rasteira em uma terceira. Em outros vídeos, a brincadeira é a chamada “roleta humana”, envolve três pessoas – uma delas é girada para trás pelos outros colegas. Em novembro do ano passado, uma adolescente de 16 anos morreu em Mossoró, Oeste potiguar, depois de bater a cabeça enquanto participava da brincadeira.

Em um dos vídeos, o da rasteira, as três alunas que aparecem são do Colégio Marista de Natal. Segundo a vice-diretora educacional da instituição, Ilce Mara da Silva, a escola tomou conhecimento do fato e adotou nesta terça-feira (11) “medidas preventivas”. “Dialogamos, conversamos, explicamos os riscos, junto com a família delas. São ótimas alunas, mas que agiram na impulsividade. Além desse episódio em específico, também adotamos medidas preventivas educativas durante todo o ano”, afirma.

O professor Jorge Rominelli, que é diretor de uma escola em Natal, diz que, dentro do programa pedagógico, também procura discutir esses temas com os estudantes. Ele conta que essas brincadeiras, que considera perigosas, já foram alvo desses debates.

“Procuramos observar o que está circulando entre eles na internet, e também como estão se relacionando dentro da escola. Orientamos que eles precisam tratar uns aos outros com gentileza, que esse tipo de brincadeira é agressão e não é coisa boa”, argumenta.

A psicóloga Sheila Salustino, que atua no Colégio Nossa Senhora das Neves, defende que o melhor caminho é a orientação. Segundo ela, na escola em que trabalha, ao longo do ano, o tema do autocuidado é abordado nas diferentes atividades.

No entanto, segundo ela, quando as brincadeiras são mais violentas, os alunos recebem orientações direcionadas, com abordagem das consequências e riscos de acidentes. “Nós tomamos conhecimento desses vídeos que voltaram a circular e ainda nesta semana vamos nos organizar para conversar com os estudantes”, disse a psicóloga.

Ainda de acordo com ela, as ocorrências, em geral, envolvem os alunos do final do ensino fundamental, com idades entre 13 e 14 anos de idade. “A cada ano surge uma nova brincadeira dessas. É muito de modismo, da novidade que eles vão lá repetir. Mas nós procuramos alertar dos riscos.”

Neurocirurgião fala sobre risco de lesões

O neurocirurgião Márcio Ramalho, que atende em Natal, alerta para os riscos à saúde representados por essas brincadeiras. De acordo com o médico, uma pancada mais forte na cabeça pode resultar em traumatismo craniano, com hematomas cerebrais.

Além disso, uma queda nessas circunstâncias pode ocasionar lesões na coluna cervical. “Deixando, inclusive, a pessoa que se acidentou tetraplégica. É importante lembrar também que os dois tipos de dano podem também levar à morte. Não são boas práticas brincadeiras desse tipo”, complementa.

Caso Emanuela

Em novembro do ano passado, a estudante Emanuela Medeiros, de 16 anos, morreu depois de bater a cabeça no chão ao cair durante uma brincadeira na Escola Municipal Antônio Fagundes, em Mossoró. A garota sofreu traumatismo craniano e ainda foi socorrida pela direção da instituição e levada ao hospital. Mas não resistiu.

De acordo com a prima da vítima, a estudante participava de uma brincadeira com outras duas pessoas que a seguraram e tentaram girá-la, como uma espécie de cambalhota. Durante o giro, ela caiu e bateu a cabeça no chão. Emanuela era aluna do nono ano.

Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura de Mossoró, a Secretaria de Educação promoveu uma reunião ainda em 2019 para orientar professores e gestores sobre “brincadeiras inadequadas” e que colocam em risco a vida dos alunos.

Neste ano será realizado mais um encontro com os diretores de escolas e unidades de educação, antes do início das aulas, em que esse tema será discutido e reforçado. Nesta quarta (12), na abertura da jornada pedagógica, ainda de acordo com a assessoria, o assunto também será pauta, inclusive com vídeos alertando sobre os perigos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisa com 1,1 mil pessoas da região indica que 93% consideram estudos da Unicamp relevantes

72% avaliaram universidade como ótima e outros 21% como boa. Foram ouvidos moradores de Campinas, Paulínia, Jaguariúna, Valinhos, Hortolândia, Sumaré e Indaiatuba.

Por G1 Campinas e Região

Uma pesquisa de opinião realizada pela Unicamp com 1,1 mil moradores de sete cidades da região de Campinas (SP) indica que 93% deles avaliam como relevantes os trabalhos científicos realizados pela universidade estadual. Foram ouvidas pessoas de 25 a 61 anos moradores de Campinas, Paulínia, Jaguariúna, Valinhos, Hortolândia, Sumaré e Indaiatuba.

Os entrevistados avaliaram a universidade quanto a qualidade, serviços à sociedade e inovação. Segundo o estudo, 72% deles indicaram a instituição como ótima e outros 21% como boa.

De acordo com o reitor da universidade, Marcelo Knobel, a pesquisa foi feita por uma "empresa-filha" da Unicamp, ou seja, empresa criada por alunos, ex-alunos, docentes ou funcionários da universidade, sem custos e buscou destacar a relevância de uma universidade pública para a sociedade.

"A pesquisa mostrou que nós temos uma universidade com excelente visão das pessoas. A gente precisa disso, porque quem financia a universidade pública é a sociedade. Aqui são utilizados dinheiro de impostos e nos precisamos mostrar para a população, de uma maneira geral, e para os políticos, em particular, que a universidade é fundamental para transformar a sociedade e melhorar o país em que vivemos", disse.

Qualidade do ensino

O estudo aponta que 81% dos entrevistados consideram ótima a qualidade do ensino prestado na Unicamp. Outros 17% responderam que ela é boa. Ainda segundo Knobel, a universidade trabalha para deixar ainda mais transparente os estudos e pesquisas de dados elaborados nos laboratórios. Outra estratégia da Unicamp é integral de forma efetiva os ex-alunos da universidade.

"Vamos continuar esse programa de aprimorar cada vez mais esses dados. Trabalhar melhor com as empresas-filhas e com os ex-alunos", explicou.

Reconhecimento da saúde

O Hospital de Clínicas (HC) também foi avaliado. Segundo a pesquisa, 91% dos 1,1 mil moradores afirmaram que o trabalho da unidade médica é "muito importante". No caso da gestora empresarial Bruna Damaceno, o HC foi essencial no tratamento de saúde pelo qual ela passou. A jovem nasceu com uma deficiência metabólica e ao longo de 28 anos fez três transplantes de fígado e um de rim.

"Foi aqui que os profissionais descobriram esse meu problema e se não fosse pela Unicamp, provavelmente eu não estaria viva. Na minha cidade não descobriram o meu

problema e se eu não tivesse vindo pra cá e feito a cirurgia de emergência, eu teria morrido. Eu indico a faculdade para estudo e tratamento médico para todas as pessoas que eu conheço", disse.

A manicure Ângela Rubinatti passa por um tratamento contra o câncer de mama há 10 meses no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism), na Unicamp. Ela conta que foi no hospital da universidade que teve todo o apoio durante a cirurgia e reconstrução do seio.

"Em três meses eu fiz todas as consultas, exames e já estava sendo operada com a retirada e reconstrução numa cirurgia só. Foi lá no Caism que eu fiz a quimioterapia, tomo as vacinas preventivas, pego os medicamentos, faço os exames periódicos, tudo gratuitamente. Eles fornecem também café da manhã e almoço se necessário também. Fui sempre muito bem tratada lá", conta.

Ainda de acordo com o reitor da universidade, o hospital da Unicamp é o único de alta complexidade da região de Campinas. Atualmente, atende cerca de 6,5 milhões de pacientes.

"Até para quem trabalha na área de pesquisa surpreendeu, porque você ter ótimo e bom em 93% das respostas é um percentual muito elevado. O que nos dá cada vez mais força e energia pra continuar trabalhando e fazendo cada vez melhor", informou Knobel.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Estudantes de Matão desenvolvem impressora 3D com equipamentos e peças recicladas

Máquina com materiais usados é 77% mais barata do que as vendidas no mercado.

Por G1 São Carlos e Araraquara

Estudantes da Escola Técnica Estadual (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho, em Matão (SP), criaram uma impressora 3D com equipamentos e peças recicladas como projeto de conclusão de curso. O produto final é 77% mais barato do que os disponíveis no mercado.

Durante um ano, os alunos do último módulo do curso técnico de mecatrônica e do terceiro ano do curso de mecatrônica integrado ao ensino médio se reuniram fora do horário de aula para juntar as peças recicladas de impressoras, madeiras e metais com os itens comprados pela internet.

O trabalho deu resultados, segundo o coordenador do curso de mecatrônica Ariovaldo Sano, porque além de economizar com o aparelho, que custou em torno de R\$ 700 em vez de R\$ 3 mil, a escola também diminuiu os gastos com compra de peças.

"A matéria-prima é o plástico e não é caro, se a gente comparar ao valor da compra de uma peça nova, porque dá para confeccionar várias peças no tamanho 20x20", explica Sano.

O grupo se formou no ano passado, mas decidiu deixar a máquina para que outros estudantes criem materiais pedagógicos, como objetos para aulas de geometria, réplicas de órgãos do corpo humano para o ensino de biologia e protótipos para os cursos de enfermagem, mecatrônica e mecânica.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

141 mil alunos das escolas municipais de Curitiba voltam às salas de aula

Ano letivo começa nesta quarta-feira (12).

Por G1 PR — Curitiba

Os alunos das escolas municipais de Curitiba voltam às salas de aulas nesta quarta-feira (12), quando começa o ano letivo 2020.

De acordo com a prefeitura, são 141 mil crianças e adolescentes distribuídos em 185 escolas e 221 Centros Municipais de Ensino Infantil (CMEIs).

Há uma semana, foi o retorno das aulas nos colégios estaduais em todo o Paraná – que têm quase um milhão de alunos. Ao todo, segundo a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed), são 2,1 mil escolas.

Trânsito mais intenso

Com os alunos das escolas municipais e estaduais, o trânsito na capital paranaense deve ficar mais intenso nos horários de pico. Veja como está o trânsito.

Apenas com a volta às aulas dos colégios estaduais, em 5 de fevereiro, a Superintendência de Trânsito (Setran) já havia informado que o tráfego ficaria 30% maior nos horários de pico: perto das 8h, do meio-dia e das 18h.

Cadastro online para solicitar vagas em creches municipais de Curitiba é adiado

Guarda Municipal nas escolas

A prefeitura informou que a Guarda Municipal vai começar o ano atendendo 120 escolas municipais em tempo integral.

Na terça-feira (11), os profissionais que trabalham na proteção escolar passaram por uma oficina na Escola Superior da Polícia Civil.

Até o fim de 2020, conforme a administração municipal, a intenção é que todas as 185 escolas tenham um guarda à disposição.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa oferece 158 bolsas para cursos em universidades de Franca, SP; veja lista

Bolsa Universidade 2020 tem benefícios para cursos nas áreas de humanas, exatas e biológicas. Prazo para preenchimento de formulário termina nesta quarta-feira (12).

Termina nesta quarta-feira (12) o prazo para inscrição no programa Bolsa Universidade 2020 em Franca (SP). O processo seletivo oferece 158 bolsas de ensino para cursos superiores na Unifran, na Faculdade de Direito de Franca e no Uni-Facef.

O formulário de inscrição está disponível no site da Prefeitura de Franca.

O programa concede bolsa de estudo parcial. O valor da mensalidade é dividido entre

faculdade, Prefeitura e estudante.

O candidato inscrito deverá apresentar o protocolo e os documentos exigidos no edital do programa à Secretaria Municipal de Educação, na quinta-feira (13) ou na sexta-feira (14).

Os estudantes selecionados para a segunda etapa passarão por uma entrevista social e/ou visita domiciliar.

De acordo com a Prefeitura, os candidatos deverão ficar atentos ao Diário Oficial, onde serão publicados os resultados de todas as etapas.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (16) 3711-9298.

Quais vagas são oferecidas pelo programa?

Faculdade de Direito de Franca: direito;

Uni-Facef: medicina, comunicação social, engenharia civil, engenharia de produção, psicologia, administração, ciências contábeis, ciências da computação, enfermagem, engenharia de software, letras, matemática e sistema de informação;

Unifran: qualquer curso com exceção para arquitetura, direito, enfermagem, engenharia agrônoma, fisioterapia, medicina, medicina veterinária, psicologia e odontologia.

Quais os pré-requisitos para participar do processo seletivo?

Estar devidamente matriculado no ano de 2020 em um curso superior, na modalidade presencial, em uma das instituições de ensino superior participantes do programa;

Ter cursado o ensino médio em escola da rede pública ou na condição de bolsista integral da rede particular, com exceção de pessoas com deficiência, que tenham recebido bolsa parcial da rede particular;

Não ter formação universitária anterior;

Ser residente em Franca há, no mínimo, cinco anos anteriores ao primeiro dia do ano de início da graduação;

Ter renda familiar mensal per capita de até dois salários-mínimos vigentes.

Qual documentação deve ser apresentada?

A lista está no edital do programa, disponível no Diário Oficial da Prefeitura publicado em 15 de janeiro de 2020.

Onde e quando a documentação e a inscrição devem ser apresentadas?

Na Secretaria Municipal de Educação, que fica na Avenida Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 550, Parque Francal. O atendimento será feito na quinta-feira (13) e na sexta-feira (14), às 7h30 e às 12h30.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Abandono escolar em Fortaleza cai 46% no Ensino Fundamental em 2019

De acordo com a secretaria municipal de educação, 947 estudantes abandonaram a escola em 2018, montante que reduziu para 508 no ano passado

A educação básica de Fortaleza chega em 2020 com a perspectiva de um cenário positivo. Pelo menos é o que aponta levantamento da Secretaria Municipal de Educação (SME) ao constatar que, em apenas um ano, o índice de abandono escolar caiu 46%. Os dados foram coletados a partir do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De acordo com a pasta, 947 estudantes abandonaram a escola em 2018, montante que reduziu para 508 no ano passado, sendo 144 deles entre o 1º e o 5º ano e 364 do 6º ao 9º ano.

Reflexo na sala de aula

Com mais crianças e adolescentes em sala de aula o reflexo direto se deu no rendimento dos estudantes, uma vez que o número de alunos devidamente matriculados que foram reprovados reduziu 48,9%. Em 2018, 5.100 alunos não conseguiram passar de ano, caindo para 2.603 no ano passado.

O número de aprovados do 1º ao 9º ano, por sua vez, cresceu 7,18% no mesmo período, passando de 143.987 estudantes em 2018 para 154.336 em 2019.

A professora da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Adriana Eufrásio, destaca as diversas e importantes mudanças pelas quais passa o estudante em nove anos da educação básica, se fazendo necessário um maior acompanhamento, especialmente na transição do fundamental I para o II.

“Do 5º para o 6º ano a gente observa que tem uma mudança brusca, de conteúdo, ao número de disciplinas, então a gente vê que muita vezes nessa virada acontecem as reprovações. A escola se torna mais exigente, não tão atrativa como outras diversões que eles têm fora da escola. E o 9º ano é extremamente delicado. Pesquisas evidenciam índices de evasão grandes nessa etapa”, comenta.

Estratégias

A secretária de educação de Fortaleza, Dalila Saldanha, aponta estratégias determinantes para a melhora no rendimento escolar. Entre elas, está o monitoramento diário da frequência dos estudantes. Através de um sistema, que identifica se o aluno possui uma falta não justificada, a família já é acionada.

A educação em tempo integral, viabilizado tanto pelas 27 unidades de tempo integral de Fortaleza, como pelo programa de ampliação da jornada escolar - no restante das instituições - também foram importantes para o resultado, conforme a titular da SME.

A secretária explica que a modalidade, atualmente com cerca de 70 mil estudantes, conta com uma relevante qualificação pedagógica, com currículos voltados diretamente aos estudantes que apresentam a necessidade de um melhor atendimento.

A secretária ainda destaca ações direcionadas a períodos específicos, como o 3º o 6º e o 8º ano, que demandam maior atenção.

“Até o 2º ano temos a promoção automática. No 3º ano já começa a cumprir o curso,

então o desafio é não deixar que ele se frustre logo no 3º ano, por isso temos uma rotina de acompanhamento, planejamento de professor, material didático, e as metodologias que são oferecidas”, diz.

O monitoramento quando o estudante chega ao 6º ano também se faz necessário pela mudança de perfil entre os dois períodos. “O aluno sai daquela atenção do professor regente para o 6º ano, então existe todo o trabalho de transição com o coordenadores pedagógicos para dar mais atenção a eles. E o 8º ano demanda maior atenção para que ele chegue no 9º ano com todas as condições dele concluir o Ensino Fundamental”, explica Dalila Saldanha.

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

BSSP Centro Educacional leva cursos de pós-graduação para todo Brasil

Objetivo é fazer com que o indivíduo evolua como profissional e se adeque ao mercado

Transformação, crescimento e evolução. Tudo isso pode ser conquistado através do aprendizado. E é acreditando na construção desse alicerce que a BSSP Centro Educacional vai levar cursos de pós-graduação para todo o território nacional com a seguinte premissa: selecionar, para ministrar aulas, profissionais que são renomes no mercado nacional. Mestres e doutores devem trazer consigo a prática de mercado. A intenção é fazer com que cada indivíduo se desenvolva como profissional, se atualize das novidades do mercado, e, com o conhecimento adquirido, realize seus sonhos.

A BSSP considera fundamental que esses profissionais sejam capazes de compartilhar em sala de aula todo o seu conhecimento e experiência, e que também tragam sabedoria para lidar com as mais desafiadoras situações no ambiente corporativo. Além de excelentes professores, os profissionais destacados são também facilitadores do crescimento individual.

O estímulo do Centro Educacional é para criar cursos inovadores e únicos, que vão fazer a diferença na formação de cada um. Além disso, tem como prioridade levar todas essas oportunidades e o conhecimento atualizado e inovador para várias partes do país, capital ou interior.

Fundação e história

A BSSP surgiu através de um sonho do professor Edgar Madruga, em 2015, em que ele se visualizava abrindo uma empresa. Depois de se reunir com os professores e amigos Fabio Rodrigues e Fábio Almeida, juntos, eles criaram um Centro Educacional voltado para a contabilidade, que é justamente a área de maior conhecimento dos fundadores. O diferencial da BSSP é construir algo sólido e personalizado para o mercado de educação.

Para viabilizar essa ideia, eles precisavam de alguém com experiência na área pedagógica, e é aí que entra o Professor Leonardo Moraes. Em 2017, eles perceberam que precisavam de alguém com experiência comercial para colocar os produtos no mercado. Foi então que apareceu Veríssimo Costa, experiente na área há mais de 10 anos. E o time, agora, está completo.

Focada em sua expansão, em 2019, a BSSP Centro Educacional se tornou uma IES -

Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada pelo MEC – Ministério da Educação.

topo ↗

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Capacitação de impacto social

Cursos online do Facebook pretendem formar 50 mil jovens de escolas públicas em tecnologia

A tecnologia está transformando a vida de Renata Andrade, de 32 anos. Mãe de dois filhos, ela deixou o bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, para um curso de cinco meses em programação de sistemas em São Paulo. Retornou e, dois meses depois, estava empregada na área. Renata fez a capacitação gratuita da Reprograma, startup acelerada pela Estação Hack, do Facebook, que este ano pretende desenvolver 15 iniciativas de impacto social e capacitar 50 mil jovens brasileiros.

"Querida muito trabalhar em programação, mas os cursos eram caros e não sabia por onde começar. Descobri a Reprograma na internet. Além de aprender a técnica, conheci mulheres incríveis, que me deram todo o suporte para acreditar no meu sonho", conta Renata, que aguarda seu nome ser publicado no Diário Oficial para assumir a vaga de desenvolvedora front-end no Ministério Público do Rio: "Crio toda a interface que as pessoas podem ver de um site ou aplicativo, como botões para clicar etc".

Para isso, Renata usa linguagens de programação como HTML, CSS e JavaScript, que serão ensinadas nos cursos gratuitos online realizados este ano pelo Facebook no Brasil. As aulas vão contemplar, ainda, temas como desenvolvimento de aplicativos, inovação e futuro do trabalho. Os cursos serão em plataforma de ensino a distância da Digital House.

"Estamos buscando alunos que não tenham experiência prévia, que acham que a área de programação não é coisa para eles. Vamos priorizar jovens da rede pública de ensino, que estão tentando entrar no mercado de trabalho e não estão conseguindo", diz Eduardo Lopes, diretor da Estação Hack.

As aulas online terão duração de quatro semanas. Os alunos que mais se destacarem serão convidados para um curso presencial, na Estação Hack, em São Paulo.

"É uma oportunidade para se aprofundar e entrar em um mercado que só cresce e precisa de gente qualificada", aponta Lopes.

Mercado terá 70 mil novas vagas por ano até 2024

O mercado de Tecnologia da Informação (TI) terá 290 mil novas vagas no país até 2024, uma média de 70 mil por ano. Ao mesmo tempo, serão formados na área 46 mil profissionais. A estimativa é da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom). Segundo a instituição, o descompasso entre a demanda das empresas e a oferta de profissionais puxa os rendimentos do setor para cima: os salários iniciais estão estimados em R\$ 4 mil. Além da programação de sistemas, as áreas com maior número de oportunidades são as relacionadas à análise de dados, computação em nuvem e segurança digital.

"Há muitas chances no setor. Desde que conclui o primeiro curso, em 2018, tive três

oportunidades de emprego. Uma melhor que a outra. Se houver dedicação e estudo para se manter atualizado, a ascensão acontece", diz a programadora Renata Andrade.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC publica novas diretrizes para formação de professores

Agência Brasil

O ministério da Educação (MEC) publicou o texto que cria a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). O documento define como deve ser a formação de licenciatura para futuros professores, e é baseado nas exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as necessidades de aprendizado de alunos tanto da rede pública quanto da rede particular.

A maior mudança, de acordo com o documento, é a exigência de aulas práticas presenciais que envolvam a equipe docente das instituições responsáveis por cursos de licenciatura.

"A resolução estabelece as diretrizes e habilidades que irão nortear a formação inicial, definindo as competências que deverão ser desenvolvidas nos futuros professores", explicou Janio Macedo, secretário de Educação Básica do MEC.

Cursos à distância também deverão oferecer aulas com atividades presenciais, ainda que uma grande parte do processo de formação aconteça remotamente. "Para a oferta na modalidade de Ensino à Distância (EaD), as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial", afirmou o secretário.

Segundo o texto, os futuros docentes deverão desenvolver habilidades que instiguem o senso ético, humano, e criem reflexão e possibilidade de análise no decorrer do ensino.

A nova formação também prevê o desenvolvimento de habilidades com uso de tecnologias e o uso de dados e informações científicas para desenvolver argumentos no decorrer da vida curricular.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro da Educação vai a reunião com senadores escoltado por segurança - Brasília

Sob fogo cerrado de parlamentares, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi acompanhado de um segurança na audiência pública que participou nesta terça-feira, 11, no Senado. Durante as três horas que durou a sessão, o funcionário ficou sentado logo atrás da cadeira do ministro.

Segundo a assessoria de Weintraub, o segurança costuma o acompanhar em compromissos públicos. Policiais legislativos também foram mobilizados para a reunião e trabalharam para controlar o acesso à sala de reuniões e para monitorar representantes de entidades de estudantes que levaram cartazes e protestar.

O encontro foi convocado para que Weintraub explicasse falhas na última edição do

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em alguns momentos, houve embates mais duros entre parlamentares e ministro.

As discussões mais acirradas entre eles com os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES). O primeiro chegou a dizer que a "incompetência" é a marca da gestão de Weintraub. O outro disse que o ministro quebrou o decoro no exercício do cargo ao ofender adversários políticos e quem o critica nas redes sociais.

Após o fim da audiência, um agente chegou a discutir com um dos estudantes, mas não houve confrontos ou necessidade de outras providências.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Começa segunda rodada de capacitação para escolas cívico-militares

O Ministério da Educação (MEC) iniciou hoje (11) a segunda rodada de capacitação de profissionais que trabalharão nas escolas cívico-militares. Durante quatro dias de trabalho, serão capacitados policiais e bombeiros militares para trabalhar na gestão das unidades.

A capacitação vai até sexta-feira (14), no Hotel São Rafael, em Porto Alegre. Na primeira rodada, realizada em dezembro, em Brasília, o trabalho envolveu diretores e coordenadores de escolas, além de representantes de secretarias estaduais e municipais de Educação que vão atuar como multiplicadores.

Segundo o diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino, haverá acompanhamento da situação dos alunos para saber das condições deles. "[O estudante pode sofrer] assédio sexual na família, violência doméstica, oferta de drogas. E sem referência. Quando nós trazemos para dentro de uma escola, profissionais capacitados que passaram pelo menos 30 anos dentro de sua instituição sendo referência de valores, nós apresentamos a esses jovens modelos ou referenciais", disse.

De acordo com o MEC, das 54 escolas participantes da edição piloto programa, 27 terão efetivos das corporações estaduais (policiais e bombeiros). Essas unidades vão funcionar no modelo "Repasse de recursos", em que o dinheiro do MEC será repassado aos governos locais, que, por sua vez, deverão investir na infraestrutura das escolas.

As outras 27 unidades vão seguir o modelo "Disponibilização de pessoal", informou o MEC. Os recursos serão repassados para o Ministério da Defesa pagar os militares da reserva das Forças Armadas que vão participar do programa. Eles vão receber 30% da remuneração que ganhavam antes de se aposentar.

Por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o MEC destinará R\$ 54 milhões para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição. O modelo será implementado ao longo do ano, em edição piloto. Segundo o ministério, o "tripé de gestão de excelência das escolas cívico-militares" abrange as áreas didático-pedagógica, educacional e administrativa.

*Com informações do Ministério da Educação

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Especialistas e governo divergem sobre extinção de fundos setoriais na CCJ

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública interativa para instruir a PEC nº 187/2019 que

Garantir ao Congresso e ao Executivo mais flexibilidade para alocar dinheiro nas políticas públicas prioritárias é proposta da proposta de emenda à Constituição da Desvinculação dos Fundos (PEC 187/2019), analisada por senadores, economistas, representantes de fundos, pesquisadores e empresários na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã desta terça-feira (11). Segundo o governo, a PEC “empodera” o Congresso para elaborar o Orçamento e moderniza a destinação dos recursos pelo Executivo.

A proposta faz parte do pacote de medidas Mais Brasil e autoriza o governo a usar para outras finalidades o dinheiro hoje retido em fundos infraconstitucionais, ou seja, que não previstos pela Constituição. A justificativa do governo é que os fundos concentram recursos em atividades ou projetos de áreas específicas, o que significa “amarrar” receitas a determinadas finalidades. Com isso, segundo o governo, o dinheiro fica engessado e muitas vezes acaba parado nos fundos, enquanto outras áreas sofrem com a falta de recursos.

Na audiência pública, o governo estava representado pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Geraldo Julião Junior. Ele explicou que “as prioridades foram dadas no passado e engessaram de tal forma o uso dos recursos que hoje é quase impossível o Estado decidir priorizar setores”.

— A PEC não está extinguindo nem excluindo qualquer política pública. O que queremos é que o Congresso esteja mais livre para decidir onde colocar os recursos quando for elaborar o Orçamento. Não se deve pré-alocar de maneira perene recursos de políticas públicas de modo que isso não possa ser revisto — esclareceu.

De acordo com Julião Junior, a PEC é parte de um processo de revisão do estatuto fiscal que envolve também as emendas constitucionais (EC) 86, 100, 102 e 105.

— Chama atenção o medo que as pessoas que falaram aqui têm da capacidade do Congresso Nacional de alocar os recursos. O Executivo não tem esse medo. Temos certeza que as prioridades que o Congresso eleger serão as prioridades nacionais — ressaltou.

Economistas

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, calculou que, retirados os fundos não afetados pela PEC — como os previstos na Constituição, por exemplo —, eles detêm cerca de R\$ 60 bilhões de fluxo anual, sendo que a metade corresponde ao Fundo Nacional da Educação.

Segundo Salto, medidas de ajuste que efetivamente contenham o gasto obrigatório são o caminho para restaurar o equilíbrio fiscal. Ao avaliar como positiva a PEC dos Fundos ele comentou que ela permite um encontro de contas entre o Tesouro e o Banco Central, além de racionalizar e flexibilizar a gestão dos recursos públicos.

Os efeitos fiscais, contudo, ele diz que não virão agora.

— Vamos esperar e avaliar como será o cenário sem os fundos. Pode ajudar a gestão

fiscal e melhorar os fluxos fiscais ao longo do tempo, mas não é algo imediato — analisou.

Salto rejeitou, contudo, a ideia de que a PEC reduzirá a dívida pública em R\$ 200 bilhões, como prega o governo. Isso porque o uso dos recursos dos fundos guardados na conta única aumentaria imediatamente a liquidez. Para cumprir a meta Selic, o Banco Central teria de “enxugar” as operações compromissadas, que são o segundo maior item da dívida brasileira.

Diante disso, ele levantou três hipóteses e questionamentos. A primeira delas é se o fim do fundo representa o fim do gasto. Se isso acontecer, a PEC não terá o efeito fiscal esperado, mas o grau de flexibilidade para remanejar o recurso vai ser positivo.

A segunda questão é que os recursos antes carimbados e não gastos iam para a conta única. Agora sem o carimbo, como seria empregado o dinheiro? Serão gastos em investimentos, despesas discricionárias, custeio, gastos obrigatórios?

— Se forem gastos, piora o resultado. Se não forem, será nulo — enfatizou.

Em terceiro lugar: se o carimbo for tirado e o gasto virar obrigatório — como de pessoal, por exemplo —, não vai haver uma redução só porque foi tirado o carimbo (ou seja, o fundo deixa de existir, a despesa não).

O outro economista presente à audiência pública foi mais pessimista que Salto. Professor da Universidade de Brasília, José Luis da Costa Oreiro sustentou que a PEC “destrói sem criar”, visão compartilhada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Oreiro cobrou do governo uma definição e os dados sobre quais fundos seriam extintos caso seja aprovada a PEC.

— A PEC 187 não estabelece nenhum parâmetro para modernizar e aperfeiçoar os mecanismos de gestão orçamentária e financeira, resumindo-se a destruir a institucionalidade existente — sentenciou.

Para ele, a desvinculação de receitas, por si só, não aumenta a arrecadação de impostos e nem diminui a despesa primária, tendo impacto nulo sobre o resultado primário e, portanto, sobre a evolução da dívida pública.

— A simples desvinculação de receitas e despesas não abre espaço fiscal no Orçamento da União, estados e municípios. Além disso, em função da emenda constitucional do Teto dos Gastos [EC 95, de 2016] para que uma rubrica do Orçamento possa aumentar, alguma outra rubrica precisa ser reduzida — explicou.

O economista defendeu a análise criteriosa e individualizada de cada um dos 248 fundos públicos infraconstitucionais atuais, mas reconheceu que provavelmente a imensa maioria será extinta sem avaliação individualizada dos custos e benefícios de cada fundo e da conveniência de cada um deles.

De acordo com Oreiro, dos 241 fundos infraconstitucionais sujeitos a extinção, foram divulgados os patrimônios financeiros de 43 fundos, somando um valor de R\$ 212,9

bilhões. Considerados os 24 fundos com patrimônio superior a R\$ 300 milhões, eles concentram 93% dos recursos.

Pesquisa e inovação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) está entre os mais mencionados na audiência. Ele financia ações de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, como a infraestrutura dos laboratórios das universidades públicas, por exemplo.

Ideu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), defendeu a manutenção da estrutura dos 16 fundos setoriais que sustentam hoje a maior parte dos recursos do FNDCT.

— Eles buscam no setor privado o investimento necessário em pesquisa e desenvolvimento. Infelizmente, nos últimos anos esse dinheiro tem sido desviado para outras finalidades ou retido como reserva de contingência, prejudicando enormemente a ciência, a tecnologia e a inovação brasileiras.

Segundo Moreira, desde 2016 instituições federais como CNPq, FNDCT e **Capex** têm tido o orçamento cada vez menor. No caso do FNDCT, cerca de R\$ 25 bilhões foram contingenciados de 2006 a 2020. Ele destacou que isso impacta diretamente os pesquisadores brasileiros, uma vez que dois terços do fomento no CNPq têm origem no fundo.

— Os jovens brasileiros têm um grande potencial em pesquisa, mas se não tivermos infraestrutura adequada estaremos os levando a fazer pesquisa na China, na Europa e nos Estados Unidos. Os 24 parques tecnológicos brasileiros receberam recursos do fundo e uma descontinuidade disso seria catastrófica para a área de inovação. É preciso descontingenciar os recursos do fundo, e não extingui-lo — frisou.

Na mesma linha, a diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria, Gianna Sagazio, defendeu que fundos como o FNDCT “devam ser melhorados, jamais extintos”.

Ela sustentou que numa consulta da CNI a 1,3 mil empresas na semana passada, a maioria dos empresários foi contrária ao fim dos fundos setoriais de apoio à pesquisa e inovação.

— Os recursos do FNDCT foram fundamentais para estruturar os principais parques tecnológicos, instalar incubadoras de empresas e núcleos de inovações tecnológicas — reconheceu.

O Brasil perdeu 19 posições no Índice Global de Inovação na última década e, em 2019, caiu mais duas posições, estando na 66ª posição no ranking que envolve 129 países.

— Esses índices são incoerentes com o fato de o Brasil ser a nona maior economia do mundo. É fundamental aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento — alertou Gianna.

Como comparativo, ela disse que em 2017 os EUA investiram, em pesquisa e

desenvolvimento, cerca de US\$ 543 bilhões. A China investiu US\$ 496 bilhões, a Alemanha, US\$ 132 bilhões e o Brasil, US\$ 41 bilhões.

Fundo Social

Já consultor aposentado da Câmara dos Deputados Paulo Cesar Lima, ex-funcionário da Petrobras na Bacia de Campos, explicou o funcionamento do Fundo Social, ligado à exploração do petróleo.

Ele lembrou a importância da Lei 12.858, de 2013 (que destinou para as áreas de educação e saúde parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural).

— Ao receber dinheiro do regime de concessão, com royalties e a participação especial da União, o fundo somou recursos que chegaram a R\$ 48,7 bilhões até outubro do ano passado — afirmou.

O fundo sustenta ações de educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Lima criticou a extinção de fundos ao dizer que modernidade é ter um fundo soberano associado a uma riqueza governamental, como é o petróleo para o país.

Outros fundos

A audiência pública desta manhã na CCJ teve outros fundos avaliados. Entre eles, o Fundo Nacional de Segurança Pública, cujo orçamento é de R\$ 1,8 bilhão, com empenho de R\$ 702 milhões, segundo a representante do Forum Brasileiro da Segurança Pública, Isabel Figueiredo.

Ela afirmou que embora a segurança pública tenha sido cerne do discurso de campanha do atual governo, o montante de investimento na área é “vergonhoso”.

— Se com a vinculação da receita já não há muito apoio, contrariando o discurso de que é uma área prioritária, imagina sem — desabafou.

Outro fundo ameaçado de extinção é o do audiovisual (FSA), ligado ao Fundo Nacional de Cultura. Na audiência, o FSA foi defendido por Leonardo Edde, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual.

Edde comentou na audiência que a criação do fundo setorial, associada à criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e à Lei do audiovisual, possibilitou a retomada do crescimento do setor: o fundo opera desde 2007/2008 e, a partir de 2012, a indústria audiovisual brasileira teve salto de quase 10% ao ano.

— O fundo setorial opera com fontes de receita da sua própria atividade. Não é com dinheiro do Orçamento, nem de impostos pagos pelo cidadão — ressaltou.

A manutenção vem, na verdade, da taxa Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional). Ela é uma espécie de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a produção, a veiculação, o licenciamento e a distribuição de obras audiovisuais com finalidade

comercial. E é ela que compõe o fundo, hoje com rendimento médio de R\$ 700 milhões por ano.

— Ele é um fundo de defesa da indústria brasileira — defendeu. Edde contou, ainda, que os investimentos do fundo vão para produção de cinema (35%), produção de TV (32%), distribuição e desenvolvimento de cinema (10%), entre outras rubricas.

No encontro, o senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) também defendeu a manutenção da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), cujo objetivo é apoiar financeiramente projetos de elaboração de tecnologia, inovação e P&D (pesquisa e desenvolvimento).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

Panorama da ciência no Brasil é assustador e ameaçador, diz cientista Embora a publicação de artigos científicos do Brasil tenha tido um salto de quase 70% em uma década, a escassez de recursos e cortes ameaçam avanço

O panorama da ciência no Brasil é "assustador, ameaçador e pode se tornar irreversível", afirma a biomédica e pesquisadora Helena Nader, que recebe nesta terça-feira (11), Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência, o prêmio "Carolina Bori Ciência & Mulher", da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Aos 72 anos, ela é uma "ferrenha" defensora da ciência e da educação brasileiras. Nader vivenciou, ao longo de décadas, as melhorias e investimentos que foram feitos na área, mas que, no último ano, passa pela escassez de recursos e corte de bolsas de pesquisa.

Dados da National Science Foundation (NSF), dos Estados Unidos, mostram o avanço da ciência no país. Em uma década, o Brasil teve um salto de 69,4% no número de artigos científicos publicados. Em 2008, eram 35.490 publicações. Os dados mais recentes, de 2018, apontam 60.148 artigos publicados. De acordo com a NSF, o Brasil é o 11º no ranking de publicações científicas, à frente do Canadá, Espanha, Austrália e Irã.

Indícios de retrocessos

Embora o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia tenha tido um leve aumento de 6,2% em 2020, se comparado ao ano anterior, os recursos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** sofreram redução de 30% e a taxa de fomento a pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - usada para compra de insumos e equipamentos - teve corte de 80%, afirma Fernanda Sobral, vice-presidente da SBPC.

Um levantamento da entidade aponta que, até outubro de 2019, o Brasil perdeu 17.892 bolsas de estudos devido ao contingenciamento de recursos na área.

Em comparação com outros países, o Brasil investe cerca de 1% em pesquisa e desenvolvimento, metade do percentual médio dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"Montar esta estrutura levou décadas e, para desmontar, leva-se dias", afirma. "Perdi 5

peças que formei e que estavam bem colocadas na ciência do Brasil, mas que foram embora para liderar grupos de pesquisa e outros países", afirma Helena Nader, biomédica e vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

A situação se repete, diz ela, entre outros colegas, em um movimento conhecido como "fuga de cérebros".

A consequência da falta de investimentos, diz Nader, é que o país vai perder em produtividade e relevância e ficará dependente da produção de outros países que farão a tecnologia que o Brasil pode vir a precisar.

Isso pode refletir nas respostas a crises nacionais, como a da Zika em 2015. "Quem descobriu tudo do vírus? Cientistas brasileiros: Fiocruz, universidades, houve uma articulação e rapidamente se deu uma resposta", afirma.

Mulheres na ciência

Enquanto a ciência brasileira luta para sobreviver, as mulheres na ciência enfrentam o desafio adicional de se fazerem representadas.

Alice Rangel de Paiva Abreu, que recebe nesta terça a menção honrosa no prêmio "Carolina Bori Ciência & Mulher", da SBPC, defende mudanças estruturais na ciência para dar mais espaço às mulheres. Segundo ela, antes lutava-se para ter mais mulheres na ciência. Agora, é preciso mudar os processos para evitar distorções.

"Faltam mudanças estruturais no processo de produção do conhecimento científico: não é só a entrada, são as normas, e as formas de comportamento. A progressão [de carreira] vem embutida de preconceitos enormes, tanto é que tem muitos países que já estão tentando implementar processos que teoricamente poderiam ser processos cegos onde você não vê quem é o autor do estudo [que concorre a uma bolsa ou financiamento]", afirma.

Abreu afirma que o gargalo se concentra nas bolsas de alto nível de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dada a pesquisadores com mais de 10 anos de doutorado. "Há mais de 15 anos as mulheres não conseguem passar de 30 ou 35% do total destas bolsas", afirma.

Nader reforça o coro do grupo que defende parâmetros diferentes na avaliação do currículo de cientistas que se tornaram mães, como por exemplo, não considerar o afastamento após o parto como um período de queda de produção científica. "Não é justo comparar um homem fazendo ciência o tempo todo com uma mulher que teve filho e está amamentando", defende.

Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher

A SBPC fará a entrega do 1º prêmio "Carolina Bori Ciência & Mulher" nesta terça, em São Paulo.

Helena Nader é a grande vencedora. Alice Rangel de Paiva Abreu receberá a menção honrosa. As duas foram reconhecidas pela produção científica de peso e pela atuação

em busca de políticas públicas de fomento à ciência.

De acordo com a SBPC, o prêmio é uma homenagem às cientistas brasileiras destacadas e às futuras cientistas. Serão duas categorias, que vão se alterar anualmente: "Mulheres Cientistas" e "Meninas na Ciência".

O prêmio leva o nome de Carolina Martuscelli Bori, primeira presidente mulher da SBPC.

O evento de premiação é aberto ao público e gratuito.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Levantamento inédito sobre mulheres cientistas será lançado nesta quarta-feira (12)

Evento apresenta também novo serviço para jornalismo científico: a Agência Bori, plataforma que leva o nome da primeira presidente mulher da SBPC, Carolina Bori, e que irá fornecer a jornalistas dados sobre estudos inéditos de pesquisadores brasileiros. Os dois projetos são apoiados pelo Instituto Serrapilheira

Quem são as cientistas brasileiras? O projeto Open Box da Ciência mergulhou em bases de dados oficiais para identificar mulheres com contribuições importantes para a pesquisa em cinco áreas do conhecimento. O levantamento sobre mulheres na ciência será lançado nesta quarta-feira (12), em São Paulo, junto com a Agência Bori, plataforma que vai fornecer a jornalistas dados sobre estudos inéditos de pesquisadores brasileiros. Os dois projetos de divulgação científica receberam recursos do Serrapilheira, instituição privada que apoia a ciência no Brasil.

Iniciativa da Gênero e Número, o Open Box da Ciência mapeou 250 mulheres das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. As pesquisas e os perfis das pesquisadoras estão reunidos em uma plataforma digital, de conteúdo aberto e interativo, com visualizações de dados e reportagens que narram suas trajetórias a partir de um recorte de gênero, indicando referências femininas para chegar a esse lugar de destaque e revelando desafios vencidos.

Para chegar ao grupo, foi aplicada uma metodologia de extração e análise de dados da plataforma Lattes. Usando critérios da **Capes** para conceder bolsas de apoio à pesquisa, um algoritmo foi desenvolvido para listar todas as pesquisadoras com doutorado. “Além da plataforma digital, que tem o objetivo de dar visibilidade a um grande grupo de mulheres cientistas, organizamos uma base com cada nome que consta no Lattes com doutorado”, explica Giulliana Bianconi, coordenadora do projeto e diretora da Gênero e Número.

Agência Bori vai divulgar ciência para jornalistas

Aumentar a visibilidade da ciência brasileira também é o objetivo da Agência Bori. Em média, 230 novos artigos científicos são publicados por dia, mas muitos não chegam ao público por falta de divulgação eficiente. “A divulgação faz parte da atividade científica. A comunicação com a sociedade é uma etapa fundamental depois do resultado científico”, Ana Paula Morales, uma das coordenadoras da Bori.

A Bori busca estudos inéditos em bases de periódicos acadêmicos; em seguida, faz a curadoria dos trabalhos e os oferece para imprensa. Em uma área restrita da plataforma, jornalistas cadastrados gratuitamente acessam as pesquisas, acompanhadas de texto explicativo, imagens e do contato de um porta-voz. “O conhecimento produzido pelos pesquisadores do país não se restringe às editorias de ciência dos veículos de comunicação. Há ciência em economia, política, agro, educação e até na editoria de esportes”, diz Sabine Righetti, idealizadora da Bori.

A Bori e o Open Box da Ciência participaram, em 2018, do 1º Camp Serrapilheira, programa de divulgação científica do Instituto Serrapilheira. Os projetos foram selecionados e receberam R\$ 100 mil para as iniciativas.

No lançamento aberto ao público, no Auditório do IFT-Unesp, haverá duas mesas de debate: uma sobre jornalismo científico e outra sobre protagonismo feminino na ciência. Na primeira, além das representantes da Bori, participam Marcelo Viana, diretor-geral do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), Abel Packer, diretor do Programa SciELO/Fapesp, e Mariana Versolado, editora de Ciência e Saúde da Folha de S.Paulo. A segunda mesa contará com a bioquímica Helena Carla Castro, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a física Sandra dos Santos Padula, a jornalista Vitória Régia da Silva, da Gênero e Número, e a cientista de dados Natália Leão, responsável pela pesquisa e metodologia do projeto.

Serviço: Lançamento do Open Box da Ciência e da Agência Bori

Data: 12 de fevereiro

Horário: 9h às 13h

Local: Auditório do IFT-Unesp – R. Dr. Bento Teobaldo Ferraz, 271 – Várzea da Barra Funda, São Paulo

Programação e inscrição: <https://abori.com.br/lancamento/>

Credenciamento de imprensa: carlarusso30@gmail.com

Divulgação

topo 

O POVO ONLINE - TEMPO REAL

"A coisa mais revolucionária que nós mulheres podemos fazer é estudar", afirma professora universitária

Mulheres representam 57,2% do total de estudantes de cursos de graduação. Elas são também maioria entre bolsistas da Capes. Entre professores contratados, no entanto, os homens são maioria

O que é Ciência? Quantas professoras você teve? Quantas cientistas você conhece? Foi a partir dessas perguntas que, na manhã desta terça-feira, 11, um auditório repleto de alunas e alunos de escolas do Ensino Médio debateram sobre o pensamento e a ação científica da mulher na sociedade. No auditório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Ceará, três especialistas nos campos da ciência, feminismo e semiárido contaram suas histórias e conversaram sobre os desafios enfrentados por mulheres para ser cientistas. O evento foi realizado em alusão ao Dia Internacional das Meninas e Mulheres na Ciência.

A data, estabelecida em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem como finalidade celebrar os feitos de mulheres nessa área e encorajar as gerações mais novas a buscarem a carreira científica. De acordo com o Censo da Educação Superior mais recente, de 2016, as mulheres representam 57,2% do total de estudantes de cursos de

graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC): representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores. Entre professores contratados, no entanto, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

“O dia 11 de fevereiro é importante para que as meninas possam ter um momento para perceber e refletir sobre a importância do papel das mulheres na sociedade”, avalia a zootecnista Andrea Sousa Lima, especialista em educação do campo e coordenadora de projetos da ONG Esplar. “A partir desse momento de se sentirem importantes e valorizarem o trabalho na Ciência, à medida em que ingressam, a gente tem uma maior inclusão das mulheres nos espaços para além de profissões tradicionalmente ligadas às mulheres”.

Andrea foi uma das cientistas que compôs a roda de conversa e na graduação foi uma entre as 12 jovens na turma de 40 estudantes. “A gente sabe que a sociedade, no seu caráter machista e patriarcal, tem deixado as mulheres fora de diversos espaços de decisão. Esse dia é também importante para perceber isso e procurar como é que a gente desconstrói essas relações”, afirma. Entre os desafios a superar, a zootecnista enfatizou os papéis sociais atribuídos às mulheres e as consequências desse processo. “E eles começam em casa. Desde cedo aquelas que estudam têm de lidar também com atribuições de casa, que são consideradas como ajuda e não como trabalho”. Conforme crescem, ela explica, a violência doméstica, a gravidez na adolescência e as diferenças salariais são outros fatores que podem ser impeditivos.

Laeticia Jalil, professora de sociologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e coordenadora do Núcleo JUREMA - Agroecologia, Feminismos e Ruralidades da UFRPE, faz coro à colega. “As meninas da periferia têm muita dificuldade de ir à faculdade, por exemplo, pela questão básica de iluminação pública. Se você tem que sair da sua casa em um lugar que quando você voltar é escuro, muitas vezes você não vai”, destaca. “A coisa mais revolucionária que nós mulheres podemos fazer é estudar. Quando vocês estiverem com preguiça de estudar, lembrem que muito da autonomia de vocês virá daí.”

A também professora Sônia Guimarães trouxe à tona outro desafio: as questões raciais. “Quantas professoras negras eu tive? Nenhuma. Quando entrei na graduação, eu era a única mulher negra de toda a faculdade”. Ela é a primeira mulher negra brasileira doutora em Física e a primeira mulher negra brasileira a lecionar no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), tendo ingressado em 1993, quando a instituição ainda não aceitava mulheres como estudantes. Para as meninas da plateia ela deixou um recado: “Vocês chegarão em situações ruins só por serem meninas, mas não desistam - especialmente se for o que realmente querem. Desistir não é uma palavra que está no nosso vocabulário, não vale a pena”.

A fim de que “mais meninas e mulheres entendam que podem estar nesse papel de cientista” no Ceará, a Fiocruz está desenvolvendo um projeto com alunas de três escolas de Ensino Médio do município de Eusébio. “A gente começou hoje com esse debate, teremos mais três encontros sobre temas das mulheres na sociedade e a ideia é, ao final,

chegar a um projeto por escola desenvolvido pelas próprias meninas”, conta Luciana Lindenmeyer. “Construindo um projeto, elas estarão entendendo melhor o que o papel científico, o que é a Ciência. Os projetos serão em várias áreas - um deles mais em Humanas e os outros mais na Biológicas. Aí em julho elas voltam para apresentar”, explica.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Governo quer reforçar Fundeb com recursos de fundos constitucionais
Pela PEC a qual o Estado teve acesso, a partir de 2021 os recursos dos fundos seriam gradativamente aplicados de forma não reembolsável no fundo que atende a educação básica**

BRASÍLIA - Para conseguir apoio do Congresso, o governo federal encaminhou a um grupo de parlamentares e governadores a proposta de reformulação nos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) para ampliar em R\$ 7 bilhões a complementação da União ao Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil.

Pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a qual o Estado teve acesso, a partir de 2021, gradualmente, os recursos dos fundos seriam aplicados de forma não reembolsável no Fundeb.

Ao final de cinco anos, cerca de 60% dos recursos atualmente repassados aos fundos terão seu destino alterado, aumentando em 50% a complementação ao Fundeb. O dinheiro será repassado diretamente aos governos estaduais para investirem em infraestrutura e ciência e tecnologia.

A ideia é manter o montante anual de recursos atualmente disponíveis para novos financiamentos ao setor produtivo com recursos dos fundos. Para 2020, o valor previsto é de R\$ 46 bilhões.

O governo quer mostrar que as mudanças no modelo serão graduais e aumentarão o retorno dos financiamentos dos empréstimos concedidos com o dinheiro transferido para os fundos. O risco de crédito passará a ser integralmente das instituições financeiras que operam o crédito dos recursos dos fundos. A exceção é o financiamento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Será ampliado o acesso a outras instituições financeiras.

Hoje, os recursos dos fundos são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A avaliação é de que esse novo modelo aprimora as condições de financiamento e as regras de governança, o que pode elevar a rentabilidade dos fundos. No texto, enviado taxas de juros para setor produtivo continuarão mais baixas que as do BNDES.

As regras do Pronaf não serão alteradas. As condições contratuais referentes aos contratos vigentes permanecerão inalteradas.

Pelos cálculos do governo, a medida pode beneficiar 14,8 milhões de alunos e 2.540 municípios e Estados das três regiões e do norte de MG e ES. A promessa aos governadores é de que o gasto mínimo por aluno subirá em pelo menos 40%.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo, hoje considerado um dos temas mais importantes em discussão no Congresso.

O diagnóstico do governo é que os fundos têm tido baixo impacto desenvolvimento regional, com pouco efeito na geração do emprego formal e produtividade do trabalho. Além disso, os empréstimos dos fundos têm destinação concentrada em municípios de maior renda e em poucas empresas.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Weintraub minimiza erros do Enem e Sisu e volta a falar que foi melhor edição histórica

Na primeira aparição pública após divulgação dos erros, ministro participa de audiência no Senado

Na primeira aparição pública, 24 dias após a divulgação de erros no Enem, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou as falhas no exame e no Sisu e disse que governo sofre "chuva de fake news".

Weintraub participou nesta terça-feira (11) de audiência na Comissão de Educação do Senado. O ministro do governo Jair Bolsonaro foi convidado a comparecer à Casa para prestar esclarecimentos sobre os erros do Enem 2019 e do Sisu. O encontro teve início às 11h e terminou por volta das 14h.

Ele voltou a falar que a última edição do exame foi a melhor de todos os tempos. "Eu não prometi que seria, mais foi o melhor Enem de todos os tempos. Não estou falando que não teve nenhum erro, que foi perfeito", disse.

"Não houve fraude, furto de prova, vazamento de questão, esquema com gráfica, nada do que caracterizava o Enem dos passados", diz. Mesmo sem apresentar provas, Weintraub, Weintraub disse que o erro da edição 2019 "provavelmente ocorreu" em anos anteriores.

O ministro havia dito que o Enem 2019 havia sido o melhor de todos os tempos mas no dia seguinte assumiu os erros com notas do Enem. O governo informou que 5.974 candidatos tiveram notas divulgadas com erros e depois o desempenho foi corrigido.

Nesta terça-feira, Weintraub disse que, desses 5.974 participantes com erros nas notas, 874 eram candidatos treineiros (que ainda não terminaram o ensino médio). A nota dos treineiros ainda não foi divulgada.

O Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que reúne as vagas de instituições que usam a nota do Enem para selecionar alunos, acumulou uma série de falhas. O último erro foi na transmissão da relação de aprovados a partir da lista de espera, o que atrasou a convocação por parte das universidades federais.

Aos senadores, Weintraub disse que compareceu à audiência para "quebrar um pouco a chuva de fake news que nos deparamos". O ministro disse que se manteve em silêncio nesse período por causa das ações judiciais com questionamentos do Enem e insistiu que não houve prejuízo a nenhum participante.

A falha na última edição teve o maior número de afetados diretos desde 2010. Há um histórico de erros no Enem desde 2009, mas o MEC não comete falhas com um número tão elevado de afetados desde 2010. Além disso, o tipo de problema registrado foi inédito na história do exame.

De acordo com Weintraub, foi ele mesmo quem identificou as reclamações sobre notas nas redes sociais e repassou ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). "Antes de abrir o Sisu já havíamos detectado o erro e nós avisamos a imprensa, comunicamos as pessoas", disse.

As queixas sobre o Enem e Sisu partiram, segundo o ministro, de militantes partidários, de pessoas que não entendem o sistema ou de alunos que foram mal na prova e, para seus pais, colocaram a culpa em Weintraub.

Ele voltou a acusar a imprensa por "fazer terrorismo" com relação ao Enem e ao governo. Em sua apresentação, o ministro mostrou imagens de reportagens de veículos de imprensa, como a Folha, para argumentar que houve distorções ou mentiras.

"Desde o começo, alguns grupos parlamentares, alguns grupos econômicos e alguns meios de comunicação hegemônicos adotaram uma linha extremamente terrorista no processo", disse.

Além de falar sobre Enem, o ministro apresentou um resumo de ações do MEC.

Senadores cobraram o ministro com relação ao Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, e o intuito de encaminhar um texto de autoria do governo (preterindo o texto já em trâmite).

"Por que vou mandar? Porque tem muito ruído, é para marcar posição do governo", disse Weintraub. O Fundeb, cuja vigência acaba neste ano, é discutido no Congresso desde 2015 e o tema foi alvo de intenso debate no ano passado.

A Folha revelou na última sexta-feira (7) que o governo quer agora um fundo com prazo de validade, e não mais permanente, como consta nas propostas em trâmite no Congresso. Questionado sobre isso, Weintraub não comentou.

O ministro também defendeu o fato de o MEC ter sido o único ministério a não executar em 2019 os recursos resgatados pela Operação Lava Jato, como a Folha revelou em janeiro. Ao MEC coube R\$ 1 bilhão de um total de R\$ 2,6 bilhões.

O governo pretende aplicar o dinheiro em um programa de creches, com a participação da iniciativa privada.

"Seria um problema se eu pegasse R\$ 1 bilhão e fizesse um monte de esqueleto [de

prédios de creche]", disse ele, fazendo relação às obras paralisadas. Weintraub não deu detalhes sobre o programa, mas disse que ele deve gerar a criação de 1 milhão de vagas, sobretudo nas regiões nordeste e norte.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ex-secretário de governo petista é nomeado para ministério de Weintraub

Anunciado ontem como novo secretário de Educação Superior de Abraham Weintraub, Wagner Vilas Boas de Souza já ocupou um dos principais cargos do Ministério da Educação (MEC) quando a pasta era comandada pelo petista Aloizio Mercadante. Souza também foi testemunha de defesa da ex-presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment, em 2016.

Segundo nota do MEC, Souza volta para o órgão depois de pouco mais de três meses na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), de onde é concursado.

Antes de ser exonerado, em novembro do ano passado, o servidor ocupava na pasta o cargo de diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior. Souza foi nomeado para esse posto duas semanas depois de Weintraub se tornar ministro, em abril de 2019.

Procurado, o MEC ainda não retornou o contato da coluna.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governadores pedem urgência na aprovação do Fundeb

Carta direcionada ao Congresso Nacional foi assinada pelos 27 chefes de Executivo estaduais

BRASÍLIA — Os 27 governadores e representantes das unidades da federação pediram, em uma carta direcionada ao Congresso, urgência a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb).

A matéria tem apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que já afirmou que pretende pautar o texto no plenário da Casa em março. O Fundeb perde vigência no fim deste ano.

Os governadores se reuniram em Brasília na manhã desta terça-feira para debater, entre outros pontos, a urgência para o Fundeb e a fala do presidente Jair Bolsonaro sobre o preço dos combustíveis.

Na carta que será remetida à Câmara e ao Senado, os chefes dos Executivos estaduais destacaram que o parlamento compreendeu a “importância de aprimoramento do Fundeb, com a ampliação da participação da União no financiamento da educação básica e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos”.

A proposta que está em análise em uma comissão especial da Câmara prevê aumento da participação do governo federal no fundo da educação básica. A União passaria a ser responsável por 20% dos recursos, o dobro do percentual atual.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC lança plano para transformação digital da pasta

ProUni e Fies ganham novo formato no portal do Ministério. Proposta é dar mais transparência aos programas de governo

O MEC (Ministério da Educação) publicou na segunda-feira (10) seu Plano de Dados Abertos para o biênio de 2020 e 2021.

Agora, os dados de programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) estão disponíveis em formato aberto no Portal Brasileiro de Dados Abertos do governo federal.

De acordo com o MEC, a publicação é parte do plano de transformação digital da pasta. Com o documento, o ministério divulgou também o cronograma da abertura e da atualização das bases de outros dados do MEC.

Até 2021, também serão disponibilizados os dados da Plataforma Nilo Peçanha e da ID Estudantil, carteirinha digital e gratuita. Além disso, o plano prevê um cronograma de promoção e fomento ao uso e reúso das bases do ministério.

Segundo o MEC, o novo plano de dados abertos busca promover a cultura dos dados abertos de forma progressiva e sustentada para dar mais transparência às informações públicas e facilitar a participação e controle social na educação. A escolha da base de dados segue a lista de informações mais demandadas pela população por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e pelo número de acesso aos programas e serviços do Portal MEC.

Pesquisadores, estudantes e demais cidadãos poderão pedir novos dados em formato aberto por meio de uma consulta pública prevista para ser realizada até o 3º trimestre deste ano.

A revisão do Plano de Dados Abertos será feita anualmente ou conforme deliberação do Comitê de Governança Digital do MEC.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub - governo não pode aumentar impostos para financiar Fundeb

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, reafirmou nesta quarta-feira (11) que o governo enviará ao Congresso uma proposta própria sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) "para marcar uma posição clara do governo".

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano de forma permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a (Proposta de Emenda à Constituição) PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

Sobre as iniciativas, o ministro disse que não é contra mais recursos na Educação, mas disse que para isso deputados e senadores precisam apontar de onde sairá o recurso. Segundo ele a proposta em discussão no Congresso "não para em pé".

"Tenho todo interesse de aumentar o Fundeb, sem aumento de imposto, sem ser pró-

cíclico, ele tem que parar de pé sozinho", disse aos senadores em audiência pública na Comissão de Educação. Ainda sobre o texto que está sendo elaborado pelo governo, Weintraub disse que o Congresso é soberano e pode tanto rejeitar como incorporar parte do texto.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031.

Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

Governadores

Em carta aberta, os chefes dos Executivos estaduais e do Distrito Federal, reunidos no Fórum dos Governadores em Brasília, nesta terça-feira (11), reivindicaram a aprovação imediata do Fundeb sob o argumento de que o "Parlamento protagonizou um amplo e qualificado debate sobre a necessidade de torná-lo um fundo permanente, bem como sobre a importância de aprimoramento do Fundeb, com a ampliação da participação da União no financiamento da educação básica e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos da União aos Estados e Municípios".

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança será de R\$ 279,8 bilhões.

O DIA - PI - POLÍTICA

**Wellington Dias participa hoje do Fórum dos Governadores em Brasília
E o primeiro encontro dos chefes estaduais após o presidente Jair Bolsonaro
polemizar sobre o ICMS**

Repórter

O governador Wellington Dias (PT) participa nesta terça-feira (11) da VIII edição do Fórum dos governadores do Brasil. O evento, que acontece em Brasília, reúne os chefes do Executivo de todo o país e terá como principais temas a Segurança Pública; o preço dos combustíveis e a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Durante o encontro desta terça, os governadores ainda devem discutir o percentual cobrado sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no caso dos combustíveis. O assunto ganhou o noticiário nos últimos dias, após o presidente Jair Bolsonaro desafiar os gestores estaduais a zerarem o tributo, como forma de baixar o preço da gasolina praticado nos postos.

Recentemente, Wellington Dias defendeu a necessidade de uma discussão mais ampla a

respeito da temática e propôs que eventuais mudanças na tributação de combustíveis sejam pautadas na Reforma Tributária, que tramita no Congresso Nacional.

Agenda

Ainda nesta terça-feira, Wellington Dias participa, em Brasília, da Assembleia Geral dos governadores do Consórcio Nordeste. Além disso, o chefe do executivo piauiense terá uma audiência com o diretor presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Paulo Henrique Bezerra Costa.

topo ↕

O POPULAR - GO - POLÍTICA

Caiado deve mediar discussão sobre ICMS dos combustíveis
FÓRUM DE GOVERNADORES É esperado que o tema seja uma das principais discussões da primeira reunião entre chefes dos executivos estaduais, hoje, em Brasília

Aliado de Jair Bolsonaro (sem partido), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), deve atuar como mediador no diálogo dos chefes dos Executivos estaduais com o presidente da República, no que diz respeito ao percentual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis cobrado por Estados. É esperado que o tema seja uma das principais discussões do primeiro Fórum de Governadores de 2020, que ocorre hoje, a partir das 9h, no edifício-sede do Banco do Brasil, em Brasília.

O assunto ganhou destaque após Bolsonaro anunciar que encaminhará proposta ao Congresso Nacional para modificar a cobrança de ICMS sobre combustíveis, com a criação de valor fixo por litro. Atualmente, o percentual do tributo é estabelecido por cada Estado. O presidente atribuiu à cobrança do imposto estadual o fato de o preço do litro da gasolina cair nas refinarias, conforme determinação da Petrobras, mas não chegar ao consumidor.

Indignados com a proposta, 22 governadores publicaram um comunicado afirmando que a receita gerada pelo tributo é fundamental para os Estados, pediram que o presidente reduzisse os tributos federais que incidem sobre os combustíveis (PIS, Cofins e Cide) e solicitaram revisão da política de preços da Petrobras. Em seguida, Bolsonaro disse que zeraria a cobrança dos impostos cobrados pela União sobre combustíveis se os governadores fizessem o mesmo com o ICMS.

Caiado não assinou o comunicado dos governadores e se manifestou sobre o assunto um dia após o desafio de Bolsonaro, afirmando por meio de uma rede social que irá "buscar o diálogo para uma solução diante de um problema que municípios, Estados e União têm culpa". Para o fórum, Caiado não deve apresentar nenhuma novidade sobre o assunto e tentará mediar reunião entre governadores e o presidente para tratar sobre o tema.

NOVO DISCURSO

Como mostrou o POPULAR, o posicionamento adotado por Caiado nas últimas semanas é diferente de quando era parlamentar e defendia a redução do imposto em Goiás, na época dos governos dos tucanos Marconi Perfilo e José Eliton. O governador justificou a busca por diálogo argumentado que "não podia imaginar que o Estado estaria tão assaltado e lapidado".

Em Goiás, o ICMS sobre combustíveis corresponde a 22% do total arrecadado por meio do tributo, que rendeu R\$ 4,1 bilhões ao cofre estadual no ano passado. A alíquota de ICMS sobre a venda de gasolina no Estado é de 30%.

Além do ICMS, temas como Segurança Pública e a renovação do Fundo de Manutenção, Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Plano Mais Brasil (Plano Mansueto), a securitização e a distribuição dos royalties de petróleo também devem ser discutidos pelos governadores no encontro de hoje.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - GERAL

UFRN inicia matrículas para segunda chamada do Sisu no sábado

Repórter

Com o atraso do envio por parte do Ministério da Educação (MEC) da lista com os nomes dos alunos aptos à segunda chamada, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) recebeu a planilha nesta segunda-feira (10) e informou que pretende fazer a matrícula dos alunos convocados na segunda chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) no próximo sábado (15). A planilha com o nome dos alunos deveria ter sido enviada na última quinta-feira (06).

Segundo informações do professor Josemar de Oliveira, diretor de Administração e Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação da UFRN (Prograd), com a lista em mãos, a instituição ainda leva dois dias para indexar os dados em um sistema interno. Só a partir daí que é possível disponibilizar a lista dos aprovados para o público.

“Essa lista, uma vez com ela em mãos, precisamos de dois dias para processar, porque ela vem como um arquivo. Esse arquivo é compatibilizado, importado para o nosso banco de dados e é feita a geração da convocação. Uma vez feita, ela passa por duas conferências, uma no sistema e uma manual”, explica à TRIBUNA DO NORTE.

A lista estava em atraso por parte do Governo Federal. A UFRN chegou a receber a planilha na última quinta-feira (06), mas foi notificado momentos depois de que o documento não era válido.

Ao todo, no Sisu 2020, a UFRN ofertou 6.933 vagas nos 107 cursos de graduação, tendo 2.012 vagas a serem preenchidas. Além disso, a lista de espera enviada pelo MEC na tarde desta segunda-feira dispõe de 9.233 candidatos. Segundo o edital disponibilizado, a lista de reserva é feita pelo número de vagas restantes multiplicado por cinco.

A lista de convocação da segunda chamada do Sisu é fundamental para que as instituições possam alocar os estudantes em vagas que não foram ocupadas na primeira chamada. Vale salientar que, apesar do atraso, a escolha das duas opções de curso assinaladas durante o Sisu continuam valendo.

As notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) valem para ingresso nos dois semestres da UFRN.

UERN avaliará 732 cotistas

Candidatos que foram aprovados no Sisu e utilizaram do sistema de cotas raciais serão

avaliados antes de serem matriculados pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). Ao todo, 732 candidatos, de um universo de 2.430 vagas, serão apreciados por uma comissão da instituição, que vão concluir se eles se adequam nas cotas étnico-raciais.

De acordo com o professor Wendson Dantas, pró-reitor de Ensino de Graduação da Uern, embora os candidatos tenham se autodeclarado negro, pardo ou indígena, a ideia é efetuar essa comprovação de forma “preventiva”.

“Esses candidatos efetuaram um cadastro institucional, que é um vínculo provisório com a Uern. Eles serão convocados por meio de edital a comparecer para uma banca de comissão, que vai averiguar se a autodeclaração tem validade. Os candidatos pretos e pardos vão se dar se dar em função das características fenotípicas, como cor da pele, cabelo, nariz, enfim, características que justifiquem que ele é negro”, explica à TN.

Os candidatos serão filmados em vídeo em frente a uma comissão de cinco membros da Uern. A ideia é que esse processo comece no mês de março, uma vez que as matrículas estão previstas para o dia 1º de abril. Caso o grupo não considere que o candidato não tem aquele fenótipo, isto é, as características específicas daquela raça, ele perderá a vaga. No caso dos indígenas, essa situação será averiguada de forma diferente.

“Os indígenas, como o processo é diferente, eles vão precisar trazer uma declaração assinada por três lideranças indígenas assinadas pela Funai. Todas as instruções vão estar num edital”, conta.

Esta é a primeira vez que o sistema de cotas étnico-raciais na Uern, após a Lei 10.480/2019, sancionada pela Governadora Fátima Bezerra em 31 de janeiro de 2019.

O sistema chegou a ser alvo de críticas nas redes sociais, quando uma menina, que se declarou parda, mas era vista como branca por outras pessoas. Neste caso específico, o pró-reitor explicou que ela ainda vai passar pelo processo de heteroidentificação.

Diferentemente da Uern, a UFRN ainda não conta com um procedimento como esse para comprovar, antes das matrículas, se os candidatos apresentam as características da raça que se autodeclararam. Isso acontece, por exemplo, no caso dos alunos deficientes, que passam por uma comissão com médicos, pedagogos e assistentes sociais. E 2020, foram 85 convocados na primeira chamada, com 35 presentes no cadastramento e outros 3 com pareceres negado ou inconclusivo por parte da banca de validação.

Segundo o professor Josemar de Oliveira, diretor de Administração e Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação da UFRN (Prograd), uma ideia como essa está em estudo junto a instituição, mas ainda sem prazo para ser posta em prática. Atualmente, a contestação se dá por meio de denúncias e avaliações por parte da UFRN.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - OPINIÃO

O fundo do poço

O vídeo em que o jornalista Alexandre Garcia sugere que uma troca de população entre Brasil e Japão faria com que os japoneses transformassem o Brasil em potência mundial, e os brasileiros estragariam o Japão, só viralizou porque o presidente Bolsonaro avalizou, compartilhando-o em suas redes sociais. O melhor do Brasil é o

brasileiro, ou é o brasileiro que prejudica o desenvolvimento do Brasil? A questão é outra, a meu ver: a diferença educacional dos países mais desenvolvidos. Os especialistas lembram que as escolas do Brasil são historicamente deficientes. Em 1850, 90% da população dos EUA estavam alfabetizados e no Brasil, naquele ano, tínhamos 90% de analfabetos. O Chile, em 30 anos, aumentou a produtividade graças à educação, a Malásia e a China vão na mesma direção.

A Coreia do Sul deu ênfase à tecnologia, e hoje precisamos de mais de três brasileiros para produzir o que um coreano produz, quando em 1980 estávamos no mesmo patamar. Na mesma época, eram precisos dez chineses para produzir o que um brasileiro produzia, já em 2010 bastava um chinês, e hoje um brasileiro já não produz o mesmo que um chinês. A correlação entre escolaridade e renda foi constatada em trabalhos científicos na década de 1950, quem estuda mais, ganha mais. A diferença entre a produtividade de um empregado nos Estados Unidos e no Brasil - uma hora trabalhada por um brasileiro produz 1/5 que a de um americano - é explicada em boa parte pelo atraso da educação.

Os especialistas são unânimes em afirmar que nunca houve no Brasil uma educação de qualidade para todos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Japão é o país com o maior nível de igualdade na educação, e apenas 9% da variação de desempenho entre os alunos são ocasionados por diferenças socioeconômicas. O Japão tem um dos menores índices de evasão escolar: 96,7% dos jovens terminam o ensino médio, quando a média nos países analisados pela OCDE é de 76%, e no Brasil, é de 46%. A importância dada aos professores é uma das explicações para os bons resultados. Assim como a distribuição de professores para diversas áreas do país, criando equilíbrio no nível de ensino.

Professores mais experientes são enviados a locais menos desenvolvidos. O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso considera que a educação é dos principais itens de uma "verdadeira agenda patriótica". Ele escreveu no último número da revista acadêmica "Direitos Fundamentais e Justiça", da PUC/RS, o artigo "Educação Básica no Brasil: Do Atraso Prolongado à Conquista do Futuro", com base em estudos e contatos com diversos especialistas em educação. Como a universalização da educação básica no Brasil "se deu com grande atraso, um século depois dos EUA", mesmo com o progresso da inclusão nas últimas décadas, os problemas ainda são dramáticos: a escolaridade média é de 7,8 anos, inferior à média do Mercosul (8,6 anos) e do Brics (8,8 anos).

Um dos "pontos nevrálgicos" é a pouca atratividade da carreira do magistério. "É preciso tratar o magistério como uma das profissões mais importantes do país, elevar a capacitação dos professores e aumentar a atratividade da carreira, com incentivos de naturezas diversas", afirma Barroso. A ampliação do tempo de permanência na escola de cinco para oito horas é providência reconhecida como decisiva para o avanço da educação básica, diz ele. "Os Estados da Federação que adotaram programas de escolas em tempo integral, como Espírito Santo e Pernambuco, destacaram-se nos resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica):

Segundo Luís Roberto Barroso, documentos do Banco Mundial e pesquisadores reconhecidos internacionalmente atestam que o principal investimento a ser feito em educação básica é "a partir das primeiras semanas de vida da criança. Nessa fase, o

cérebro é uma esponja que absorve todas as informações que lhe são transmitidas". Pesquisas indicam que as boas creches contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do potencial das crianças, assegurando que recebam nutrição adequada, afeto, respeito, valores e conhecimentos básicos. Como se vê, não é preciso mudar o povo para transformar o Brasil em potência mundial. Depende de nós, como aliás disse Alexandre Garcia no final de sua palestra.

Enquanto o ministro da Educação considerar que é a ideologia que atrapalha o país, não sairemos da situação em que estamos, o fundo do poço, como ele mesmo definiu.

topo ↕

ZERO HORA - RS - RBS BRASÍLIA

Rodrigo Maia assume o Fundeb

Diante da paralisação do Ministério da Educação, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), dá sinais de que o parlamento vai mais uma vez assumir o protagonismo, garantindo a aprovação da PEC do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), com ou sem acordo com a pasta.

Quem acompanha o assunto de perto acredita que ainda em março a proposta seja votada no plenário, com um aumento na participação de recursos da União de 10% para 20%. Embora não tenha dado aval para o texto da Câmara, o ministro Abraham Weintraub demonstrou pouco interesse em achar uma real saída para o impasse.

Sem interlocução junto ao Congresso, Weintraub ainda não encaminhou proposta alternativa. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e dedicado às questões ligadas à Educação, Cezar Miola esteve em Brasília para acompanhar essas tratativas de perto. Ele comemora a decisão de Rodrigo Maia:

- É importante aprovar as novas regras o mais rápido possível, inclusive com a utilização de indicadores de desempenho como critério e nova forma de distribuição de parte de recursos, contemplando municípios que mais precisam em diferentes regiões.

topo ↕

ZERO HORA - RS - ARTIGOS

NINGUÉM NOS PASSA

CEO do Grupo Parit S/A

@Ric_Felizzola

Liga-se o rádio ou a TV aberta no Brasil e o que vem? Haveria uma expectativa de se ter um complemento educacional, algo valioso que se agregasse à cultura individual. Há música, dá até para achar coisas boas, mas não é o padrão. Há o esporte, quer dizer, o futebol em 90% dos casos, uma paixão que pouco educa, distrai apenas. Há novelas com pouco conteúdo educacional quando não o contrário, há "reality shows" em que uma amostra selecionada do nosso povo tem a oportunidade de mostrar quem somos na prática e dá pra ver o que falta. Ou seja, a média da comunicação aberta no país não ajuda nossa educação. Daí a busca por conteúdo nas redes sociais. Ali há o que aprender para quem não é passivo de uma programação dos meios tradicionais.

Em educação, o Brasil, se não é o último, está ali por perto apesar de todos os recursos que despense: são R\$ 49 bilhões nas universidades federais por ano, R\$ 43 bilhões só em pessoal, com um custo por aluno formado em média entre o dobro e o triplo do

custo de uma universidade particular. O total do orçamento do Ministério é algo em torno de R\$ 100 bilhões.

Na educação básica, são investidos pelo governo federal R\$ 24 bilhões, complementados por verba de municípios e Estados. Ou seja, há recursos significativos despendidos pelos contribuintes que deveriam ser compensados com mais retorno para o país. Entenda-se como retorno o nível médio de educação de seu povo que permita a ele conquistar avanços econômicos compatíveis. O conhecimento é o que vale na economia moderna. Dias atrás, um renomado jornalista, em uma palestra, perguntou à plateia o que aconteceria com o Brasil se nossa população fosse trocada com a do Japão. Ele mesmo encaminhou uma resposta: não saberia o que ocorreria com o Japão preenchido por brasileiros, mas com o Brasil, repleto agora de japoneses, se teria em 10 anos a maior potência mundial. A causa óbvia é a diferença de educação entre os povos. Muitos criticaram o jornalista, no entanto, independentemente do nosso orgulho de ser brasileiros, precisamos melhorar, porque passa o tempo e nossa sociedade empobrece por falta de capacidade de acompanhar e processar um mundo de intensas transformações que exige pessoas educadas.

Neste momento, a gestão do processo de educação dos brasileiros é algo decisivo e cabe a todos participar de forma crítica para aprimorá-lo. No entanto, o sistema reage de todas as formas, alegando que o que está aí deve ser mantido. Só que o que está aí "entra em último", com a vantagem única de que ninguém nos passa..

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Assédio Institucional no Setor Público Brasileiro

“Enquadra-se nessa nova categoria sociológica e jurídica a recente e infeliz declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, acerca do parasitismo inerente aos servidores públicos funcionários do Estado brasileiro. Não é a primeira vez que o ministro sugere que funcionários públicos sejam parasitas. Suas desculpas não possuem qualquer credibilidade. Está claro que é isso mesmo o que ele pensa e sente”

José Celso Cardoso Jr.*

Há um fenômeno novo e perturbador no setor público brasileiro. Trata-se do assédio institucional (organizacional e moral) como forma dominante de relacionamento entre distintas instâncias ou organizações hierárquicas em cada poder da União e nível da federação. E dentro de cada poder e nível federativo ou organizacional, entre chefias e subordinados, caracterizando, neste caso, o fenômeno típico do assédio moral, que obviamente não é exclusividade do setor público.

O assédio institucional de natureza organizacional caracteriza-se por um conjunto de discursos, falas e posicionamentos públicos, bem como imposições normativas e práticas administrativas, realizado ou emanado (direta ou indiretamente) por dirigentes e gestores públicos localizados em posições hierárquicas superiores, e que implica em recorrentes ameaças, cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e deslegitimações acerca de determinadas organizações públicas e suas missões institucionais e funções precípuas.

Enquadra-se nessa nova categoria sociológica e jurídica a recente e infeliz declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, acerca do parasitismo inerente aos servidores

públicos funcionários do Estado brasileiro. Não é a primeira vez que o ministro sugere que funcionários públicos sejam parasitas. Suas desculpas não possuem qualquer credibilidade. Está claro que é isso mesmo o que ele pensa e sente.

Nesse sentido, todas as propostas em curso de reforma administrativa que visam, quase que exclusivamente, reduzir gastos correntes forjando para baixo as contratações e remunerações dos servidores públicos adquire, portanto, um teor altamente questionável. Não apenas porque são medidas ineficazes e bastante questionáveis para se obter ajuste fiscal estrutural nas contas públicas, como porque mal escondem a sua sanha ideológica, persecutória e criminalizadora que está na verdade por detrás da aparente tecnicidade fiscal.

Alguns outros exemplos são eloquentes contra Universidades e Institutos Federais, ANVISA, ANCINE, BNDES, CNPQ, CAPES, FINEP, FIOCRUZ, FUNAI, IBGE, IBAMA, ICMBIO, INPE, INEP, IPEA e até mesmo contra organizações e carreiras do chamado núcleo administrativo ou estratégico de Estado, representado pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), tais como: Fiscalização Agropecuária, Tributária e das Relações de Trabalho; Arrecadação, Finanças e Controle; Gestão Pública; Comércio Exterior; Segurança Pública; Diplomacia; Advocacia Pública; Defensoria Pública; Regulação; Política Monetária; Inteligência de Estado; Pesquisa Aplicada, Planejamento e Orçamento Federal; Magistratura e o Ministério Público. Tais evidências reforçam a tese de que o que está em jogo é também o apagar de memórias e a recontagem da história oficial segundo a visão de mundo ora instalada no poder.

Por sua vez, o assédio institucional de expressão moral caracteriza-se por ameaças (físicas e psicológicas), cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e perseguições, geralmente observadas entre chefes e subordinados (mas não só!) nas estruturas hierárquicas de determinadas organizações públicas (e privadas), redundando em diversas formas de adoecimento pessoal, perda de capacidade laboral e, portanto, mau desempenho profissional no âmbito das respectivas funções públicas. No interior do setor público, geralmente, assédio organizacional e assédio moral estão correlacionados, caracterizando o que aqui chamamos, de modo mais amplo, de assédio institucional no setor público.

Sendo este, portanto, fenômeno novo e perturbador no interior do setor público brasileiro, com formas de manifestação diversas e consequências deletérias ao bom funcionamento de organizações estatais e ao desempenho profissional adequado de seus servidores, é que a Afipea-Sindical considerou necessário um destaque especial ao tema, até mesmo para que possamos ter registros documentais, relatos fáticos de situações dessa natureza, interpretações e proposições condizentes com a gravidade do fenômeno e suas nefastas consequências para o Estado brasileiro e sua administração pública cotidiana.

Que o governo Bolsonaro/Guedes não tenha quadros adequados e nem competência técnica ou sensibilidade social para governar o Brasil, já é algo público e notório. A novidade ruim é que agora, alastrando a prática do assédio institucional (organizacional e moral) por todo o setor público, eles pretendam tentar esconder o fracasso de seu projeto de país.

Dessa forma, somos forçados a concluir que o atual governo caminha rapidamente para uma estratégia de acirramento de contradições relativamente aos segmentos da sociedade não alinhados a seu projeto de poder. Mas sendo tais segmentos mais numerosos e representativos da diversidade brasileira que os seus seguidores, deverá haver uma inclinação autoritária crescente por parte das frações de classe no poder, com vistas a impor – até mesmo pela força bruta – os seus anseios e projetos.

Oxalá a comunidade internacional democrática e a sociedade brasileira consciente do perigo autoritário/totalitário em curso possam rapidamente perceber a abrangência, a profundidade e a velocidade dessa agenda retrógrada para então se reorganizarem coletivamente e se reposicionarem politicamente com vistas à recuperação das tendências recentes de construção da República, da Democracia e do Desenvolvimento no espaço nacional.

*José Celso Cardoso Jr. – Presidente da Afipea-Sindical

topo ↕

GAZETA NORTE MINEIRA - TEMPO REAL

Ambientalistas alertam que veredas estão secando

Os impactos ambientais nas veredas do Norte de Minas, localizadas, sobretudo, na região do Vale do Peruáçu e próximas ao Rio Pandeiros nos municípios de Januária e Bonito de Minas, são alvo de pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). A coordenação envolve o Programa de Pós-Graduação em Botânica Aplicada (PPGBOT) e os Departamentos de Biologia Geral e de Geociências, além de pesquisadores de instituições parceiras. O levantamento é realizado como um sítio do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD), com financiamento do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dados da pesquisa foram apresentados pela coordenadora do estudo, professora Yule Rocha Ferreira Nunes durante o Fórum do Meio Ambiente, evento organizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) na programação da Festa Nacional do Pequi, entre sexta (7/2) e o domingo (9/2).

O PELD Veredas teve início em 2016, com o título “Colapso das Veredas no Sertão Mineiro: Efeitos Antrópicos Locais e Mudanças Climáticas Globais”. Conta com a participação 15 pesquisadores e 50 estudantes de cursos de pós-graduação e graduação. Além da Unimontes, a pesquisa de longa duração envolve professores das Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e de Lavras (UFLA) e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC. A professora Yule Roberta Nunes explica que a pesquisa tem como principal objetivo levantar os efeitos da ação do homem e as mudanças climáticas sobre a conservação das veredas – que estão secando no Norte do estado. “Queremos entender porque ocorre o secamento das veredas e quais efeitos disso sobre a biodiversidade e também seus impactos sociais”, afirmou.

Durante o Fórum, Yule Roberta Nunes informou que a pesquisa sobre as veredas na região de Pandeiros e do Vale do Peruáçu já apresenta alguns resultados. “Um deles é a mudança da flora. A vegetação das áreas das veredas está mudando. Como elas estão secando, as espécies de ambientes úmidos estão deixando de existir, sendo substituídas por espécies do Cerrado”, explicou a coordenadora da pesquisa. Outro aspecto observado na região do Peruáçu é o rebaixamento do lençol freático, reduzindo numa

média de 0,5 metros a cada ano. Outra constatação dos pesquisadores: nos últimos 30 anos, a partir da primeira nascente, o Rio Peruaçu apresenta um quadro de secamento ao longo de 50 quilômetros.

A professora Yule Roberta chama atenção para outra forma de degradação que atinge duramente as veredas no Norte de Minas: as queimadas. “Uma vereda do Peruaçu ficou queimando durante um ano, o que chamou atenção até da Nasa (Agência Especial Americana) por causa da grande quantidade de carbono lançada na atmosfera”, observou. Um alerta para salvamento das veredas está na utilização racional dos recursos hídricos. “As veredas estão secando porque o lençol freático está diminuindo. Precisamos entender qual é o tempo de disponibilidade hídrica e saber, ainda, a quantidade de água que podemos usar”, recomenda Yule Nunes.

As veredas ocorrem em ambientes úmidos do Cerrado e apresentam comunidades de plantas com acentuada riqueza de espécies, associada ao Buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.). No Norte de Minas, elas geralmente estão associadas a outro tipo de palmeira, conhecida como Xiriri (*Mauritiella armata* (Mart.) Burret). São ambientes que participam do controle do fluxo do nível freático, desempenham um papel fundamental no equilíbrio hidrológico dos cursos d’água do Bioma e possuem grande importância ecológica, permitindo abrigo e alimento/água para a fauna – além do papel social ímpar para os Veredeiros, povos tradicionais vivem neste ambiente.

O Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), em funcionamento desde o ano 2000, é executado pelo (CNPq). A iniciativa é caracterizada pela atuação integrada de equipes interdisciplinares que abordam o desenvolvimento de projetos de pesquisa com longas séries de dados e o entendimento de longo prazo dos efeitos de perturbações de origens natural ou antrópica sobre a composição, dinâmica e funcionamento de ecossistemas, ou a compreensão da efetividade de ações de manejo na preservação destes ecossistemas.

Atualmente, a rede PELD conta com 30 sítios de pesquisa distribuídos em diversos ecossistemas. Os sítios PELD são áreas de referência para a Pesquisa Ecológica no Brasil, onde são desenvolvidos estudos de longa duração dos mais diversos no tema da Ecologia e formação de recursos humanos especializados (nível de graduação e pós-graduação), constituindo pólos de nucleação de grupos de pesquisa.

[topo](#)

MIGALHAS - MIGALHAS DE HOJE

STJ determina aplicação da técnica de julgamento ampliado em apelação com origem em MS

Decisão é do ministro Og Fernandes.

O ministro do STJ Og Fernandes determinou que o TRF da 2ª região adote a técnica prevista no artigo 942 do CPC/15 para o julgamento de mandado de segurança impetrado por candidata a bolsa de doutorado que teve o benefício vedado pela Capes e pela UERJ.

De acordo com o dispositivo, quando o resultado da apelação não for unânime, o julgamento terá prosseguimento com a presença de outros julgadores, que serão convocados em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado, assegurando-se às partes o direito de sustentar oralmente perante os novos juízes.

A candidata narrou que, após ter sido selecionada para a concessão de bolsas para doutorado, foi comunicada de que não poderia recebê-la, tendo em vista a portaria da Capes que veda a bolsa para quem exerça atividade de magistério no momento do recebimento do benefício – o que era o caso da autora, uma professora universitária.

Segundo ela, a portaria admitia a acumulação apenas quando o início da atividade de magistério ocorresse após a implantação da bolsa, regra que, para ela, violaria o princípio da isonomia.

A segurança foi denegada em primeira instância, em decisão mantida pelo TRF. Apesar de ter decidido a apelação por maioria de votos, o tribunal entendeu que não seria o caso de submissão do processo ao julgamento ampliado, pois o artigo 942 do CPC/15 não atingiria os mandados de segurança.

Aplicação indistinta

t

De acordo com o ministro Og Fernandes, a posição do TRF se distanciou do entendimento do STJ em duas dimensões: primeiro, porque a técnica do julgamento ampliado deve ser adotada de ofício pelo órgão julgador, não havendo a necessidade de que a parte interessada a suscite, podendo ser a inobservância do procedimento objeto de embargos declaratórios; em segundo lugar, porque a técnica se aplica indistintamente ao julgamento de apelação, sendo irrelevante sua origem ter sido em mandado de segurança.

"Isso porque o CPC dispôs expressamente as hipóteses de restrição e extensão de incidência do dispositivo (artigo 942, parágrafos 3º e 4º). Ademais, inexistente caráter recursal no procedimento introduzido pelo ordenamento processual, em nada se confundindo, à exceção de seu objetivo teleológico, com o antigo embargo infringente."

Assim, S. Exa. determinou o retorno dos autos ao TRF da 2ª região.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

No Senado, Weintraub diz que erros do Enem 2019 foram exagerados por militantes

Sabatinado pela Comissão de Educação, ministro também disse que alunos tentaram justificar notas ruins para os pais valendo-se das falhas na correção

BRASÍLIA — Convidado pela Comissão de Educação do Senado para explicar os erros do Enem 2019, o ministro Abraham Weintraub minimizou as falhas na correção, que atingiram mais de 5 mil candidatos e levaram 172 mil a procurarem o Ministério da Educação (MEC), e os problemas de acesso no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

O ministro da Educação repetiu sua visão de que os estudantes levaram apenas "um susto" por conta da falha na correção e reafirmou que "absolutamente todas as provas foram recheçadas".

— Antes de abrir o Sisu, isso já estava corrigido. Estatisticamente, o impacto na nota de corte não é significativo, é zero.

Weintraub dividiu em três grupos as pessoas que procuraram o MEC para se queixar de problemas no exame: um formado por "militante, que se fazia passar por um aluno, entrava colocando terror na rede, e a gente descartava"; um de "pessoas que não estavam entendendo o processo, e nós orientamos"; e o grupo de "alunos que foram mal, mas disseram que a culpa era do Weintraub. Os pais nos procuraram, nós checamos as provas e vimos que haviam tirado a nota mesmo".

O ministro também citou erros em Enem de anos anteriores e afirmou que é possível que o mesmo tipo de falha deste ano tenha acontecido anteriormente, sem ser detectada.

— Não dá para afirmar que sim, nem que não, mas eu diria que esse tipo de coisa pode ter acontecido no passado.

Quanto às falhas no Sisu, Weintraub as atribuiu ao grande volume de pessoas entrando no sistema ao mesmo tempo.

— Das quatro milhões de pessoas que fizeram o Enem, quantas querem acessar o Sisu no primeiro dia, na primeira hora? Todas. Então, num primeiro momento, o sistema vai sendo sobrecarregado, existe uma lentidão. Para fazer os ajustes na nuvem da Microsoft, o sistema precisou sair do ar, experimentamos três períodos de interrupção no primeiro dia. No segundo dia, houve uma interrupção pela manhã e, a partir da tarde, o sistema operou normalmente.

topo 

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Weintraub diz que vai “esclarecer mentiras” sobre o Enem no Senado

Por Congresso Em Foco

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, comparecerá à Comissão de Educação do Senado para falar sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Nesta terça, 11/02, às 11h, estarei à disposição no Senado para esclarecer as inúmeras mentiras que foram propagadas sobre o Enem 2019 e mostrar o trabalho que estamos realizando frente ao Ministério da Educação. Será uma grande oportunidade”, escreveu o ministro nessa segunda-feira (10) à noite em sua conta no Twitter.

Feito em novembro de 2019, o Enem tem seu resultado usado como critério para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que oferece 237 mil vagas nas universidades federais. Quando as notas foram divulgadas, em janeiro deste ano, estudantes apontaram inconsistências na correção das provas e tiveram os pedidos de revisão negados. Depois, o Ministério da Educação admitiu inconsistências, que atribuiu à impressão das provas.

Autor de um dos requerimentos que pediram a vinda do ministro, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) citou relatório da comissão externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do ministério, que apontou diversos erros de gestão.

“Dentre os inúmeros problemas de gestão do MEC e do Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], o relatório da Câmara dos Deputados apontou diminuição no nível de escolaridade dos ocupantes de cargos comissionados, a instabilidade, a baixa capacidade no recrutamento e baixa qualidade

na retenção do corpo técnico. Isso resultou em vacância nos cargos estratégicos e paralisia decisória em coordenações e secretarias da pasta”, afirmou Randolfe.

Com informações da Agência Senado

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Alunos ocupam prédio de escola tradicional que será desativada em Cuiabá
Eles protestam contra o fechamento da escola Nilo Póvoas que já funciona há cerca de 50 anos.**

Cerca de 30 alunos ocuparam o prédio da Escola Estadual Nilo Póvoas, em Cuiabá, na noite dessa segunda-feira (10). Eles protestam contra o fechamento da escola que já funciona há cerca de 50 anos.

O G1 entrou em contato com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), mas até a publicação desta matéria não obteve retorno.

Em janeiro deste ano, a pasta informou que a desativação da escola faz parte do processo de reordenamento da rede estadual, visando otimizar os recursos financeiros, potencializar os espaços, melhorar a estrutura física das unidades e a demanda do atendimento aos alunos.

Os 148 alunos do Nilo Póvoas serão transferidos para a Escola Estadual Antônio Epaminondas, no Bairro Baú, em Cuiabá, que também oferece ensino em tempo integral.

Conforme a Seduc, a escola tem capacidade para receber mais de mil estudantes.

O prédio que fica no Bairro Bandeirantes deve vai abrigar um Centro de Referência em Educação Inclusiva. A Nilo Póvoas é uma escola tradicional da capital e existe há 50 anos.

Para transformar o espaço no centro de referência, o prédio deve passar por uma reforma geral, avaliada em R\$ 3 milhões.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRN divulga novo calendário para 2ª chamada do Sisu; convocação será na quinta (13)

Cadastramento de novos alunos acontece de 15 a 19 de fevereiro. Prazos foram alterados após atraso do MEC.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) divulgou nesta terça-feira (11) um novo calendário para a segunda chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). De acordo com a instituição, a convocação dos candidatos será divulgada nesta quinta-feira (13) e o cadastramento acontecerá nos dias 15, 17, 18 e 19 na Escola de Ciências e Tecnologia (ECT), do campus central, para os aprovados e suplentes de cursos dos campi de Natal e Macaíba.

Os convocados para o campus Caicó serão recebidos de 17 a 19 de fevereiro no Centro Regional de Ensino Superior de Caicó (Ceres-Caicó), enquanto os novos alunos dos campi de Currais Novos e Santa Cruz serão atendidos nos dias 17 e 18 no Ceres-Currais Novos e na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (Facisa), respectivamente.

O cadastramento acontecerá das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, dividido de acordo com os cursos, conforme cronograma definido em edital. Os candidatos deverão realizar o envio eletrônico prévio da documentação entre os dias 13 e 18, por meio do Portal do Candidato, onde também estão disponíveis o edital retificado, o cronograma de convocações, quadro de vagas, entre outras informações do Sisu na UFRN.

As alterações no calendário da segunda chamada ocorreram em virtude do atraso no recebimento da Lista de Espera da UFRN, que seria enviada pelo Ministério da Educação (MEC) no último dia 6 de fevereiro, e foi disponibilizada apenas na tarde desta segunda-feira (10).

Vagas

A UFRN oferece o total de 6.933 vagas pelo Sisu para 107 cursos de graduação nos campi de Natal, Macaíba, Currais Novos, Caicó e Santa Cruz, sendo 4.649 para o primeiro semestre e 2.284 para o segundo período letivo. Mais de 4.900 vagas foram preenchidas no cadastramento dos aprovados na primeira chamada, restando cerca de 2 mil vagas remanescentes para ocupação dos candidatos inscritos na lista de espera.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Sinop pode receber investimentos em educação e segurança

O deputado estadual Silvio Fávero (PSL), é autor de diversas indicações que contemplam a cidade de Sinop, também conhecida como a ‘capital do Nortão’ (503 quilômetros de distância da capital mato-grossense). Nos pedidos encaminhados ao Governo do Estado, Fávero aponta a necessidade de recuperação da MT-338, entre o entroncamento da MT-220 e a BR-163 que dá acesso aos municípios de Sinop, Juara e Porto dos Gaúchos.

No documento, o deputado justifica que o intuito é assegurar condições de tráfego. “O problema por lá (MT-338) é contínuo e de difícil solução em curto prazo, apesar do grande desempenho do atual governo em resolvê-lo”, argumentou Fávero.

Outro pedido feito, trata da restauração do encabeçamento da ponte sobre o rio Teles Pires na MT-222/MT-10. A solicitação do parlamentar também chegou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ao departamento, Fávero mostra a necessidade de construção de uma passarela na BR-163, KM 829, perímetro urbano da capital do Nortão.

Educação – As reivindicações de Fávero também beneficiam a educação. No pedido também encaminhado à Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Fávero pede a construção de mais 18 salas de aulas na Escola Estadual Parque das Nações e mais 18 salas para a Escola Jardim das Orquídeas.

Em um dos documentos, com cópia à Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), o autor das indicações pede a permanência de um policial militar na Escola João Pissinati Guerra.

Vale lembrar que a unidade escolar permaneceu fechada e com as atividades pedagógicas paralisadas, por um período, em 2019, depois de ter sido vítima de uma

invasão. Uma mulher, munida de um facão, tentou invadir a unidade de ensino.

“Fui procurado por vários moradores de Sinop que temem pela segurança de seus filhos. A situação é bastante delicada, e depois desse episódio, a sensação de insegurança aumentou ainda mais. No mínimo precisamos encontrar solução para impedir situações como esta”, alertou Fávero.

topo ↕

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Abraham Weintraub vai ao Senado “esclarecer mentiras” sobre o Enem 2019

Redação

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai ao Senado para explicar à Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre os erros do Enem 2019 nesta terça-feira (10). A audiência está prevista para acontecer a partir das 11h e será transmitida ao vivo pela TV Senado (assista abaixo).

Na noite de ontem, Weintraub disse que estava à disposição para esclarecer mentiras propagadas envolvendo o Exame Nacional do Ensino Médico. Veja abaixo!

Abraham Weintraub



@AbrahamWeint

Nesta terça, 11/02, às 11h, estarei à disposição no Senado para esclarecer as inúmeras mentiras que foram propagadas sobre o ENEM 2019 e mostrar o trabalho que estamos realizando frente ao Ministério da Educação. Será uma grande oportunidade. Boa noite!

23,6 mil

19:21 - 10 de fev de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

7.233 pessoas estão falando sobre isso

Em resposta ao tweet, alguns estudantes argumentaram que o site do Sisu não estava funcionando. Outros, apoiaram o discurso do ministro e desejaram boa sorte.

Polêmicas envolvendo Enem 2019

Ainda no início de 2019, em abril, a primeira polêmica envolvendo o Enem 2019 aconteceu quando a gráfica que faria a prova entrou com um pedido de falência. Em seguida, no primeiro dia de provas, uma foto com a proposta de redação foi vazada minutos após o início do exame. No dia, o Ministro da Educação afirmou que a foto tirada e postada era verdadeira, mas que tudo estava dentro da normalidade.

Já em 2020, a polêmica da vez foi o erro na correção da prova. No dia 18 de janeiro, um dia após a divulgação do resultado, foram encontrados quatro casos de inconsistências na correção da segunda prova do exame. Devido ao erro, alguns alunos relataram nas redes sociais terem sido surpreendidos com notas baixas.

Segundo o Inep, foram constatados erros na identificação dos candidatos e da respectiva cor de sua prova do Enem 2019. O candidato fez a prova de uma cor, mas a nota foi corrigida como se fosse de outra. Além da falha inicial ocorrida na gráfica, também foram encontradas notas erradas provocadas por outras falhas, como na aplicação.

No dia 21 de janeiro, o Ministério da Educação afirmou que candidatos do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) enfrentavam lentidão. Segundo a assessoria de imprensa do MEC, a “instabilidade ocorreu devido ao grande número de acessos”.

Ministro da Educação conturbou sessão na Câmara

Em dezembro, Abraham Weintraub esteve em uma audiência na Comissão de Educação, da Câmara dos Deputados. O objetivo era explicar os ataques feitos às universidades federais. Em uma entrevista, por exemplo, o ministro disse que as instituições têm “plantações extensivas de maconha”.

Durante a sessão, Weintraub manteve o discurso e gerou diversas discussões com os parlamentares. “Pode ensinar o que quiser, falar de Karl Marx, não tem problema. Agora, a Polícia Militar tem que entrar nos campi”, disse o ministro.

Idilvan Alencar (PDT), deputado federal pelo Ceará, foi um dos que retrucaram o ministro. Para ele, Weintraub deveria “aproveitar o Natal e pegar o beco”, ditado nordestino que significa ir embora. “Acho que você tem que usar de bom senso, humildade e auto-crítica. Você foi nomeado e criou um Twitter somente para disseminar ódio. O senhor não tem condição técnica e política para estar nessa função”, opinou o parlamentar.

Weintraub diz que “fetiche da esquerda” é vê-lo preso e torturado

No dia 19 de dezembro, Abraham Weintraub, ministro da Educação, publicou uma foto em que aparece com sua cabeça em uma berlinda, um instrumento de tortura similar a uma guilhotina. O post, feito para ironizar seus críticos, foi feito em sua conta no Twitter.

“Fetiche da esquerda neste Natal: ver Weintraub preso, torturado e obrigado a usar um suéter vermelho como humilhação. Será que estou na Venezuela ou em Cuba?”, postou o ministro.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Weintraub vai ao Senado para falar sobre problemas no Enem

Ele será ouvido nesta terça-feira, 11, pela Comissão de Educação; ida de ministro ocorre dias após parlamentares apresentarem pedido de impeachment

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, será ouvido, nesta terça-feira, 11, pela Comissão de Educação do Senado, para falar sobre os problemas da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A reunião está marcada para as 11h.

Em seu perfil oficial no Twitter, Weintraub disse que estará à disposição “para esclarecer as inúmeras mentiras que foram propagadas sobre o Enem 2019 e mostrar o trabalho que estamos realizando frente ao Ministério da Educação”.

Os resultados do Enem são utilizados como critério para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que oferece 237 000 vagas nas universidades federais. Quando as notas foram divulgadas, em janeiro deste ano, estudantes apontaram inconsistências na correção das provas e tiveram os pedidos de revisão negados. Depois, o Ministério da Educação admitiu inconsistências, que atribuiu à impressão das provas.

A ida de Weintraub ao Senado ocorre dias depois de um grupo de deputados e

senadores ter apresentado, no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de impeachment do ministro. A ação possui como base um relatório produzido pela Comissão Externa de Acompanhamento do MEC – presidida pela deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP), com relatoria do deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES).

“O que fica evidente a partir das análises multitemáticas é que o planejamento e a gestão do ministério estão muito aquém do esperado e são insuficientes para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no país”, diz o documento, que acusa o Weintraub de crime de responsabilidade.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Weintraub se diz vítima de ‘fake news’ e só admite ‘probleminhas’ no MEC Ministro começou há pouco a dar explicações sobre trapalhadas na sua gestão no MEC; em negação da realidade, ele só admite probleminhas na pasta

A Comissão de Educação do Senado iniciou há pouco a audiência com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ele foi chamado para falar dos problemas no “melhor Enem” de todos os tempos, que falhou no básico, a correção das notas dos estudantes.

O ministro começou a conversa mostrando aos senadores um PowerPoint sobre notícias da imprensa que mostram problemas de gestão no MEC. Em estado de negação da realidade, o ministro classifica as reportagens de “fake news” e só admite “probleminhas” na pasta. “Já estou acostumado com chuva de fake news”, diz o ministro.

Não será, pelo visto, uma reunião tranquila para o chefe do MEC, já que mesmo entre os poucos bolsonaristas do Senado a disposição para defender Weintraub é quase nula.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC lança plano e divulga dados abertos de programas

O Ministério da Educação (MEC) publicou ontem (10) seu Plano de Dados Abertos para o biênio de 2020 e 2021.

Agora, os dados de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) estão disponíveis em formato aberto no Portal Brasileiro de Dados Abertos do governo federal.

De acordo com o MEC, a publicação é parte do plano de transformação digital da pasta. Com o documento, o ministério divulgou também o cronograma da abertura e da atualização das bases de outros dados do MEC.

Até 2021, também serão disponibilizados os dados da Plataforma Nilo Peçanha e da ID Estudantil, carteirinha digital e gratuita. Além disso, o plano prevê um cronograma de promoção e fomento ao uso e reúso das bases do ministério.

Segundo o MEC, o novo plano de dados abertos busca promover a cultura dos dados abertos de forma progressiva e sustentada para dar mais transparência às informações públicas e facilitar a participação e controle social na educação. A escolha da base de dados segue a lista de informações mais demandadas pela população por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e pelo número de acesso aos programas e serviços do Portal MEC.

Pesquisadores, estudantes e demais cidadãos poderão pedir novos dados em formato aberto por meio de uma consulta pública prevista para ser realizada até o 3º trimestre deste ano.

A revisão do Plano de Dados Abertos será feita anualmente ou conforme deliberação do Comitê de Governança Digital do MEC.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

SAIBA MAIS-Confira as MPs em tramitação no Congresso Nacional

BRASÍLIA (Reuters) - O Congresso Nacional retomou seus trabalhos na última semana com uma lista de matérias prioritárias, como as reformas tributária e administrativa, mas a pauta de votação também inclui uma série de medidas provisórias --mais de 20-- à espera de votação no Parlamento.

Duas delas deixam de vigorar ainda em fevereiro. Controversas --uma sobre emissão de carteira estudantil, e outra sobre a desobrigação de publicação de atos públicos em jornais--, devem perder a validade sem serem analisadas pelo Congresso.

Outra medida com riscos de caducar, ainda que com um prazo mais alongado, pois tem validade até o dia 24 de março, trata do pagamento de abono natalino para o Bolsa Família. O senador, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), incluiu a tributação de 15% de lucros e dividendos em seu parecer, e pode haver mobilização dos integrantes da comissão mista da MP para esvaziá-la e permitir que a matéria perca a validade.

Pelas regras, uma medida provisória tem força de lei a partir do momento de sua publicação, mas ela precisa ser analisada pelo Congresso Nacional em 120 dias ou perde a validade.

A tramitação dessas propostas tem início em uma comissão mista de deputados e senadores, que aprovam um texto a ser encaminhado ao plenário da Câmara. Depois, a matéria ainda precisa ser submetida ao plenário do Senado.

Confira, a seguir, as principais medidas em tramitação no Congresso e sua situação.

== MP 919 – Estabelece o valor de 1.045 reais para o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro deste ano.

Aguarda instalação da comissão mista que precisa analisá-la antes que possa seguir ao plenário da Câmara.

== MP 898 – Trata do pagamento de abono natalino para o Bolsa Família

Parecer do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) já foi apresentado, mas ainda precisa ser lido na comissão mista. O relatório do senador inclui a tributação de 15% de lucros e dividendos.

Houve duas tentativas de leitura do parecer neste ano, mas por falta de quórum as

reuniões não foram realizadas. Uma nova reunião da comissão está prevista para terça-feira, mas há possibilidade de novo adiamento de parte dos parlamentares para que a medida perca a validade.

A MP precisa ser votada pela comissão, pelo plenário da Câmara e do Senado até o dia 24 de março ou irá caducar.

== MP 900 – Autoriza o Ministério do Meio Ambiente a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com recursos de multas a serem convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

A proposta encontra-se com o relator, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), para produzir seu parecer. Ainda não há reunião da comissão convocada para este ano.

Precisa ter sua tramitação concluída no Congresso até o dia 26 de março ou caduca.

== MP 902 – fim da exclusividade da Casa da Moeda do Brasil, que passa de autarquia a empresa pública.

O texto original da MP também cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), e também trata de prazos relacionados a impostos e contribuições.

A MP, que vence em 14 de abril, encontra-se com a relatoria, a cargo do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que ainda não apresentou parecer. A comissão mista da medida tem reunião prevista para a quarta-feira, quando deve ocorrer uma audiência pública com representantes da Casa da Moeda, do Ministério da Economia, e da Receita Federal, além da Polícia Federal e do Banco Central do Brasil.

== MP 905 – Programa Verde e Amarelo

A MP cria nova modalidade de contratação de jovens. Polêmica, a medida enfrentou resistências entre parlamentares, principalmente por determinar, a cobrança de contribuição previdenciária de beneficiários do seguro-desemprego. O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), chegou a encomendar pareceres à consultoria e à Advocacia do Senado sobre a possibilidade de a MP ser inadmitida de antemão, mas decidiu autorizar a instalação da comissão mista.

A proposta encontra-se com o relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ). Na semana passada, a comissão realizou audiência pública com o então secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, nomeado para o Ministério do Desenvolvimento Regional na quinta-feira.

Há mais três audiências públicas da comissão convocadas para esta semana com representantes do Executivo, de entidades patronais e entidades ligadas aos trabalhadores.

== MP 908 – Auxílio emergencial a pescadores afetados por manchas de óleo.

A MP, que perde a validade em 8 de março caso não tenha sua votação concluída pela comissão e plenários da Câmara e do Senado, ainda está na fase da elaboração do relatório, a cargo do senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Na terça-feira, a comissão da medida tem audiência pública com representantes das pastas da Agricultura, Economia, Turismo, Pesca e ainda do INSS.

== MP 897 – prevê a criação de fundos de garantia adicional para crédito rural altera regras para empréstimos aos produtores do campo.

Aprovada no início de dezembro pela comissão mista, a MP que vence no dia 10 de março está pronta para votação no plenário da Câmara.

== MP 901 – Facilita a transferência de terras da União para Roraima e Amapá.

Também pronta para a análise dos deputados no plenário da Câmara, a MP foi modificada durante sua tramitação na comissão mista e incorporou dispositivo que permite a diminuição da Reserva Legal.

No parecer já aprovado pela comissão, o relator, deputado Edio Lopes (PL-RR), cita justificativa do Executivo para editar a MP, sob o argumento que os governadores dos Estados foram “unânicos” em apontar a ausência de regularização fundiária como um dos maiores entraves para o controle das recentes queimadas na Amazônia Legal, com repercussão internacional e impactos na imagem do país e nas suas exportações, principalmente de produtos agropecuários.

== MPs 895 --sobre a carteira de identificação de estudantes-- e 896 --que desobriga a publicação de atos da administração pública (como editais de licitação, tomadas de preços, concursos e leilões) em jornais de grande circulação.

As duas medidas provisórias devem caducar. Polêmicas, nenhuma das duas teve sequer a comissão mista instalada.

A 895 suscitou debates por incluir o Ministério da Educação entre os emissores autorizados da Carteira de Identificação Estudantil de forma gratuita. A medida provocou reações dos movimentos estudantis, antes responsáveis pela emissão da identidade.

A 896 foi objeto de questionamento judicial e teve a sua eficácia suspensa por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

(Reportagem de Maria Carolina Marcello)